



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

EVELYN MARCELE CAMPOS RAMOS

**OS INDÍGENAS NAS FOLHAS DO *JORNAL DO COMMERCIO*
(1904-1934): ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES**

**MANAUS
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

EVELYN MARCELE CAMPOS RAMOS

**OS INDÍGENAS NAS FOLHAS DO *JORNAL DO COMMERCIO*
(1904-1934): ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Davi Avelino Leal

**MANAUS
2024**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

- R175i Ramos, Evelyn Marcele Campos
Os indígenas nas folhas do Jornal do Commercio (1904-1934): entre práticas e representações / Evelyn Marcele Campos Ramos. - 2024.
135 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Davi Avelino Leal.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2024.
1. Povos indígenas. 2. periódicos. 3. representações. 4. jornais. 5. indígenas. I. Leal, Davi Avelino. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título
-

EVELYN MARCELE CAMPOS RAMOS

**OS INDÍGENAS NAS FOLHAS DO JORNAL DO COMMERCIO
(1904-1934): ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Davi Avelino Leal

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Davi Avelino Leal
Presidente – UFAM

Prof. Dra. Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira Costa
Membro Externo – SEDUC-AM

Prof. Dr. Rafael Ale Rocha
Membro Interno – UFAM

Para Rogério Oliveira Ramos (*in memoriam*) e
Sandra Paula Campos Ramos.

Por cada sacrifício, ensinamento e amor
incondicional. Minha gratidão eterna e amor
profundo. Vocês são minha inspiração e força.

AGRADECIMENTOS

A realização de grandes feitos não se faz sozinho, e é com o coração cheio de gratidão que agradeço àqueles que fizeram parte desta importante etapa da minha vida:

Aos pilares da minha existência, meus queridos pais, Sandra Paula Campos Ramos e Rogério Oliveira Ramos (*in memoriam*): Desde os meus primeiros passos até os mais recentes desafios, vocês estiveram comigo, guiando-me com sabedoria e fortalecendo-me com amor. Mãe, sua força e dedicação moldaram meu caráter, ensinando-me a perseverar mesmo nas adversidades. E ao meu querido pai, que mesmo não estando mais fisicamente presente, continua sendo uma luz constante na minha vida, guiando-me com sua memória e inspiração. É o amor e o apoio incondicional de vocês que me trouxeram até aqui, e cada conquista é também uma homenagem à base sólida que vocês construíram em mim. A vocês, minha profunda e eterna gratidão.

Aos meus amados avós, Antonio Ramos, Joana Maria de Oliveira Ramos, Sandra Maria Monteiro Campos e Sebastião Lopes de Melo (*in memoriam*): A herança mais preciosa que recebi de vocês não se mede em bens materiais, mas nos valores inestimáveis, lições e histórias que compartilharam comigo. Vocês me ensinaram a importância da família, da honestidade e da perseverança, valores que carrego comigo em cada passo da minha jornada. Cada riso, cada conselho e até mesmo os momentos de silêncio carinhoso moldaram quem sou hoje. Através de suas histórias, aprendi sobre nossas raízes e ganhei força para enfrentar os desafios da vida.

Ao meu irmão, Roger Giovane Campos Ramos: Desde nossos primeiros risos e desafios de infância até os momentos mais significativos de nossas vidas adultas, você tem sido não apenas um irmão, mas também um amigo fiel e um confidente inestimável. Em cada etapa, em cada vitória e adversidade, pude contar com seu apoio, compreensão e camaradagem. Nossa ligação vai além do sangue; é uma amizade forjada pelo tempo, experiências compartilhadas e incontáveis memórias. Sou grato por cada conversa, cada conselho e cada momento que vivenciamos juntos. A você, minha eterna gratidão por ser uma das maiores bênçãos da minha vida.

Aos amigos que enriqueceram minha jornada e preencheram meus dias com momentos inesquecíveis: Maria Paula Pinheiro, cuja determinação sempre me inspirou; Ayla Flávia Couto, cuja paixão pela vida me ensinou a valorizar cada momento; Larissa Leite, cuja lealdade e compreensão sempre me fizeram sentir acolhida; Davi Monteiro Abreu, com sua sabedoria e conselhos oportunos; Mayra Uchôa, cujo otimismo e energia

me motivaram nas horas difíceis; Jessica Hellen Lima, com sua paciência e resiliência constantes; Luana Beatriz Farias, sempre presente e com palavras reconfortantes; Samir Figueiredo, cujo espírito ambicioso me incentivou a sempre buscar mais; Lara Vieira Vilela, cuja dedicação e comprometimento serviram de inspiração constante e Ana Beatriz Pereira dos Santos, cuja empatia e franqueza ajudaram a enxergar essa jornada de forma mais leve. Cada um de vocês, à sua maneira, iluminou os meus dias e me fortaleceu em momentos de incerteza. A nossa conexão transcende as palavras e estou eternamente grata por ter vocês em minha vida.

Agradeço imensamente ao meu companheiro, Robeilton Gomes, cuja presença em minha vida é um dos maiores presentes que o destino me proporcionou. Nossos caminhos se cruzaram e, desde então, sua parceria tem sido uma fonte inesgotável de apoio e incentivo. Sua paciência, olhar atento e dedicação foram essenciais para que eu pudesse chegar à versão final deste trabalho. Nessa etapa de ajustes do texto, suas palavras de encorajamento me fortaleceram, e sua ajuda fez toda a diferença. Sou profundamente grata por sua generosidade, por estar ao meu lado e por tornar tudo mais significativo.

Um agradecimento especial às minhas chefes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, Verena Makarem Soares e Marcia Irene Andrade Mavignier, por entenderem e proporcionarem o espaço necessário para a finalização da minha dissertação.

Agradeço, de coração, aos meus colegas da FAPEAM, pois, graças a vocês, o ambiente de trabalho não é apenas um local de tarefas, mas um espaço de crescimento mútuo, troca de experiências e, acima de tudo, colaboração. Obrigada por cada dia compartilhado e por todo o apoio no decorrer desta jornada rumo a finalização dessa dissertação.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, instituição que representa não apenas o pilar acadêmico de minha formação, mas também um marco de dedicação, superação e descobertas. A cada professor que cruzou meu caminho durante esta jornada, ofereço minha profunda gratidão. Suas lições, conselhos e inspirações moldaram não apenas o profissional, mas também o ser humano que me tornei.

Meus sinceros agradecimentos aos integrantes e coordenadores do LABUHTA, à ANPUH/AM e às revistas Canoa do Tempo e Manduariasawa. Cada um destes espaços e grupos me acolheu e enriqueceu minha jornada acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, agradeço pela excelência, pelo estímulo intelectual e pelas oportunidades que me foram dadas. Agradeço por ser um

espaço que fomenta a busca incessante pelo conhecimento e pela compreensão do mundo que nos rodeia.

Agradeço sinceramente ao Jailson, secretário do PPGH-UFAM, por sua constante disposição e orientação nos momentos de dúvida.

Meu profundo reconhecimento aos professores: Maria Luiza Ugarte Pinheiro, Nelson Tomelin Júnior, e Glauber Cícero Ferreira Biazó. As lições teóricas e metodológicas que compartilharam durante as disciplinas ofertadas na pós-graduação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Uma menção especial ao professor César Augusto Bubolz Queirós, que, com sua expertise e comprometimento, contribuiu significativamente para o aprofundamento de minha paixão pela História e para o enriquecimento de minha jornada acadêmica desde a graduação.

Ao meu orientador, Davi Avelino Leal: Dizer simplesmente "obrigada" parece insuficiente diante de tudo o que você proporcionou. Sua paciência, a sabedoria que transpareceu em cada conversa e o direcionamento preciso moldaram não apenas o resultado final do meu trabalho, mas também a pesquisadora que me tornei. Sob sua mentoria, fui desafiada a pensar além, a buscar respostas com tenacidade e, crucialmente, a fazer as perguntas que realmente importavam. À você, com todo o meu respeito e admiração, ofereço minha mais profunda e eterna gratidão.

Por fim, não posso deixar de expressar minha profunda gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A bolsa concedida por esta instituição não foi apenas um apoio financeiro, mas um reconhecimento e incentivo à importância da pesquisa acadêmica e ao potencial deste projeto. Este gesto reforçou a seriedade e compromisso da CAPES com a formação e capacitação de profissionais e pesquisadores no país. Sem essa contribuição vital, a jornada para completar minha pesquisa teria sido muito mais desafiadora.

A todos vocês, meu sincero obrigada. Sem cada um de vocês, esta conquista não seria possível.

Importa para a história enquanto teoria da leitura indagar como é que uma configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria experiência. No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.

Roger Chartier

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma análise das relações entre as práticas e representações dos povos indígenas no estado do Amazonas, tomando como principal fonte as matérias e artigos do *Jornal do Commercio*. Partimos do recorte compreendido entre os anos de 1904 e 1934, tomando como marco o início da publicação do referido periódico e o momento, segundo conseguimos avançar, em que a incidência de notícias relacionadas aos povos indígenas diminui significativamente nas páginas do jornal. Esta janela temporal nos permite captar as nuances de uma época de grandes transformações socioculturais e políticas, onde a figura do indígena estava no cerne das discussões. Frequentemente, trabalhos sobre História Indígena não dialogam com periódicos, o que faz com que não tenhamos muitos estudos dedicados a esta temática partindo desta fonte de maneira conjunta, e esta é uma dimensão importante na nossa análise. A pesquisa destes dois domínios simultaneamente não apenas reitera o papel crucial dos periódicos como instrumentos valiosos para desvelar e compreender nosso passado, mas também revela os intrincados mecanismos de produção e disseminação de discursos sobre os indígenas. Dentro das páginas do *Jornal do Commercio*, somos confrontados com uma diversidade de narrativas, muitas das quais foram moldadas pelos principais pensamentos, ideologias e agendas da época. Estas narrativas não se limitam a relatar eventos, mas também nos dão *insights* sobre os projetos e articulações que buscavam influenciar ou controlar a percepção e a vida dos povos indígenas. Ao se debruçar sobre esses registros, esse trabalho procura decifrar como esses discursos, em suas diversas facetas, contribuíram para moldar, reforçar ou contestar representações sobre o cotidiano indígena. Em suma, este trabalho não apenas aprofunda nosso entendimento da presença e percepção dos indígenas na sociedade da época, bem como ressalta a imprensa como um agente ativo e influente na construção e reconstrução da História Indígena no Amazonas.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Periódicos; Representações.

ABSTRACT

This work involves an analysis of the relationships between the practices and representations of indigenous peoples in the state of Amazonas, using articles and reports from the *Jornal do Commercio* as the primary source. We focus on the period between 1904 and 1934, marking the start of the newspaper's publication and the point at which news related to indigenous peoples significantly decreases. This time frame allows us to capture the nuances of an era of significant socio-cultural and political transformations, where the figure of the indigenous person was frequently at the center of discussions. Often, works on Indigenous History do not engage with periodicals, resulting in a lack of studies dedicated to this theme using this source collectively. This is a crucial aspect of our analysis. Researching these two domains simultaneously not only reiterates the crucial role of periodicals as valuable tools for unveiling and understanding our past but also reveals the intricate mechanisms of production and dissemination of discourses about indigenous peoples. Within the pages of the *Jornal do Commercio*, we encounter a diversity of narratives, many of which were shaped by the prevailing thoughts, ideologies, and agendas of the time. These narratives do not merely report events but also provide insights into the projects and articulations that sought to influence or control the perception and lives of indigenous peoples. By examining these records, this work seeks to decipher how these discourses, in their various facets, contributed to shaping, reinforcing, or contesting representations of indigenous daily life. In sum, this work not only deepens our understanding of the presence and perception of indigenous peoples in the society of the time but also highlights the press as an active and influential agent in the construction and reconstruction of Indigenous History in Amazonas.

Keywords: Indigenous Peoples; Periodicals; Representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - <i>Jornal do Commercio</i> , 22 de junho de 1914.....	41
Gráfico – O termo "Índio" no <i>Jornal do Commercio</i> (1904-1934).....	46
Gráfico - O termo "Índios" no <i>Jornal do Commercio</i> (1904-1934).....	47
Figura 2 - Ocupação fundiária no vale do rio Branco em 1898.....	54
Figura 3 - <i>Jornal do Commercio</i> , 23 de outubro de 1913.....	58
Figura 4 - <i>Jornal do Commercio</i> , 01 de março de 1911.....	59
Figura 5 - <i>Jornal do Commercio</i> , 20 de julho de 1915.....	69
Figura 6 - <i>Jornal do Commercio</i> , 26 de julho de 1915.....	70
Figura 7 - Posto Maicy-mirim, 1924.....	78
Figura 8 - <i>Jornal do Commercio</i> , 10 de setembro de 1933.....	79
Figura 9 – Posto no rio Aripuanã, 1922.....	97
Figura 10 - Posto Laranjal, 1928.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS

SPILTN.....	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores
SPI.....	Serviço de Proteção ao Índio
ISA.....	Instituto SocioAmbiental
RI.....	Reserva Indígena
RE.....	Reserva Extrativista
TL.....	Terra Indígena

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1. AS IMPRESSÕES DO IMPRESSO: O PAPEL DO JORNAL NO AMAZONAS DE 1900.....	21
1.1 Imprensa enquanto fonte histórica.....	21
1.2 A cidade nas linhas do <i>Jornal do Commercio</i>	29
2. SOB O OLHAR DELES: A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS PELA GRANDE IMPRENSA.....	39
2.1 Múltiplas Facetas da Representação Indígena no <i>Jornal do Commercio</i> ..	44
2.2 Os indígenas nas páginas do jornal	45
3. A DETECÇÃO DO QUASE OCULTO: DEMANDAS E MOVIMENTAÇÕES DOS INDÍGENAS NAS FOLHAS DOS JORNAIS	82
3.1 Demandas dos Povos Indígenas	83
3.2 Conflitos e Abusos contra os Indígenas	107
3.3 Escravização e Abusos contra Indígenas	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
FONTES	129
REFERÊNCIAS.....	130

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos anos, temos observado um crescente movimento de reavaliação e reescrita da História, com o intuito de resgatar vozes que, durante séculos, foram silenciadas ou marginalizadas. Este fenômeno não é apenas fruto de uma consciência social contemporânea, mas também do reconhecimento acadêmico da necessidade de se compreender a tessitura completa do nosso passado. As dinâmicas sociais e os contextos históricos não podem ser plenamente entendidos se não levarem em conta a pluralidade de atores que moldaram o curso dos acontecimentos. Neste panorama, pesquisas acadêmicas e estudos históricos recentes têm direcionado seus focos para o papel fundamental das minorias, suas lutas diárias e suas contribuições muitas vezes invisibilizadas. Ao iluminar esses aspectos antes negligenciados, não apenas fazemos justiça àqueles que foram esquecidos, mas também enriquecemos nossa compreensão sobre a complexidade e diversidade da jornada humana.

Partindo desta conjectura, este trabalho busca analisar as menções sobre os grupos indígenas presentes ao longo das várias edições do periódico *Jornal do Commercio*, no Amazonas. Reconhecer e entender essa representação é fundamental não apenas para traçar um retrato mais preciso da visão predominante da época, mas também para entender como essa representação pode ter influenciado percepções sobre esses mesmos grupos na atualidade.

Nesta investigação, o *Jornal do Commercio* não é apenas uma fonte, mas o epicentro da análise crítica. O interesse em focar em um jornal específico como instrumento de estudo não se deve apenas à sua rica contribuição histórica, mas também pela compreensão de que a imprensa, em geral, não é uma mera janela passiva para o mundo. Ao contrário de uma visão simplista que possa considerá-la apenas como um veículo de informações, este estudo parte do princípio de que a imprensa desempenha um papel ativo na construção e articulação do discurso público. Portanto, não é apenas um reflexo dos acontecimentos, mas uma força que molda, interpreta e, em muitos casos, direciona a percepção coletiva. Seu alcance vai além da informação - é uma arena onde ideias são contestadas, produtos são promovidos e intencionalidades são sutilmente transmitidas¹.

¹ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In.*: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**, 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 111-153.

Rejeita-se, assim, qualquer noção que a reduza a um transmissor neutro ou imparcial. A imprensa está intrinsecamente ligada à realidade política, social e cultural em que opera, e é essa interconexão que este estudo procura descortinar e compreender.

Nesse contexto, a História Indígena e do Indigenismo se torna uma vertente ainda mais crucial. Essa abordagem nos faz questionar como a noção de "índio" e "indígena" foi construída, moldada e, possivelmente, distorcida nas páginas do jornal. Por trás das manchetes, das reportagens e dos editoriais, há complexidades relacionadas aos processos de territorialização e às lutas indígenas por reconhecimento e direitos.

Através das páginas do *Jornal do Commercio*, podemos examinar como estes povos, longe de serem meros objetos passivos de saber-poder, emergem como agentes ativos, adaptando e transformando conceitos para moldar sua própria narrativa.

Com isso, nos desafiamos a reinterpretar a história indígena e o indigenismo sob a luz da imprensa da época, trazendo à tona as complexidades e nuances das experiências indígenas como refletido nas páginas do periódico.

Partimos do recorte compreendido entre os anos de 1904 e 1933, tomando como marco o início da publicação do referido periódico e o momento, segundo conseguimos avançar, em que em a incidência de notícias relacionadas aos povos indígenas diminui significativamente nas páginas do jornal. Esta janela temporal nos permite captar as nuances de uma época de grandes transformações socioculturais e políticas, onde a figura do indígena estava no cerne das discussões.

A escolha do período para a investigação neste estudo não é meramente arbitrária. Estas três décadas do início do século XX são particularmente significativas para o contexto amazônico e indigenista nacional. Neste intervalo, ocorreu a fundação do *Jornal do Commercio* em Manaus, um veículo de grande tiragem que se tornou uma voz influente na região. Ao mesmo tempo, o cenário nacional assistia à implementação de uma proposta de política indigenista, culminando na criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN) em 20 de junho de 1910.

Esta fase inicial do SPIILTN representa uma mudança significativa na abordagem governamental em relação aos povos indígenas, manifestando-se através de um projeto que, embora tivesse nuances paternalistas, procurava estabelecer novas diretrizes para a integração e proteção destes povos. A coincidência temporal entre a consolidação do *Jornal do Commercio* e a instituição do SPIILTN oferece uma oportunidade única de análise. Permite-nos examinar como o jornalismo, em uma época de mudanças políticas

e sociais, refletiu, influenciou e, por vezes, moldou as percepções e discursos sobre a questão indígena.

Por exemplo, a partir de 1911, nas páginas do periódico, nota-se uma sutil tentativa de generalizar os indígenas que estão na capital. Raramente é citado a qual etnia esses sujeitos pertencem, dando a entender que são uma categoria monolítica, enquanto que quando as notícias mencionam grupos específicos, inclusive nomeando suas etnias, sempre destacam seu pertencimento às localidades do interior do estado, sempre distante da capital.

É na década de 1920 que o *Jornal do Commercio* passa a abordar de forma massiva os inúmeros conflitos que ocorrem nos rios do interior do Amazonas. Este período é marcado por uma narrativa que enfatiza a necessidade e a importância da pacificação dos povos indígenas. O caso dos Parintintin ilustra bem esse ponto: eles estavam no centro da discussão, seja para elogiar a iniciativa da Inspetoria Indígena em desarmar esse grupo, seja para denunciar os ataques estes passaram a sofrer por conta da exploração de caucho e borracha em seu espaço territorial.

Nos primeiros anos da década de 1930, observa-se um interessante movimento nas páginas do jornal. Após longos anos de uma verdadeira narração de conflitos indígenas, os primeiros três anos desta década apresentam uma mudança. Os indígenas passam a ser citados de maneira generalizada, frequentemente na seção “*Grãos Históricos*” ou no chamado “*Jornal das Crianças*”. Essa abordagem pode ser interpretada como um apagamento dos indígenas no jornal que vem sendo estudado, sugerindo uma tentativa de relegar as questões indígenas a um plano secundário, talvez em resposta a mudanças no clima político e social do país².

Essas mudanças no tratamento dos povos indígenas pelo *Jornal do Commercio*, observadas ao longo das três décadas em estudo, não apenas espelham as transformações das políticas indigenistas e das percepções sociais sobre esses grupos, mas também demonstram como a imprensa pode atuar, simultaneamente, como agente e refletora dessas dinâmicas.

² Como é sabido, em 1930, Getúlio Vargas chega ao poder através de um Golpe de Estado. Nesse contexto, promove uma série de mudanças que impactariam a vida política de todo o país como o fechamento do Congresso Nacional, a nomeação de interventores para os estados e a abolição da Constituição de 1891. Pressionado pelas forças políticas contrárias ao seu modo de governar, Getúlio convocou uma Assembleia Constituinte, em 1933, que teve como tarefa redigir uma nova Carta Magna para o país, entregue no ano seguinte. Os artigos 5º e 129º da Constituição de 1934 dispõem sobre o lugar que os povos indígenas ocupariam nesse novo contexto, ao mesmo tempo que mantidos sobre a tutela do Estado, tinham pela primeira vez na história o direito adquirido sobre os territórios por eles ocupados.

É de fundamental importância abordar questões como o tema desta pesquisa, que se buscou trazer novos questionamentos e reflexões críticas sobre a imprensa e seu uso como fonte histórica. Isso inclui entender quais são os interesses de um periódico de grande circulação, como o *Jornal do Commercio*, ao citar (ou optar por não citar) os indígenas, e o que essas posições, sejam elas negativas ou positivas, representam tanto para os grupos na época chamados de “silvícolas” quanto para os leitores do jornal.

Desse modo, esta pesquisa não apenas lança luz sobre a forma como os indígenas são representados através das páginas do periódico – algo que, até o momento, foi majoritariamente abordado de maneira transversal e não como foco principal – mas também contribui significativamente para o entendimento das trajetórias, relevâncias e relações dos grupos indígenas no Amazonas. Assim, compõe-se uma parte vital e inovadora da historiografia da região.

No que diz respeito às questões teóricas, o foco está no debate sobre o conceito de representação, sobretudo, em relação às perspectivas de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, que compartilham visões teóricas até certo ponto semelhantes.³ A História da Imprensa é o principal campo de estudo para o fortalecimento e obtenção de conteúdo nesta pesquisa, pois uma análise da imprensa a partir de uma perspectiva histórica pode ser usada para enquadrar a percepção de um complexo sistema de comunicação, no qual dimensões internas e externas dos fenômenos devem ser consideradas. Além disso, a pesquisa articula interesses do campo da Nova História Indígena, no qual conta com Manuela Carneiro da Cunha, John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida, autores relevantes quando se trata de temas relacionados ao papel dos povos indígenas na História e na busca de uma recuperação do seu protagonismo. Trabalhamos também com autores referentes a História da Imprensa: René Barata Zicman, Marialva Barbosa, Maria Helena Rolim Capelato e Maria Luiza Ugarte Pinheiro.

É importante ainda ressaltar que o propósito central desta dissertação é contribuir para uma compreensão mais rica e matizada dos povos indígenas na historiografia brasileira, considerando a multiplicidade de suas experiências e a complexidade de suas interações com diferentes esferas da sociedade, conforme retratado nas páginas do *Jornal do Commercio* ao longo das primeiras décadas do século XX.

Dessa forma, as notícias sobre indígenas presentes no *Jornal do Commercio* guiam/direcionam os assuntos e discussões, iniciando os temas contextualizados no

³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

decorrer do trabalho. O subtítulo “Entre Práticas e Representações” está diretamente ligado à obra “*A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*” do autor da Nova História cultural Roger Chartier que, ao discutir o conceito de “representação”, aponta para duas dimensões de sentidos aparentemente contraditórios. Por um lado, a representação nos permite ver a ausência de algo, evidenciando-se a diferença entre o que representa e o que é representado; por outro lado, a presentificação do ausente é a apresentação pública de algo, e isto torna manifesta uma ideia que, geralmente, é o que se populariza entre os sujeitos. No que diz respeito à noção de prática, esta pode ser compreendida como todos os modos de ser e agir de uma sociedade, as formas como as pessoas se relacionam, falam, se calam, comem, bebem, sentam-se, andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros.

A pesquisa buscou trabalhar em dois níveis: uma análise das representações que perpassam as notícias do *Jornal do Commercio* e as práticas dos povos indígenas e o impacto no cotidiano, repercutindo as mudanças do início de século XX, no Amazonas. De outro modo, diante das práticas e representações desses indígenas se faz necessário ler as entrelinhas de suas vivências, para assim resgatar as suas trajetórias, modos de vida, anseios, lutas e adaptações. As análises se inter cruzam ao nos permitir explicar como os projetos políticos foram lidos, encarados e interpretados por esses sujeitos e quais os interesses e mobilizações das elites com essas propostas “civilizatórias”, nacionais e legalistas.

Dessa maneira, a pesquisa “Os indígenas nas folhas do *Jornal do Commercio* (1904-1933): Entre Práticas e Representações”, além de demonstrar a importância da imprensa como fonte histórica para a reconstrução do passado pode expor como os discursos, projetos e articulações puderam influenciar nas criações de representações de um cotidiano indígena.

O trabalho também conta com uma revisão bibliográfica em artigos, dissertações, teses, documentos, livros e obras sobre o tema. Para fermentar as ideias abordadas foram consultados e utilizados os autores referentes à Nova História Cultural, Nova História Indígena e da História da Imprensa. Com base nessa revisão bibliográfica, este trabalho se propõe a aplicar e contextualizar tais conceitos no cenário histórico do Amazonas. Assim, no primeiro capítulo, intitulado *As impressões do impresso: o papel do Jornal no Amazonas de 1900*, será explorada a influência significativa do *Jornal do Commercio* na construção da identidade social e cultural de Manaus durante o auge da chamada “Era da

Borracha”. Em meio ao fervor da *Belle Époque* e o desenvolvimento acelerado impulsionado pela economia da borracha, este capítulo se propõe a desvendar como esse periódico, enquanto ator histórico, contribuiu para moldar a representação dos hábitos da população, bem como as relações entre os grupos indígenas e não-indígenas na região do Amazonas.

Saindo deste panorama geral, no próximo capítulo aprofundamos nas representações específicas desse periódico: *Sob o olhar deles: a representação dos indígenas pela grande imprensa*, mergulha profundamente nas narrativas criadas pelo *Jornal do Commercio* a respeito das populações indígenas do Amazonas entre 1904 e 1933. Este capítulo visa iluminar as construções mediadas que esse influente periódico esboçou dos povos indígenas, em um contexto onde a imprensa passou a ganhar espaço como fonte histórica confiável. A análise será enriquecida pelo recurso às proposições de Antoine Prost, explorando a distinção crítica entre o texto jornalístico e o histórico⁴.

Mas, além das representações, como o *Jornal do Commercio* cobriu efetivamente as ações e movimentações dessas populações indígenas? É o que exploramos a seguir: O terceiro e último capítulo, *A detecção do que é quase oculto: demandas e movimentações dos indígenas nas folhas dos jornais*, tem como foco central analisar as demandas e posicionamentos dos indígenas, conforme são expostos e representados nas páginas do *Jornal do Commercio*. Este capítulo se dedica a desvendar as nuances de como os grupos indígenas, em suas lutas e demandas, são retratados em um periódico de grande influência durante as primeiras décadas do século XX. A análise vai além da simples representação jornalística, buscando compreender as vozes indígenas, seus pedidos e reivindicações, e como estes são articulados ou silenciados nas narrativas dos jornais da época. A abordagem se apoia na teoria de James C. Scott sobre os discursos públicos e ocultos, refletindo sobre como as populações indígenas manifestam suas críticas e reivindicações perante o poder estabelecido. Este capítulo se propõe a oferecer um olhar crítico e profundo sobre a complexa relação entre mídia impressa e a presença ativa dos povos indígenas na sociedade.

Esta dissertação oferece uma janela oportuna para o entendimento das interações, representações e movimentações dos povos indígenas no Amazonas, através das páginas de um dos mais influentes periódicos da região no início do século XX. Cada capítulo foi cuidadosamente elaborado para lançar luz sobre aspectos cruciais da relação entre mídia,

⁴ PROST, Antoine. A história se escreve. In. **Doze lições sobre a história**. Autêntica Editora, 2008. pp.235-252

sociedade e os povos originários, em um período de intensas transformações. Convido a todos para mergulhar nesta leitura, permitindo-se viajar no tempo e compreender melhor as nuances, desafios e protagonismos indígenas, através da influência do *Jornal do Commercio* nessa narrativa aqui observada sob o olhar crítico da análise historiográfica. A história é feita de vozes, e é fundamental que possamos ouvi-las em toda a sua riqueza e diversidade.

1. AS IMPRESSÕES DO IMPRESSO: O PAPEL DO JORNAL NO AMAZONAS DE 1900

*O jornal, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas.*⁵

1.1 Imprensa enquanto fonte histórica

As formas de compreender e escrever o conhecimento histórico se transformaram consideravelmente desde o século XIX. Roger Chartier⁶, ao escrever a obra *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*, salienta que, principalmente, a partir da década de 70 houve uma verdadeira mutação no trabalho histórico. As transformações ocorridas na disciplina não foram produzidas apenas pela crise geral nas ciências sociais ou por uma mudança de paradigma, mas estão vinculadas aos deslocamentos que ocorreram nas práticas de pesquisa, e em relação aos princípios de inteligibilidade que reinaram à época.

Nesse processo, sublinham-se algumas escolas históricas, em que os historiadores, a partir das indagações do seu tempo, sistematizaram reflexões sobre os mecanismos que regem e legitimam a operação historiográfica, como dissera Michel de Certeau⁷. Guy Bourdê e Hervé Martin⁸, em sua obra intitulada *As Escolas Históricas*, contribuem para o entendimento das Escolas que foram constituídas a partir do século XIX, dentre elas a Escola Metódica (positivista), a Escola dos *Annales* e a Nova História. Os autores também discutem a contribuição do Marxismo e do Estruturalismo no conhecimento histórico, chamando atenção para as mudanças, permanências e avanços no pensamento histórico.

As discussões travadas no âmbito da História, desde a sua constituição enquanto disciplina no século XIX, demonstram que as práticas do historiador não são estáticas. Pelo contrário, a História tem se firmado como uma disciplina em movimento, dinamizando suas práticas, revendo e inovando seus métodos, abordagens, objetos e

⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. P. 21.

⁶ CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002

⁷ CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982, pp. 65-119.

⁸ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Portugal: Europa- América, 1993. p. 82-216.

problemas. Por meio das obras *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*, organizada por Jaques Le Goff e Pierre Nora⁹, e *Domínios da História*, que tem como organizadores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas¹⁰, chega-se a uma ótima noção do quanto a história ampliou o seu olhar, abrindo um novo e amplo leque para os seus campos de atuação.

As reflexões avançaram também no sentido de não apenas entender para que serve a história, ou o que seria a história. Especialmente, na segunda metade do século XX, alguns pensadores da história refletiram sobre as tessituras do texto histórico, sobre o como os historiadores constituem suas narrativas. Diante das certezas e do solo firme em que pisavam os historiadores, outras possibilidades de leituras sobre as construções das narrativas históricas foram compartilhadas. Nesse atinente, destacam-se as contribuições de Paul Veyne¹¹ e Hayden White¹². Não se trata de fazer uma discussão sobre os textos destes autores, até porque o objetivo dessa dissertação é outro; mas, de valorizar a contribuição de suas obras face ao conhecimento histórico. Grosso modo, estes historiadores contribuíram em relação às teorias e métodos da história. Sobretudo, ao destacarem as problemáticas que envolvem a narrativa histórica e como o passado é compreendido e transformado em texto. White e Veyne colocam em discussão aspectos do ofício do historiador, como a objetividade, cientificidade e o estado da arte da história.

Ao longo do tempo, tem-se desenvolvido distintas formas de pensar o conhecimento histórico. Acredita-se que o importante não é se prender em uma forma de pensamento, imaginando que uma teoria dará conta de auxiliar na reflexão sobre todos os caminhos e descaminhos que perfazem a pesquisa. É importante que o pesquisador conheça as distintas formas de apreender o conhecimento histórico e, a partir das problemáticas que envolvem seu objeto de pesquisa, dialogue com os autores e construa sua narrativa.

As visões distintas sobre a história não podem ser encaradas como instrumentos limitadores, isto é, não podem impossibilitar o diálogo com diferentes formas de pensamento na construção do texto. Evidentemente, ao utilizar autores que trabalham

⁹ LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹¹ VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 2008.

¹² WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992 e **Trópicos do Discurso: Ensaios Sobre a Crítica da Cultura**. Trad. São Paulo: Edusp, 1994.

com perspectivas distintas, é necessário resguardar suas diferenças mais latentes. Sobre isso, salienta-se a proposição de Ronaldo Vainfas de que: “combinar abordagens distintas talvez seja as ideais resguardadas as diferenças e até a oposição de paradigmas”¹³. Não obstante, é preciso percorrer os caminhos e descaminhos da história, enfrentando com serenidade as diferenças de opiniões e opções teóricas, tomando ciência de que inexistem um paradigma da história melhor ou pior que outro. O que existem são ideias e concepções distintas, em que cabe ao pesquisador escolher o que melhor contribuirá para edificação do seu trabalho.

Na operação historiográfica, destaca-se a transformação do conceito documento, ou fontes. Superou-se o entendimento de que documento eram apenas os escritos oficiais, dignos de confiança, como pensavam os historiadores ligados, sobretudo, à escola metódica francesa do século XIX, que tinham como grandes expoentes as figuras de Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos. Jacques Le Goff¹⁴, na obra *História e Memória*, no capítulo intitulado *História*, proporciona um excelente panorama teórico no que se refere às transformações da História ao longo do tempo e o olhar dos historiadores para com os documentos/fontes. Nesse sentido, tudo aquilo que é material ou não, que possibilita fazer reflexões e interpretações sobre o passado, pode ser considerado como fonte de pesquisa.

É relevante destacar que não existe uma fonte melhor que outra. Existem fontes diferentes, com tratamentos distintos. Cada vestígio do passado tem sua natureza. Assim, existem questões muito particulares a cada uma. Conhecer essas particularidades e a natureza das fontes proporcionará novas descobertas na edificação do trabalho investigativo. Para tanto, entende-se que a análise (crítica) dos documentos também avançou de forma significativa, no sentido de se compreender que as fontes não falam por si mesmas, pois, como afirma Edward Palmer Thompson os fatos, “não podem falar enquanto não tiverem sido interrogados”¹⁵. Os historiadores necessitam adquirir uma desconfiança atenta em relação aos documentos, pois a “evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta”¹⁶. Deste modo, é preciso encontrar a estrutura existencial das fontes, suas intencionalidades.

¹³ VAINFAS, Ronaldo. 1997. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.449.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

¹⁵ THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁶ THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

O historiador, em seu ofício, necessita se apropriar de conceitos que lhe auxiliem na compreensão de seu objeto de estudo. Os conceitos são subsídios teóricos que auxiliam no entendimento de problemáticas que envolvem os estudos e não podem ser encarados como uma camisa de força, ou enquadramentos inflexíveis. Nessa perspectiva, o objetivo dessa dissertação é refletir sobre o conceito representação, a partir das ideias de Roger Chartier e Pierre Bourdieu, e compreender como este conceito pode ser significativo para analisar os discursos produzidos no *Jornal do Commercio* sobre os povos indígenas.

O conceito representação é um dos mais discutidos frente à historiografia brasileira. Diversos historiadores se dedicam em entendê-lo e a apontar suas possibilidades de aplicação nos estudos históricos. Salienta-se que o conceito representação tem sido utilizado em vários campos das Ciências Humanas, por vezes, com perspectivas distintas. Por exemplo, no caso da Psicologia Social, os pesquisadores vêm trabalhando com a ideia de representações sociais, ligadas especialmente às concepções de Serge Moscovici¹⁷.

Quando se fala de “representações sociais” lembramos também do sociólogo Erving Goffman que em sua obra *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, chama de “fachada” a institucionalização e estereotipação das representações coletivas, passando a ser concebida como idealização, como percepção teórica das representações sociais.¹⁸

No campo histórico, o conceito representação é notavelmente discutido em torno das perspectivas do sociólogo Pierre Bourdieu e do historiador Roger Chartier, que possuem visões semelhantes quanto à definição dele. Esses pesquisadores elaboraram tal definição retomando a ideia do sociólogo Emile Durkheim¹⁹, o que indica que o conceito representação vem sendo polido e trabalhado há bastante tempo, ao longo do qual ele tem contribuído para que diversos estudiosos compreendam a dinâmica e a complexidade do mundo social e das práticas culturais.

Ao escrever o capítulo *O mundo como representação*, em sua obra *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*, Chartier explica que, a palavra representação carrega duas definições de sentidos aparentemente contraditórios: Por um

¹⁷ MOSCOVICI, Serge. **Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

¹⁸ GOFFMAN, Erving. **Estigma**-Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada, 1980, Brasil, Zahar Editores.

¹⁹ Para Émile Durkheim, as representações coletivas são a forma como um grupo se vê a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam. Ver: DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

lado, a representação faz ver a ausência, distinguindo o que representa e o que é representado. De outro modo, a mesma, é a apresentação de uma presença, apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Em suas palavras:

Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também ‘manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade’²⁰.

Na obra *O Poder Simbólico*, pesquisando sobre as noções de região, identidade e representação, Bourdieu identifica o poder das representações na construção da realidade social, na medida em que podem contribuir na produção daquilo por elas descrito e designado. De acordo com Bourdieu e Chartier é possível dizer que representações são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. Desta forma, os sujeitos e os grupos aos quais eles pertencem criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As representações visam construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Assim, compreender as representações dos grupos é compreender como o mundo dos mesmos é construído socialmente.

Para explicar o conceito representação, Bourdieu parte das experiências construídas e dos enunciados performativos, que visam tornar reais os discursos produzidos pelos grupos. Neste sentido, todos os discursos são socialmente construídos e objetivam agir nas experiências históricas. Cabe ressaltar que, para Bourdieu, nos estudos das representações não cabe a separação do caráter objetivo e subjetivo. Assim, as representações construídas partem destas duas esferas.

Para Bourdieu há um jogo em que se produzem as representações e existem crenças que as sustentam. No campo social, permeado de tensões e interesses conflitantes dos grupos, existem as “lutas de representações”²¹. Para compreender as lutas de representações que se processam através dos discursos, Chartier enfatiza que é necessário “discernir a posição de quem fala”. Assim, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um

²⁰ CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

²¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”²². Chartier reflete que, as sociedades são constituídas por diferentes grupos, que manifestam diferentes visões de mundo. Assim como Bourdieu, destaca que nas lutas pelas representações a problemática central seria o ordenamento, logo a hierarquização da própria estrutura social.

Os grupos criam representações que objetivam agir nas experiências históricas. Desta forma, o mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é ser percebido como distinto. As representações estão localizadas no tempo e são social e historicamente construídas pelos sujeitos e seus respectivos grupos. Neste sentido, cabe ao pesquisador perceber e analisar tais representações e suas intencionalidades agindo nas experiências históricas.

O conceito representação tem sido utilizado de forma significativa por diversos historiadores que trabalham com a chamada História Cultural que, na perspectiva de Roger Chartier, teria como preocupação central: “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”²³. Por este prisma, destaca-se a contribuição desse conceito para a análise do *Jornal do Commercio* em busca das representações indígenas. Não se tem a pretensão de esgotar as possibilidades de leituras do jornal, mas sim, apontar alguns procedimentos teóricos e metodológicos que giram em torno da pesquisa com periódicos, chamando a atenção para o fato de que o conceito “representação” pode ser significativo na análise dos discursos.

Representações sociais, especialmente em mídias como jornais, são construídas e negociadas em um contexto de poder, onde alguns discursos ganham proeminência enquanto outros são marginalizados. Essa dinâmica é particularmente evidente quando examinamos a forma como os indígenas, são retratados. O *Jornal do Commercio*, ao longo de sua trajetória, não apenas refletiu, mas também influenciou a forma como a sociedade brasileira via e entendia os povos indígenas.

Essas representações, em muitos casos, perpetuaram estereótipos, simplificações e visões exotificadas dos indígenas. Por outro lado, também há momentos de resistência, onde vozes indígenas encontraram espaço ou onde o próprio jornal desafiou preconceitos dominantes. O desafio, para o pesquisador, é descobrir esses nuances, entender as tensões

²² CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

²³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

e as motivações por trás das representações.

Além disso, é crucial reconhecer que o conceito de "representação" é fluído. Assim como, as sociedades mudam e evoluem, as representações também se transformam, adaptando-se a novos contextos, lutas e compreensões. Nesse sentido, o trabalho com periódicos, como o *Jornal do Commercio*, não é apenas uma janela para o passado, mas também um meio de entender a trajetória de evolução e mudança de perspectivas culturais. Ao identificar essas transformações, realizamos valiosas reflexões sobre o passado e sua interação contínua com o presente.

Antes de refletir sobre o *Jornal do Commercio*, é significativo destacar que a História Cultural trouxe ao bojo de preocupações uma série de temas até então desprezados ou abordados de maneira secundária. Nessa direção, a imprensa tornou-se objeto e fonte significativa para a história. No Brasil, ainda que esse processo seja tardio (se comparado a países europeus), existe um grupo considerável de pesquisadores que se dedicam a estudar fenômenos históricos utilizando-se da imprensa como fonte e objeto²⁴.

A obra intitulada *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*, organizada por Lúcia Maria B. P. Neves, Marco Morel e Tania Maria B. da C. Ferreira, propicia um excelente panorama de como a imprensa é estudada em diversas perspectivas e abordagens. Superou-se a perspectiva limitada de observar a imprensa como portadora dos fatos e das verdades, ou a ideia de que a imprensa não seria digna de confiança nos estudos históricos. Também, deixaram-se “para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinados estritamente por uma infraestrutura socioeconômica”²⁵.

A imprensa, através dos discursos publicados, pode criar representações sobre inúmeros fatos, pessoas e grupos. Carla Siqueira entende que a imprensa é uma instituição de peso estratégico para a definição de conteúdo e expectativas do exercício da cidadania e de repercussões políticas dos grupos aos quais ela é vinculada. Assim, a imprensa não se torna relevante apenas na conformação de ideias, mas “também na importância desse seu lugar como revelador da tessitura complexa do pensamento coletivo”. Para tanto, “mais do que nos lugares onde o pensamento aparece formalizado, no discurso

²⁴ TELES, Luciano Everton Costa. História da imprensa no Amazonas. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. 1ed. Manaus: Valer, 2020, v. 1, p. 365-395

²⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj, 2006.

jornalístico afloram a emoção, a imaginação, o preconceito, os postulados implícitos, as representações coletivas e as categorias cognitivas”. No que tange aos historiadores, a imprensa se configura em um lugar de “aventura interpretativa dos indivíduos sobre seu próprio tempo”. Siqueira escreve que “a historicização dos atos de fala realizados por meio dos jornais expõe não só as intenções fundadoras do discurso e seus significados, mas também os efeitos imprevistos da realidade, que abrem fissuras na ordem que os textos tentam construir”²⁶.

Nesta conjuntura, a relação entre representação e imprensa ganha destaque. Os jornais, mais do que meros portadores de notícias, são instrumentos de poder e influência social. O *Jornal do Commercio*, por sua longa trajetória, exemplifica isso no contexto brasileiro. Ao moldar e refletir as percepções do público em suas páginas, ele passa a ser não apenas um registro de acontecimentos, mas uma entidade que influencia e, em certo sentido, dita realidades.

Os estudos em História Cultural, neste contexto, valorizam ainda mais as contribuições do *Jornal do Commercio*. Diferente das abordagens tradicionais da história, a História Cultural foca nos detalhes, nos simbolismos e na interpretação das sociedades sobre seu próprio mundo. Assim, os jornais tornam-se fontes ricas e multifacetadas para tais investigações.

Considerando uma única edição do *Jornal do Commercio*, pode-se obter uma visão panorâmica dos dilemas e prioridades de uma era. Contudo, é fundamental considerar que os jornais são produtos de seu tempo, moldados por variados interesses. Ao analisar as representações dos povos indígenas, por exemplo, os historiadores podem perceber não apenas as opiniões predominantes, mas também os interesses subjacentes que influenciaram tais representações.

A representação, portanto, é uma ferramenta poderosa e complexa. Através dela, é possível obter uma janela para o passado, compreendendo as aspirações, medos e realidades de uma era. A imprensa, particularmente publicações tão influentes quanto o *Jornal do Commercio*, serve como uma lente através da qual os historiadores podem examinar a evolução e os desafios da sociedade brasileira.

Ao longo dos anos, a imprensa, mais do que qualquer outro meio, tem

²⁶ SIQUEIRA, Carla. 2006. Sensacionalismo e Retórica Política em Última Hora, o Dia e Luta Democrática no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj, 2006.

desempenhado um papel fundamental na construção do imaginário e identidade nacional. Em um país tão vasto e diversificado como o Brasil, os jornais, incluindo o *Jornal do Commercio*, serviram como fios condutores, tecendo as narrativas que ajudaram a formar uma identidade coesa. Ainda que os relatos e representações sejam multifacetados e, às vezes, contraditórios, eles refletem a complexidade e riqueza da história brasileira.

1.2 A cidade nas linhas do *Jornal do Commercio*

Segundo censo publicado em 1904, Manaus, uma cidade construída de costas para o rio, tinha em seus arredores uma população de 35.000 habitantes²⁷, que mantinha forte contato interétnico entre indígenas e não indígenas.

Com o aumento das exportações de borracha, no final do século XIX e início do século XX, a capital passou por diversas mudanças que causaram transformações significativas nos segmentos sociais, econômico, político e cultural.

A imprensa amazonense também, passou por mudanças, e isso se deu através da incorporação de novos estilos jornalísticos e da aquisição de novas tecnologias como por exemplo, as máquinas de telégrafo, telefone e máquina de digitação de jornais. Como parte das mudanças pelas quais Manaus passava, em 2 de janeiro de 1904, surgiu o *Jornal do Commercio*, fundado pelo português Joaquim Rocha dos Santos. Após um ano e onze meses à frente do periódico, Joaquim dos Santos acaba falecendo, e o jornal atravessa um breve período de interrupção nas suas atividades.

Para entender o local que o *Jornal do Commercio* ocupa na História do Amazonas é preciso conhecer um pouco sobre a figura do jornalista Joaquim Rocha dos Santos e suas relações sociais na cidade de Manaus.²⁸

Joaquim Rocha dos Santos nasceu dia 6 de dezembro de 1851, em Lisboa. Veio ao Brasil com apenas onze anos de idade, no entanto, antes de chegar a Manaus, morou em Fortaleza, em Caxias na Província do Maranhão e no Pará. Na capital amazonense, Rocha dos Santos foi chefe de polícia, juiz de paz, deputado da Assembleia, administrador do Trapiche da Recebedoria, provedor da Santa Casa de Misericórdia²⁹, além de

²⁷ GONÇALVES, Lopes. **O Amazonas**: esboço historico, chorographico e estatistico até o anno de 1903. Hugo J. Hanf, 1904.

²⁸ Destaco que a dissertação de Priscila Daniele Tavares Ribeiro foi de grande importância para escrever sobre a história desse periódico. Ver: RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao “Leão do Norte”**: O Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus (1904-1914). Dissertação de Mestrado. 133f. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

²⁹ *Jornal do Commercio*, 02 de janeiro de 1904. Manaus, 1904 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/1

presidente da Irmandade do Santíssimo Sacramento e cônsul da Argentina.

Rocha dos Santos foi republicano, abolicionista e lutou pelos direitos civis dos cidadãos e muitas vezes se opôs às ações e decisões arbitrárias de quem estava no poder. Dedicou parte de sua vida à imprensa trabalhando como colaborador em periódicos brasileiros como *O Paiz*, e o *Jornal do Brasil* e, também, no periódico português *Seculo*. No período de 1888 a 1900, foi proprietário de um importante jornal na cidade de Manaus, o *Commercio do Amazonas*³⁰.

Depois de eleito deputado provincial em 1897, um projeto de lei é apresentado por Rocha dos Santos no ano seguinte. O projeto sugere que o poder executivo a construção, no Alto Rio Branco, uma repartição geral de catequese e civilização dos índios³¹, além disso, sugeria a criação de um Termo, com os limites fixados pelo governo cuja denominação seria de Sebastião Diniz, ao Rio Tacutu³².

Pode-se observar que Joaquim Rocha dos Santos possuía uma posição privilegiada na imprensa amazonense. Como jornalista, representante comercial ou exercendo função pública, Rocha dos Santos aproveitou essas condições para galgar uma posição política de Deputado Provincial na sociedade amazonense.³³

Priscila Daniele Tavares Ribeiro afirma que:

*Apesar de ter passado apenas pouco tempo na direção do Jornal do Commercio, a história que ele carrega atrelada à imprensa, antes da inauguração do jornal no dia 2 de janeiro de 1904, oferece referências para a devida relação de poder e do prestígio que exercia na cidade de Manaus.*³⁴

Após a morte de Joaquim Rocha dos Santos, o *Jornal do Commercio* experimentou uma série de mudanças editoriais e gerenciais, onde dia 2 de janeiro de 1904 é lançada a primeira edição do *Jornal do Commercio* por meio do qual deixa claro

³⁰ O jornal *Commercio do Amazonas*, fundado por Gregório José de Moraes, circulou em Manaus no período de 1869 e 1904. Caracterizou-se por ser um jornal aberto às diversas correntes de opinião. FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas** (1851-1950) – Catálogo de Jornais. Manaus, Editora Calderaro, 1990. p.63.

³¹ *Gazeta de Petropolis (RJ)*, 05 de abril de 1898. Petrópolis, 1898 – Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/304808/2807>

³² O rio Tacutu é um rio do Brasil e da Guiana e um dos formadores do rio Branco e marca em um trecho a fronteira Brasil-Guiana. Disponível em: <https://mapcarta.com/pt/19669778> Acesso: 15 fev. 2022.

³³ Marialva Carlos Barbosa afirma que ser dono do jornal não era o ponto culminante na carreira dos dirigentes de jornais, mas um estágio anterior ao ingresso efetivo na política ou na diplomacia. Ver: BARBOSA, Marialva Carlos. **Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p. 69.

³⁴ RIBEIRO. **Do burgo podre ao “Leão do Norte**. 2014. p. 31.

que a questão comercial seria o foco da empresa e que seu surgimento se deu para suprir a lacuna da falta de um jornal na cidade de Manaus que defendesse os interesses comerciais da região:

Fazendo-se órgão do principal elemento de ordem e de progresso, que é o commercio, este jornal vem, innegavelmente, satisfazer a uma das mais palpitantes necessidades de nosso meio social e supprir uma lacuna de que, já há muito, se ressentia a vida manauense – um diário que preferentemente advogue e defenda os interesses comerciais d'esta vasta e rica região do Brasil.³⁵

Ainda na primeira edição, o jornal afirma ser neutro querendo mostrar ao público que exerceria seus direitos constitucionais da livre apreciação e da crítica sem que tivesse nenhuma interferência alheia a sua vontade.

Sem compromissos e liames que o prendam a parcialidades políticas do Estado, o Jornal do Commercio é neutro nas lides que visem à economia e o interesse dos partidos políticos que se degladiam pelos poderes públicos do Estado. Deixando portanto a política lá onde ella está, este jornal não abdica, porém dos inauferíveis direitos constitucionaes da livre apreciação e crítica dentro do âmbito da lei os actos públicos que rocem com questões sociaes que affectem interesses geraes.³⁶

Essa neutralidade é posta em contradição nas diversas vezes que o jornal se posicionava ao lado de quem estava no Governo ou da elite dominante. Maria Luiza Ugarte Pinheiro afirma que *Jornal do Commercio* era um periódico tradicionalmente ligado aos grupos dominantes³⁷. Marialva Barbosa afirma que, o pretense esforço dos dirigentes de jornais afirmarem uma neutralidade das informações apresentadas, nada mais é uma forma de transformar o texto em documento, pois sendo neutro comprovaria a existência do fato³⁸. Maria Helena Rolim Capelato, ao ponderar a questão dos jornais como documento, afirma que “a produção desses periódicos pressupõe um ato de poder

³⁵ *Jornal do Commercio*, 02 de janeiro de 1904. Manaus, 1904 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/1

³⁶ *Jornal do Commercio*, 02 de janeiro de 1904. Manaus, 1904 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/1

³⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

³⁸ Apud RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. O *Jornal do Commercio* de Joaquim Rocha dos Santos. In: RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. Do burgo podre ao “Leão do Norte”: **O Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**, 2014. p. 31.

no qual estão implícitas relações a serem desvendadas”³⁹.

Como mencionado anteriormente, o *Jornal do Commercio*, durante o período de 1904-1905, teve como proprietário e diretor Joaquim Rocha dos Santos. Faziam parte da redação do diário: Henrique Rubim e Alcides Bahia e participavam como colaboradores: Mello Rezende, Heliodoro Balbi, Gaspar Guimarães, Vivaldo Lima, Carlos Eugenio Chauvin, Solon Pinheiro, Alberto Rangel, J. Tabosa, entre outros.⁴⁰

Independentemente da função desenvolvida, dentro da empresa *Jornal do Commercio*, esses profissionais acabavam estabelecendo alianças, utilizando esse espaço como um veículo propagador do pensamento da classe a qual pertenciam e usufruindo o capital simbólico que o curso superior proporcionava. Trabalhar num jornal fornecia uma condição diferenciada capaz de exercer influência dentro da política e da sociedade amazonense. Maria Luiza Ugarte Pinheiro afirma que foi nas páginas da imprensa local que a intelectualidade amazonense, no final do século XIX e início do século XX, ganharam visibilidade e respeitabilidade no interior da sociedade local⁴¹.

Passado um ano e onze meses de funcionamento do periódico, a equipe do *Jornal do Commercio* passa por uma situação bem impactante pois, logo após Rocha dos Santos completar 54 anos este sofre um mal súbito no dia 09 de dezembro de 1905. Os colegas de equipe prestaram homenagem na edição de 10 de dezembro de 1905:

*A commoção de que nos achamos possuídos n“ste momento, nós que
tinhamos como chefe, como director, como amigo, não permite que
façamos uma synthese sequer do que foi esse homem, que dedicou toda
a sua vida ao Amazonas, e que teve, ainda assim a felicidade de morrer
na sua pátria
adoptiva, longe do filho idolatrado, é certo, mas na terra amada e
cercada de amigos verdadeiros, que elle sabia fazel-os como ninguem,
á força de extremos e dedicações,
Quando menos se esperava, um collapso cardíaco victimou em poucas
horas aquelle organismo de luctador, affeito a adversidade, batalhador
vigoroso que, sahindo do nada, vindo do povo, conquistou á golpes de
intelligencia, de tenacidade e esforço na senda do bem, posição
elevadíssima na sociedade, aliás exigente na benquerença dos seus
membros.
(...) no seu jornal, o opprimido, o pobre, o infeliz, o offendido,*

³⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994. p. 24.

⁴⁰ A dissertação de Priscila Ribeiro expõe detalhadamente a biografia de cada membro desse periódico. Ver: RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. O Jornal do Commercio de Joaquim Rocha dos Santos. In: RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. Do burgo podre ao “Leão do Norte”: **O Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**, 2014. p. 31.

⁴¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

encontravam sempre acolhimento e conforto, e muitas vezes o que não podia fazer o favor d'ele pelo jornal, fazia o pelo esforço pessoal servindo-se mais do que devia licito faze-lo.

Pobre Rocha!

Faltou-te na hora extrema, à cabeceira o teu filho idolatrado, auzente na conquista de uma posição digna e elevada, que te fizesse ainda mais feliz, mas tivesse a receber o teu ultimo suspiro os teus companheiros e amigos do JORNAL, que como teu filho guardarão sempre verde a tua saudade.⁴²

Raymundo Rocha dos Santos, único filho do fundador do jornal, recebe como herança a propriedade da empresa *Jornal do Commercio* após o falecimento de Joaquim Rocha dos Santos. Em 1906, Raymundo Rocha dos Santos vende a propriedade para o Coronel e Superintendente Municipal Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa⁴³. Após Adolpho Lisboa ter comprado o periódico, este, passou a ter vários diretores em diferentes momentos.

O *Jornal do Commercio* reaparece no cenário da imprensa amazonense no dia 15 de abril de 1906, sendo bem recebidos tanto pelos representantes do comércio, do funcionalismo público e autoridades, quanto pelos colegas de imprensa e pessoas do povo.⁴⁴

Em abril de 1907, assume a direção do *Jornal do Commercio* o advogado Vicente Reis que tempos depois adquire a propriedade do jornal juntamente com outros mais tarde passando a ser o único proprietário⁴⁵. A aquisição do *Jornal do Commercio* por Vicente Reis inaugura o segundo momento do periódico.

Vicente Torres da Silva Reis enquadra-se nas características analisadas anteriormente para os profissionais que atuaram na imprensa nesse período: era de outra cidade, formado, paralelamente a sua atuação na imprensa, almejava um cargo político. Assim como Joaquim Rocha dos Santos, fundador do *Jornal do Commercio*, Vicente Reis trouxe uma larga experiência não só como profissional da área da imprensa, mas também

⁴² *Jornal do Commercio*, 10 de dezembro de 1905. Manaus, 1905 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/3022

⁴³ O capitão do exército Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa, em 1902, foi nomeado para o cargo de Superintendente Municipal pelo governador do estado Dr. Silvério José Nery. Sua administração prolongou-se até 1907. Não há indicação de seu destino final, onde e quando faleceu, nas biografias consultadas. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias** - vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p.27.

⁴⁴ A dissertação de Priscila Ribeiro apresenta um artigo escrito pelo Inspetor Bento Aranha em homenagem ao retorno do jornal. O JC no tempo de Vicente Reis. In: RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. Do burgo podre ao “Leão do Norte”: **O Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**, 2014. p. 59.

⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 15 de setembro de 1910. Manaus, 1910 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/139266

na área da advocacia, na administração pública e nas artes. Essa experiência o auxiliou no momento em que construía uma nova identidade ao *Jornal do Commercio* e no momento de estabelecer parcerias na sociedade amazonense.

O advogado Vicente Reis foi proprietário do *Jornal do Commercio* por 36 anos, no período entre 1907 e 1943, quando transferiu o periódico à cadeia de Diários Associados pertencente a Assis Chateaubriand, empresário das comunicações que adquiriu diversos jornais por todo o Brasil. No período em que foi proprietário, o jornalista fez algumas modificações, com destaque para a introdução em 1912 das máquinas linotipos⁴⁶.

Com esse breve histórico das gestões do periódico, já podemos ter em mente que nosso recorte temporal passa nas mãos desses três homens e ao verificarmos minimamente a biografia de ambos, nota-se que, todos eles ocupavam o mesmo espaço na Elite Amazonense e ao pertencer também seguiria apoiando o modelo de modernidade e progresso proposto pelo governo e pelas elites dominantes. Em um desses momentos, pode-se perceber a preocupação que o jornal demonstrava com a questão do progresso:

Para um espírito observador facil é ver onde está a verdadeira causa das luctas e trabalhos por que, ha annos para cá, tem passado o Estado do Amazonas, preocupação constante dos que ouvem falar das suas riquezas naturaes e de seu progresso.

Quando o Amazonas, distante e esquecido do governo central, que tudo absorvia, arrastava uma vida pobre e mesquinha e no sul do paiz era considerado como um clima horrível, uma terra horrenda, boa somente para degredados e sentenciados (...). Veio a República, e com sua federação descentralisou o poder, permitindo assim a livre acção local, e d"ahi o conseqüente progredimento das indústrias, o desenvolvimento das forças vivas d"esta terra o seu crescimento material, a sua riqueza, outr"ora abafada, e a evolução da sociedade amazonense. Em pouco mais de uma década de livre acção local, o burgo podre transformou-se num leão do norte, no Estado feracissimo que assombrou o paiz inteiro com a sua grandeza, e exportou para a Europa e para a América a mais bela e a mais apreciada borracha do mundo.⁴⁷

O *Jornal do Commercio* apontava sua preocupação com questões relacionadas a saúde. O jornal aderiu ao discurso de que uma cidade saneada era uma cidade civilizada. Porém cabe mencionar que essa questão não figuravam apenas no *Jornal do Commercio*,

⁴⁶ In: RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. Do burgo podre ao "Leão do Norte": **O Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**, 2014. p. 31.

⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 18 de abril de 1906. Manaus, 1906 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/3111

mas em praticamente todos os jornais em circulação na época em Manaus, mostrando, assim, que grande parte desses periódicos estava de acordo com o projeto de modernidade que se queria implantar na cidade, e no país de forma geral; Como podemos ler nota de janeiro de 1910 em um jornal de Manaus: “*O Amazonas numa das suas edições da semana última, contra a opinião dos médicos da terra a verdade dos factos, afirmou que o estado sanitário desta capital é o mais invejável de todo o globo*”.⁴⁸

Destaca-se que, diversas vezes, o jornal agia como guardião e fiscalizador no projeto de transformação de Manaus numa cidade “civilizada”, “cosmopolita” e “higienizada”, como por exemplo, ao publicar no ano de 1904 uma série de artigos intitulados de “Saneamento em Manaós” que chamavam a atenção dos governantes para a questão dos hábitos da população local, sugerindo inclusive que fossem criadas proibições para certos costumes.

O governo, no período da *Belle Époque*, passou a ter legitimidade para exercer o controle do corpo social a partir de criação de códigos e leis específicas normatizando determinadas situações que pudessem pôr em risco a imagem de uma Manaus saneada por exemplo, hábitos que evocassem ou trouxessem à memória qualquer lembrança dos povos indígenas deveria ser apagada. Um desses traços que foi duramente combatido foi o uso da palha como cobertura nas construções. A lei número 437, de 28 de dezembro de 1906, e o artigo 108 do Código de Posturas de 1910 são bem claros quanto à proibição do uso de tal artifício. Essa normatização imposta pelas autoridades fez com que os moradores que não pudessem obedecer aos Códigos de Posturas, fossem empurrados para as periferias mais próximas e depois para as mais distantes⁴⁹.

As novas políticas, adotadas para o controle da higiene no espaço urbano, fizeram com que a população pobre fosse excluída da área central da cidade. Novos bairros, cada vez mais distantes do centro, surgem e acabam acolhendo a parte segregada da população. Porém, uma grande massa de trabalhadores com a necessidade de ter um domicílio próximo a seus locais de trabalho, fez com que alguns especuladores construíssem prédios de fachada, escuros, sem luz, água, ventilação e sem nenhuma condição de higiene para serem alugados por elevados preços a pessoas que estão sendo absorvidas no novo mercado de trabalho.

⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 1910. Manaus, 1910 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/138046

⁴⁹ COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana** – Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

Com o discurso da insalubridade dos cortiços e tementes de que os mesmos se espalhassem pelo centro da cidade, ocasionando um aumento descontrolado de doenças, em 1910, os administradores municipais abriram o edital de concorrência para a construção de vilas operárias. O *Jornal do Commercio* publicou na íntegra o edital no dia 2 de janeiro de 1910⁵⁰. Conforme as cláusulas do contrato, essas vilas deveriam ser construídas em diversos pontos da cidade, o contratante teria isenção do imposto predial durante quinze anos, as obras iniciariam no prazo de seis meses a contar da assinatura do contrato, as primeiras casas deveriam ser entregues dois anos após a assinatura do contrato e as casas poderiam ser alugadas pela classe proletária, pelos funcionários públicos ou por qualquer um que pagassem o aluguel.

Todavia, a pressa por parte dos administradores parece não ter surtido efeito⁵¹, pois um ano após o lançamento do edital ainda se discutia a implantação desse tipo de Política no Município. Ainda sobre as cláusulas do contrato, há de verificar que uma série de exigências tornaram-se entraves à viabilização da proposta, como o caso de responsabilizar o contratante pelas despesas com a desapropriação dos terrenos necessários para as construções⁵².

As tentativas de construção de vilas operárias em Manaus por parte do poder público no início do século XX foram praticamente infrutíferas, mas a necessidade de se ter controle sobre o espaço público era constante. Assim decretos, leis, regimentos e os códigos de posturas ofereceram legitimidade para a intervenção, desapropriação e demolição de habitações consideradas inadequadas.

Manaus, com o *boom* da borracha, passou por transformações que provocaram sensíveis mudanças na estrutura econômico-social e, também, na oferta de serviços, tanto na esfera pública como na esfera privada. Essas mudanças justificaram-se pelas necessidades derivadas das relações comerciais de Manaus com os países importadores da borracha. Nesse contexto, os hábitos regionais deram lugar aos hábitos citadinos inspirados na cidade de Paris. Manaus, a capital construída de costas para o rio, passou por uma metamorfose transformando-se numa cidade conforme os modelos de modernidade vigente na época.

O *Jornal do Commercio*, como a maioria dos jornais da época, foi um dos grandes

⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 02 de janeiro de 1910. Manaus, 1910 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/137990

⁵¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1889-1925. Manaus: Valer, 2003. p.58.

⁵² DIAS, Ednéa Mascarenhas. **Ilusão do fausto**: Manaus, 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999.p.139.

propagadores desse ideal de modernidade, fazendo referência a construções e embelezamentos da cidade.

O periódico amazonense pesquisado constituiu-se como um importante meio propagador de ideias, imagens e representações sobre a cidade. No período delimitado para análise (1904-1933) é que o jornal de maior circulação nessa época, o *Jornal do Commercio*, vivenciou não só sua fase de fundação e consolidação na imprensa amazonense, como também participou da difusão de hábitos de modernidade em Manaus.

Além de seu papel como propagador do ideal de modernidade, o *Jornal do Commercio* atuou como um agente ativo na mediação das relações entre o poder público e a população de Manaus. O jornal não era apenas um espectador, mas um participante engajado nas disputas urbanas e políticas que marcaram essa época.

Durante este período, o *Jornal do Commercio* se envolveu em debates públicos sobre a reconfiguração do espaço urbano de Manaus. Ele frequentemente publicava editoriais, artigos de opinião e relatórios que apoiavam ou criticavam as políticas públicas. Em um momento, poderia estar exaltando as obras de embelezamento que alinhavam Manaus com os padrões de Paris; em outro, denunciando as desapropriações como ações autoritárias que desconsideravam os direitos dos moradores.

O periódico também se tornou uma espécie de arena para debates públicos. Cidadãos, políticos e intelectuais usavam suas páginas para expressar suas opiniões, apresentar suas visões para a cidade e reagir às políticas implementadas. Essa função do *Jornal do Commercio*, portanto, foi fundamental para a formação da esfera pública em Manaus, criando um espaço onde diferentes vozes e interesses poderiam se encontrar e se confrontar.

Importante destacar que o *Jornal do Commercio* não apenas refletia as transformações urbanas e culturais de Manaus, mas também as influenciava. Seus editoriais e artigos de opinião tinham o poder de moldar a percepção pública sobre o que era a "modernidade" e qual direção a cidade deveria tomar. Em um contexto em que a imprensa desempenhava um papel central na vida pública, suas palavras carregavam um peso significativo visto que validavam publicamente, especialmente perante os anseios da elite, as ações levadas a cabo pelo governo estatal. Para os demais moradores, principalmente os mais pobres e não-brancos, esperava-se que se adaptassem ou mesmos sumissem perante a força da modernidade e do progresso.

Assim, o *Jornal do Commercio* foi mais do que um mero repositório de notícias ou um propagador passivo de ideias e imagens. Ele foi um ator importante no processo

de transformação de Manaus durante o início do século XX, navegando e influenciando as complexas relações entre modernização, poder público e sociedade.

No entanto, é crucial entender que o papel desempenhado pelo *Jornal do Commercio* não se deu em um vácuo; foi profundamente influenciado pelo contexto social e econômico de Manaus e do Brasil. A cidade, enriquecida pelo comércio de borracha, atraía uma variedade de interesses nacionais e internacionais. Comerciantes, empresários estrangeiros, políticos e trabalhadores convergiram para Manaus, tornando-a um caldeirão cultural e econômico. O jornal, em muitos aspectos, refletia essa diversidade, oscilando entre diferentes vozes e interesses, buscando sempre manter sua relevância e autoridade em meio a uma população em rápida transformação.

2. SOB O OLHAR DELES: A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS PELA GRANDE IMPRENSA

*O que está em causa, na realidade, é o modelo que o país deseja para si mesmo e o papel das populações indígenas nesse modelo.*⁵³

No imaginário coletivo nacional, a noção de indígena está relacionada com a ideia de “selvagem”, “silvícola”, que vive na floresta de maneira rudimentar, ou seja, que não utiliza ferramentas e vive de maneira nômade⁵⁴.

A partir dessa ideia surgem duas outras concepções recorrentes: uma é a visão romântica e outra é a do selvagem. Atualmente, em decorrência da trajetória dos movimentos sociais e da redemocratização da política, surge uma terceira perspectiva, a do indígena enquanto sujeito histórico⁵⁵.

Esta pesquisa problematiza as matérias jornalísticas sobre os indígenas no Estado do Amazonas no início do século XX, pois esses sujeitos passavam por dois grandes processos. No contexto nacional, a virada do século XIX foi marcada por grandes mudanças, além do Brasil se tornar uma República, percebemos que a política pró-extermínio dá lugar a um projeto de nacionalidade que procura aceitar os povos indígenas em seu convívio, porém, isso só ocorreria caso esses sujeitos se ajustassem a categoria de trabalhadores nacionais indígenas.

É a partir desse argumento que ocorre a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN) em 1910. A instituição foi criada pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 e tinha por tarefa a pacificação e proteção dos grupos indígenas, bem como o estabelecimento de núcleos de colonização com base na mão de obra nordestina. As duas instituições foram separadas em 6 de janeiro de 1918 pelo decreto Lei nº 3.454, e a instituição passou a ser denominada Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁵⁶.

O Amazonas, foi sede da 1ª Inspeção Regional, o chamado IR1. O SPI conseguiu criar um número variável de unidades de assistência, chamados postos indígenas. Em

⁵³ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

⁵⁴ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

⁵⁵ MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. In: **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.

⁵⁶ GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. Editora Contexto, 2012.

1914 eram 10 e cada posto deveria ter uma infraestrutura básica, um sistema de produção econômica com equipamentos e ferramentas e, quando possível, uma escola de alfabetização. A notícia abaixo evidencia de qual maneira esses postos indígenas adquiriam o material necessário para exercerem as atividades de um dos postos indígenas nesse período:

Esteve em Manaós um grupo de indios Mundurucus já civilizados

Algumas notas sobre o serviço de protecção aos selvícolas

A gravura acima estampamos representa um grupo de indios da tribu "Mundurucus" no centro indigena "Tauacuera" e que o nosso photographo apanhou na companhia do sr. Virgilio Bandeira, ajudante da repartição de protecção aos selvícolas.

Chegaram elles a Manaós, sob a chefia do tuchaua Pedro Esteves, no dia dezenove do corrente, tendo feito sua viagem a esta cidade em canôa, desde o ponto inicial da partida que foi o rio Abacaxis.

Vieram em busca de recursos que solicitam a inspetoria de protecção aos indios e que tendo sido enviados pela lancha "Ricardo" não tinham chegado ao seu destino, até o dia da sua partida do centro indigena "Tauacuera".

Sabendo aqui procuramos do dr. João Amora, chefe da repartição de indios que, gentilmente prestou informações sobre o serviço de protecção aos selvícolas.

- Esse centro "Tauacuera" é muito antigo?

- Não. Foi fundado anno passado, no mesmo lugar onde, em tempos, existiu a missão de frades.

- Qual o número de indios localizados alli?

- De cerca de trezentos, existindo já uma escola primaria mantida pela inspetoria e culturas diversas, dentre as quaes sobrezae a de guaraná. É professor encarregado do nucleo o sr. José Francisco Maia.

- Sabe o nome dos indios que photographamos?

- Sei de oito: Pedro Esteves, Benedicto, Sabino, Evaristo, Manoel, Firmino, Manduca e Herculano.

- Ainda estão aqui esses selvícolas?

- Não, regressaram no dia vinte ás treze horas, sendo-lhes fornecido tudo que necessitavam. Deles ficou um, que seguirá como pratico da lancha "Bemquerer", a zarpar dede Manaós até o fim do mez. Nessa embarcação irá ainda grande quantidade de utensílios para o fabrico de farinha, construcções de canôas, etc.

- E do coronel Rondon, o incasavel devastador dos nossos sertões que nos diz, para terminar?

- Que elle enviou um tellegrama á inspetoria annunciando que encetou com êxito, no alto rio Madeira a pacificação dos "Parintintins".

Sahiámos, depois de agradecer ao dr. João Amora as suas informações, quando elle nos disse do alto da escada:

- Olhe. Pode dizer no seu jornal que as fazendas nacionaes do Rio Branco vão passar direção e fiscalização da inspetoria de indios e que o capitão Esteves vae brevemente chamar os indios campineiros do alto Abacaxy, a localisação em "Tauacuera"⁵⁷.

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 22 de junho de 1914. Manaus, 1914 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/140948



Figura 1: Os indígenas munduruku citados na reportagem. *Jornal do Commercio*, 22 de junho de 1914.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A notícia acima, trata-se de uma viagem realizada por indígenas da região do rio Madeira para Manaus, em 1914. Os indígenas da etnia Munduruku vieram solicitar junto ao Governo do Estado do Amazonas materiais para fabricação de farinha e construção de canoas. Conforme mencionado na notícia acima transcrita, tais materiais já deveriam ter sido entregues no Posto indígena, uma vez que isso era a contrapartida do governo, entretanto, como esse material não chegou, o grupo de Munduruku veio a capital pedir esclarecimentos e reivindicar o envio. Outro dado importante, é o fato de um dos indígenas ficar para acompanhar a embarcação que levaria as encomendas e como se daria a entrega dos materiais no seu destino.

Esse episódio evidencia o modo como os indígenas estavam atentos aos seus direitos e se articulavam para fazer cumprir os acordos que eram celebrados com eles. Além de apontar também para possíveis desvios que eram cometidos por aqueles que ficavam encarregados de cumprir esses mesmos acordos.

No âmbito regional, Manaus até o final do século XIX, era vista por viajantes e memorialistas como um lugar ermo cuja população possuía hábitos culturais inconvenientes. Mesmo sendo elevada, em 1850, à capital da província do Amazonas e

tendo sua receita incrementada pelo capital federal carregava o estigma de ser uma “pequena reunião de casas, metade das quais parece prestes a cair em ruínas”⁵⁸.

Em pouco tempo, com o significativo aumento da extração e da exportação da borracha, nas últimas décadas do século XIX, Manaus passou a ser considerada uma cidade moderna e cosmopolita. A extração do látex precisava suprir o mercado internacional e para isso necessitava de mais mão de obra para a crescente demanda. É neste momento que o governo incentiva o uso da mão de obra – inclusive a indígena – nos seringais da Amazônia brasileira. Esse estímulo tem como consequência os mais diferentes tipos de violências praticadas não apenas nas terras pertencentes ao território do Brasil, bem como em seringais do lado peruano e colombiano.

Essa prática que remonta ao período colonial resulta em muitos casos noticiados de tráfico de indígenas no estado do Amazonas, sendo essa uma das consequências indiretas da intensa investida na região, ou seja, a possibilidade de apresar e se utilizar da mão de obra indígenas de modo compulsório nos seringais. É disso que trata a informação que abaixo transcrevemos:

Varias notícias

Em companhia de srs. ultimamente chegados do rio Ituxy, vieram 9 indios menores da tribu Caxarahy, umas das mais conhecidas do Amazonas.

Referemnos que esses srs., pretendem levar os pobres escravizados para Iquitos.

Deante deste facto, cremos que as nossas autoridades devem tomar as necessárias providencias impedindo que esses selvícolas saiam de nossos Estado para serem reduzidos ao serviço de escravos no estrangeiro.

Alguns dos indios a que nos referimos aqui, estão em uma casa á estrada Epaminondas.⁵⁹

É sabido que nesse momento um dos principais apressadores e escravizadores de indígenas, o então prefeito de Iquitos (1902-1903), Julio César Arana estava expandindo suas terras e fundando companhias de navegação e comércio, inclusive com filial em Manaus.⁶⁰ Arana ficou internacionalmente conhecido, após as denúncias do jornalista

⁵⁸ AGASSIZ, Louis.; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil** (1865-1866) tradução e notas de Edgar Süsskind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p.196.

⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 04 de junho de 1904. Manaus, 1904 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/625

⁶⁰ A J.G. Arana and Hermanos Co. fundada em 1904. SILVA, Caio Henrique Fautino da; LEAL, Davi Avelino. Crime e Castigo na Amazônia: o Putumayo nas páginas do jornal The New York Times. In. **História Impresas**. Imprensa e periodismo na região norte (1930-1988). Org. César Augusto B. Queirós. Manaus: Editora Valer, 2022. p. 55.

irlandês Roger Casement, pelas práticas de violência e morte cometidas contra indígenas, sendo os Witoto da região do rio Putumayo os mais afetados pelas ações do político peruano.⁶¹

Se nas regiões afastadas dos centros urbanos o cenário de conflitos era desolador. Nos espaços em que a riqueza produzida pela economia da borracha mais se apresentava os problemas não eram menos dramáticos. Tomando Manaus como espaço privilegiado para percebermos esses conflitos sociais, notamos que as autoridades tinham como objetivo manter afastada das rotas comerciais e centros residenciais de alto nível a população pobre e como consequência houve uma ocupação desorganizada das regiões mais distantes da cidade. O afastamento das camadas empobrecidas da cidade das regiões beneficiadas pela riqueza foi um projeto pensando e executado pela elite econômica e política da cidade.⁶² Isso revela a exclusão social que ocorria por detrás do “fausto” do período econômico da borracha, onde uma máquina pública funcionava a favor das demandas da elite detentora do capital. Como nos revela Edineia Dias:

[...] a modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pelas avenidas, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo.⁶³

É nesse contexto em que questões centrais que perpassam a ancestralidade e modernidade, modos de ser e de fazer em conflitos no espaço urbano, que os jornais passam a exercer um papel fundamental como formador de opinião. Considerando esse aspecto, ao visualizarmos as notícias sobre os indígenas, podemos verificar qual a constância de cada um deles no discurso jornalístico, predominando algumas representações que poderíamos resumir da seguinte maneira: “índio selvagem”, “índio

⁶¹ Sobre as ações de Arana no rio Putumayo ver: SILVA, Caio Henrique Faustino da. **Entre o Mítico e o Real**: os escândalos do Putumayo e o holocausto amazônico. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020; CARDENAS, Freddy Orlando Espinoza. Roger Casement na Amazônia. Exploração, violência e genocídio no interflúvio da tríplice fronteira. 143f. Tese de doutorado (Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

⁶² COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana** – Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

⁶³ DIAS, Ednéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus, 1880-1920. Manaus: Valer, p.29, 1999.

romantizado” ou “índio agente da sua História”⁶⁴. Conseqüentemente, verificamos de que maneira tais representações aparecem, ou seja, de modo implícito ou explícito nas declarações das fontes jornalísticas.

Perceber a presença das três perspectivas sobre o indígena nos jornais, é importante, pois, ao pesquisar as práticas e representações desses indígenas através do periódico *Jornal do Commercio*, se faz necessário ler nas entrelinhas para assim resgatar as suas trajetórias, modos de vida, anseios, lutas e adaptações. Permite-nos também analisar como os planos de “modernização” e “civilização” na cidade foram lidos, encarados e interpretados por esses sujeitos.

2.1 Múltiplas Facetas da Representação Indígena no *Jornal do Commercio*

No contexto das representações indígenas, uma análise do *Jornal do Commercio* revela uma variedade de informações e perspectivas sobre esses povos. Encontramos relatos de viajantes que oferecem olhares externos, muitas vezes permeados de seus próprios preconceitos⁶⁵. Há também reivindicações diretas de grupos indígenas, refletindo suas vozes e preocupações.

Além disso, surgem anúncios em busca de crianças indígenas sob tutela⁶⁶, evidenciando a intrincada relação entre indígenas e as estruturas sociopolíticas dominantes. Denúncias alertando sobre riscos enfrentados pelos povos indígenas⁶⁷ e acusações contra seringalistas peruanos e colombianos indicam os contínuos conflitos, especialmente ligados à economia da borracha e questões de fronteira⁶⁸.

A presença da Igreja Católica é notável, seja em iniciativas de catequização⁶⁹, ou na tutela de jovens indígenas⁷⁰, evidenciando um relacionamento paternalista. Em

⁶⁴Para compreensão de alguns dos estereótipos que se criam sobre os indígenas ver: FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. **O saber construído a partir de nós. Caderno CENESCH**, n. 1, p. 29, 2000.

⁶⁵ Ver: Pelo Rio Negro. *Jornal do Commercio*, 31 de março de 1910. Manaus, 1910 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/138659

⁶⁶ Ver: Ocorrencias. *Jornal do Commercio*, 05 de março de 1911. Manaus, 1913 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/15315

⁶⁷ Ver: Catechese original. *Jornal do Commercio*, 21 de maio de 1911. Manaus, 1911 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/10182

⁶⁸ Ver: Chronica Policial. *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1911. Manaus, 1911 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/9714

⁶⁹ Ver: A missões religiosas. *Jornal do Commercio*, 12 de julho de 1915. Manaus, 1915 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/142678

⁷⁰ Ver: A missões religiosas- O reverendo João Bazola parte, amanhã, para São Paulo de onde irá a Italia. *Jornal do Commercio*, 20 de julho de 1915. Manaus, 1915 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/142712

contraste, encontramos indígenas sendo apontados como suspeitos de crimes ou má conduta⁷¹, evidenciando estereótipos aos quais os indígenas eram associados à época.

Também são dignos de nota os obituários de indígenas⁷² e relatos sobre o primeiro contato com certas etnias⁷³, os quais pela letra de quem os descreve, podem variar entre o fascínio e a estranheza.

Estas múltiplas representações destacam a complexidade e a riqueza da interação entre os povos indígenas e a sociedade mais ampla, conforme retratado no *Jornal do Commercio*. Embora cada categoria de informação ofereça um vislumbre das percepções, relações e valores da época, é fundamental mergulhar profundamente em cada uma delas para entender as camadas de significados que elas transmitem. Tais representações não só evidenciam as atitudes e contextos históricos do período estudado, como também oferecem pistas para o entendimento mais amplo da posição e importância dos agentes históricos, entre eles os povos indígenas da região.

É fundamental dizer que, através da análise destas representações, esperamos não apenas decifrar o modo como a sociedade via os indígenas, mas também como os próprios indígenas se posicionavam e atuavam em face dessas percepções. O papel dos meios de comunicação, particularmente de jornais influentes, como o *Jornal do Commercio*, em moldar e refletir opiniões públicas não pode ser subestimado. Assim como não podemos desconsiderar a capacidade dos povos indígenas em se articular e se posicionar diante dos cenários de conflitos em que se viram expostos.

2.2 Os indígenas nas páginas do jornal

Ao digitarmos o termo “índio” (no singular) na barra de busca da Hemeroteca Digital surgem 3459 ocorrências até o ano de 1934, mas para nossa pesquisa só foram importantes 269 notícias, visto que o restante das notícias anunciava a partida ou chegada no Porto de Manaus do *Vapor Índio do Brasil*, pessoas que apareciam em variadas listas

⁷¹ Ver: Chronica Policial. *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1908. Manaus, 1908 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/5368

⁷² Ver: Varias. *Jornal do Commercio*, 27 de maio de 1911. Manaus, 1911 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/10623

⁷³ Ver: Grãos Historicos. *Jornal do Commercio*, 02 de novembro de 1910. Manaus, 1910 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/9179

que se publicava no jornal e tinham em seus sobrenomes “Índio”⁷⁴. Os Folhetins,⁷⁵ filmes e peças de teatro do período também acabavam trazendo como personagens indígenas. Falando especificamente dos folhetins, quase sempre esses personagens eram escritos tendo em suas características o *Indianismo*, uma tendência do Romantismo⁷⁶ na literatura brasileira.

Abaixo uma tabela detalhando ano a ano a quantidade de notícias encontradas na fonte de pesquisa:



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com a investigação nas edições do periódico disponibilizada na Hemeroteca Nacional Digital.

Para esse estudo, também foi pesquisado no site Hemeroteca Digital o termo “Índios” (no plural) e como resultado tivemos 1931 ocorrências até o ano de 1934, no entanto para essa pesquisa eram interessantes 731 notícias, pois, as outras ocorrências tratam de contratações e baixas na Inspetorias dos “Índios”.

Abaixo uma tabela detalhando ano a ano a quantidade de notícias encontradas na fonte de pesquisa:

⁷⁴ Até seu falecimento em 1917 o deputado Coronel Rodolpho **Índio** de Maués era um dos nomes que mais aparecia nas ocorrências do site.

⁷⁵ O folhetim é uma narrativa literária, seriada dentro dos gêneros prosa de ficção e romance. Quanto ao formato, é publicada de forma parcial e sequenciada em periódicos como nos jornais e revistas; quanto ao conteúdo: apresenta narrativa ágil, profusão de eventos e ganchos intencionalmente voltados para prender a atenção do leitor. Ver: MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. Editora Companhia das Letras, 1996.

⁷⁶ O Indianismo foi uma tendência do Romantismo na literatura brasileira, principalmente da Primeira Geração Romântica. Os escritores desse período buscaram, em suas obras (romances e poesias), valorizar a figura do índio brasileiro. José de Alencar (1829-1877): um dos grandes representantes da literatura brasileira. O indianismo aparece, principalmente, nas obras *O Guarani* e *Iracema*. Ver: BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. Editora Cultrix, 1994.

Gráfico: Notícias com o termo "Índios" no *Jornal do Commercio* (1904-1934)

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com a investigação nas edições do periódico disponibilizada na Hemeroteca Nacional Digital.

Em algumas das notícias que compõem o gráfico acima nos apresentou nomes de grupos indígenas e suas histórias, porém um outro termo que surgiu em meio a essas notícias foram eles: “**selvícola**” e “**selvícolas**” e ao procurarmos especificamente na Hemeroteca Digital, foi possível selecionar respectivamente 20 notícias para o primeiro termo e 120 para o segundo.

É importante destacar que os exemplares disponíveis na Hemeroteca Digital não abrangem todas as edições dos jornais, especialmente a partir da década de 1920. Isso implica que a aparente diminuição das menções aos termos citados acima pode não refletir uma ausência real dessas menções, mas sim a lacuna nas edições disponibilizadas, o que limita o acesso a essas informações.⁷⁷

Durante o levantamento no site, podemos perceber que as notícias seguem tendências da época. Por exemplo, até antes da instalação do SPI no Amazonas vemos um jornal que se apresenta empático as situações indígenas quando coloca em primeira página as dificuldades enfrentadas por esses grupos no interior. Abaixo, em uma matéria escrita pelo colaborador do periódico, Bento Aranha⁷⁸, em 04 de janeiro de 1905, mostra quais eram as preocupações, naquele momento, com indígenas da Amazônia:

⁷⁷ Nesse sentido, agradecemos a professora Maria Luiza Ugarte que nos chamou atenção para o caráter lacunar dos exemplares do *Jornal do Commercio* disponíveis na Hemeroteca Digital.

⁷⁸ Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1841-1919), foi um jornalista e político paraense, radicado no Amazonas. Tendo exercido mandato de deputado provincial nas décadas de 1870-80 no Amazonas. Notabilizou-se pela atuação na imprensa, contribuindo e fundando diversos jornais nas cidades de Belém e Manaus. Sobre a atuação de Bento Aranha na Imprensa ver: PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. Um lugar na historiografia amazonense: a trajetória de Bento Aranha (1841-1919). Revista Eletrônica Discente do Curso de História – ufam, volume 5, ano 2. p. 295-316. 2021; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto.

*Os índios do rio Branco*⁷⁹

Os índios do rio Branco em todos os tempos mereceram seria atenção do governo, sobretudo na sábia administração de Manoel da Gama Lôbo d'Almada, ainda no regime colonial.

A historia patria registra factos extraordinarios e dignos de admiração a respeito dos selvagens, que povoavam aquella maravilhosa e invejavel zona do portentoso valle do Amazonas.

Como todos os de outras zonas do mesmo vale, padeciam dessas indolencia proverbial que padecem os povos que, debaixo do sol de equador, nascem, crescem, florescem e torna-se depois decadentes, em consequencia não sò do vigor do clima que os flagella, como da inactividade que os enerva e extingue.

Provêm principalmente essa inevitavel decadencia da desgraçencia dos seus usos, habitos e costumes, maximo do transformismo rapido do carater, que lhes era intacto e os incompatibilisa com as exigencias da civilização moderna.

Mais do que os outros índios eram os do rio Branco inteligentes, agricultores, industriaes, valorosos, guerreiros e briosos, tanto assim que os Mayanas, Manaós, formavam uma grande nação, sob o regime confederativo, como formaram os Tamoyos nas terras do sul do Brasil. Foi delles, que nasceu o famoso Ajuricaba (Uaiuricana), reconhecido por chefe principal da confederação, e a quem o governo do Estado do Gram-Pará hostilizou como sem peor inimigo, e caudilho o mais terrível e mais aguerrido contra as instituições coloniaes e principio de autoridade no rio Negro.

Bento Aranha destaca na primeira parte de seu texto a situação na qual as populações indígenas do rio Branco viviam desde o período colonial, destacando por exemplo o nome de alguns dos povos que habitavam aquela região como os Mayanas e os Manaós. Além de também destacar a história de Ajuricaba (Uiauricana), guerreiro da etnia Manaós que se impôs perante a invasão colonial e acabou sofrendo duras penalidades. Em artigo recente, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro analisou essa caracterização dos escritos de Bento Aranha, sinalizando o modo como o autor fez uso do modelo da exemplaridade histórica, sempre retomando, no caso da Amazônia, ao passado colonial para denunciar a violência da escravização indígena e elogiar a ação de alguns poucos administradores coloniais. Entre aqueles que merecem grande consideração nas crônicas do jornalista, Manoel da Gama Lôbo d'Almada foi tido como um grande administrador,

Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo Norte do Brasil, 1870-1910. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan-dez. 2021.

⁷⁹ *Jornal do Commercio*, 04 de janeiro de 1905. Manaus, 1905 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/1479

portanto, um exemplo a ser seguido pelos administradores amazonenses e brasileiros nos inícios da República.⁸⁰

Apesar de elogiar os povos do rio Branco, não deixa de ser interessante localizar na fala de Bento Aranha, as marcas do pensamento de uma época, na forma de reforço de certos estereótipos como o *caráter indolente*, a incompatibilidade do seu caráter com a civilização moderna, a decadência dos hábitos e costumes dos povos indígenas. Nos dizeres de Pinheiro:

A percepção de Aranha sobre a condição dos índios no país e, em especial, na Amazônia não ficou congelada no tempo, embora, em linhas gerais, jamais tenha abandonado a ideia de assimilação à civilização, tarefa que para ele deveria a ser feita por intermédio da Igreja e do Estado, vinculando os índios ao trabalho na terra, ordenado e remunerado. Por mais que militasse por uma melhoria da condição social do indígena, nunca conseguiu se desvencilhar da carga de preconceito que foi comum em sua época: “O índio, em geral, é indolente”, dizia, e “trabalha quando quer ou é obrigado por quem quer que seja que tenha sobre ele ascendência” (Aranha, 1909c). Com o passar do tempo, reforçou a crítica à atuação do Estado na defesa dos índios, denunciando com veemência que, na prática, as ações indigenistas se constituíam em mecanismo selvagem de dominação e disfarçada escravização (Aranha, 1896).⁸¹

Nesse sentido, a fala do jornalista acaba se alinhando de certo modo ao projeto de “civilização” que faria com que esses “selvagens”, nascidos “debaixo do sol do equador”, que apenas “*nascem, crescem, florescem e torna-se depois decadentes*”, fossem retirados do “estado de natureza” em que viviam e até mesmo poderiam se tornar *inteligentes, agricultores, industriais, valorosos, guerreiros e briosos*. Efetivamente, o que podemos depreender do discurso de Bento Aranha, que faz ressoar em pleno século XX concepções iluministas de civilização pela educação e trabalho, que remonta ao período colonial.⁸² Assim, não é de se estranhar que tenha sido enunciado por alguém que também não deixava de notar que a zona em que esses povos vivam era “maravilhosa e invejável”.

⁸⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Pelas sendas do tempo: trânsito e tensões entre memória e história nos escritos de bento aranha (1872-1912). **Revista Tempos Históricos** • Vol. 27, n. 1 (2023). p. 35-73. ISSN: 1983-1463 DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v27i1.28461>

⁸¹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Bento Aranha e a imprensa de combate no Norte do Brasil (1866-1911). **História Unisinos**. 27(1):123-138, Janeiro/Abril 2023. p. 131. Os textos de Bento Aranha indicados pelo autor foram publicados em jornais de ampla circulação em Manaus: ARANHA, B. F. T. 1896. Escravidão dos Índios. *Diário de Notícias*, nº 108. Belém, 16 maio e ARANHA, B. F. T. 1909. Os nossos índios. *Jornal do Commercio*, nº 1.979. Manaus, 3 out.

⁸² FARAGE, Nádia. **As Muralhas do Sertão: os Povos Indígenas no Rio Branco e Colonização**, Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991. p. 47.

Contudo, mais do que destacar o olhar preconceituoso de Aranha em relação aos indígenas, cabe aqui salientar que o seu projeto de assimilação dos povos nesse contexto de emergência do Estado Republicano, conforme apresentado acima, foi seguindo integralmente pelo modelo que criou e instituiu o SPI em 1910. Apesar da propalada separação entre Estado e Igreja, a experiência de catequização da Igreja Católica, desde o período colonial, foi mais uma vez utilizada de forma exclusiva nesse contexto.⁸³

Nesse ponto, é importante também questionar sobre as razões do interesse particular de Bento Aranha nos povos do rio Branco. Saber que exerceu, em duas ocasiões o cargo de Diretor dos índios no rio Branco e que tinha propriedades nessa região, talvez ajude a compreender a menção a estes sujeitos de forma específica e elogiosa.⁸⁴

Na mesma matéria de 04 de janeiro de 1905, Aranha prossegue na sua descrição sobre as relações entre os povos indígenas e as políticas indígenas do governo já no período republicano que levaram inclusive ao desaparecimento de algumas etnias, demonstrando uma política de extermínio coordenada pelo governo e seus agentes:

[...]

Actualmente já estão extintas diversas nações e quasi a se extinguirem outras. O resto limita-se ás nações Uapichana e Macuchi, por quanto as Pauchiana, Aturahi, Jaricuna, Tapiocás, que tambem foram grandes nações, se acham tão reduzidas, que não será para admirar vemol-as terem sorte identica a da Porocotò, traiçoeira e barbaramente exterminada em 1901, á bala, por uma força, sob as ordens de uma autoridade policial, á pretexto de vingar a affronta, que a 30 annos, um civilizado soffreu desses mesmos indios.

Em 1898, por ocasião da invasão Marc Turck⁸⁵ no territorio nosso, que Inglaterra afinal recebeu de presente á ella feito, pelo soberano da Italia o major Rocha dos Santos⁸⁶, na qualidade de deputado estadual,

⁸³ SANTOS, Maycon Carmo dos. **Política Indigenista no Amazonas**: as primeiras experiências republicanas (1889-1910). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 160f. Manaus, 2018.

⁸⁴ Bento Aranha foi nomeado Diretor de índios na região do Rio Branco em dois momentos, entre 1898-1899 e em 1900. Sobre as nomeações e exonerações de Aranha para o cargo de Diretor, ver: *Diário Oficial 17 de janeiro de 1900*. Manaus, 1900. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028843&pagfis=13918>. A exoneração deu-se em 14 de dezembro de 1899 e uma nova nomeação aconteceu no dia 01 de setembro de 1900. *Diário Oficial 02 de setembro de 1900*. Manaus, 1900. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028843&pagfis=15357>

⁸⁵ Trata-se de Michael Mac Turck, funcionário inglês acusado pela imprensa brasileira de ter ocupado as terras do Rio Branco, reivindicando a posse do território para os britânicos. As disputas por territórios nas fronteiras brasileiras e inglesas (na região das guianas) foram solucionadas com o arbítrio do rei italiano Vitor Emanuel III, em 1904. Ver: MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **A Questão do Rio Pirara (1829-1904)**. José Theodoro Mascarenhas Menck. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

⁸⁶ Trata-se de Joaquim Rocha dos Santos, atrás mencionado. Político e empresário português, radicado no Amazonas. Dono do *Jornal do Commercio* de quem Bento Aranha era amigo e colaborador. Na ocasião, em, 02 de março de 1898, o então deputado Rocha dos Santos, denunciou a suposta invasão inglesa nas

apresentando a consideração do Congresso, um projecto, creando um termo judiciario e uma dicectoria de indio no Tacutú, viu com praser convertido em lei o seu projecto e o coronel José Cardoso Ramalho Junior nenhuma duvida teve em lhe. dar execução na parte referente aos indios.

Como o próprio Aranha afirma, na matéria de 1905, a sua denúncia de 1898 repercutiu. E o projeto de lei apresentando pelo deputado Rocha dos Santos tornou-se lei e o governo do estado subsidiou a criação uma repartição de Catequese e Civilização dos Índios na localidade do Rio Branco.⁸⁷ Apesar disto, para Aranha, os problemas de ocupação do território não estavam solucionados. Vejamos:

Tudo, então fazia crer, que, para os indios do rio Branco, tinha surgido a aurora redemptora, que os igualaria em civilização aos povos livres e cultos e os collocaria na mesma plana delles; mas foi tudo illusão. Em 1899, nas terras pertencentes á fazenda nacional S. Marcos, da qual está de posse o governo federal⁸⁸, e nas taperas que indicavam terem sido em remotas epochas habitações de tribus de indios, foram estabelecidos os burgos Manco, Tenreiro Aranha e Almada. Manco está situada do Anahuité (Milho), tendo ahí instalados sob a chefia do tuchaua Idelfonso 1562 indios Macuchis; Tenreiro Aranha⁸⁹ está a margem do Tacutú com 261 indios da mencionada nação, chefiados pelo tuchaua Ignacio, que anteriormente habitava no Chumina, abaixo do Mahù; e Almada fica á margem esquerda do Uraricuera, no lugar Chinini, com 138 indios Uapichanas, sob a chefia do referido tuchaua Idelfonso. Alem destes burgos foram tambem estabelecidos o Parima á margem direita do Raia e esquerda do Tacutú, sob as chefias dos tuchauas João Grande e Tapayuana com 395 indios Macuchis; a margem esquerda do Mahú e direita do Tacutú o Santos Innocentes, no lugar Manacapurú com 895 indios da mesma nação, chefiados pelo tuchaua Magalhães;

terras do rio Branco e diz está informado pelo “cidadão patriota, republicano histórico” Bento Aranha que lá estava. Ver: SANTOS. **Política Indigenista no Amazonas**. 2018. p. 30.

⁸⁷ SANTOS. **Política Indigenista no Amazonas**. 2018. p. 31.

⁸⁸ As fazendas federais remontam ao período colonial, sendo a Fazenda São Bento fundada pelo governador Lobo D’Almada em 1787 e as outras duas fazendas São José e São Marcos, fundadas já no século XIX por José Antônio Évora e Nicolau de Sá Sarmiento, respectivamente. Essa forma inicial de colonização do território privilegiava a criação de gado e era uma forma de potencializar a economia local, atrair e fixar povoados sob a administração colonial e posteriormente imperial na região. A partir de 1878, já sob a administração do Estado Imperial as fazendas do rio Branco passaram a ser arrendadas para particulares. SANTOS, Maria José dos. **Arranjos, Lei e Consolidação do Império: Aplicação da Lei das Terras e Apropriação das Fazendas Nacionais do Rio Branco (1830-1880)**. Tese de Doutorado em História. 322f. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2018. p. 93-94; FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de Sítio. Territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 272.

⁸⁹ Bento Aranha que fora apontado como o dono de pelo menos duas propriedades na região, sendo elas o burgo Andreas, localizado na margem esquerda do rio Surumu, e o burgo Tenreiro Aranha, no rio Tacutú. Ver figura 02, mapa “Ocupação fundiária no vale do rio Branco em 1898”. Em 1903, o burgo Tenreiro Aranha (maloca Teihú), foi mencionado por Joaquim Nabuco. Estaria sob a administração do capitão Ignácio, tuxaua macuxi, que tinha sob sua liderança 202 indígenas. Ver: NABUCO, Joaquim. **Frontières du Brésil et de la Guyane Anglaise. Second mémoire**. Vol. I. Paris: A. Lahure, 1903. p. 200.

a margem esquerda do Tacutú, entre o Mucumucú e Cumucumu com 162 índios também Macuchis, o Dorado sob a chefia do tuchaua Capitari; e a margem esquerda do Tacutú, acima do Cuare, no lugar Tucunaré com 75 índios Macuchi, o Pimenta Bueno, chefiado pelo tuchaua Aturahi Cardoso.

A exceção de Parima todos os outros burgos, por último nomeados, pertencem agora à Inglaterra.

Destaque-se no trecho acima mencionado o conhecimento profundo que Bento Aranha tinha da região, sendo capaz de apresentar quantitativos, localizações e chefias. Ao que nos parece é parte da sua estratégia de convencimento para que o governo do Amazonas assumisse o compromisso de defender o território em litígio. Para isso era necessário criar uma nova forma de controlar e administrar essa região uma vez que a estratégia das Fazendas Nacionais, administradas por particulares, não eram eficientes para aconter o avanço de estrangeiro na região.

Sobre as fazendas particulares e as disputas de território na região do rio Branco, Farage e Santilli afirmam que:

O aproveitamento econômico da região, embora modesto, motivou a formação de uma elite local, que passaria a exercer pressão sobre o Estado, posto que a existência das propriedades estatais impedia a regularização das fazendas particulares: com efeito, afirma E. Stradelli (1990[1889]) que os fazendeiros irritavam-se sobretudo com o fato de que a existência das fazendas nacionais vetava, em tese, a possibilidade de que suas posses viessem a ser reconhecidas posteriormente.⁹⁰

É contexto de disputa pelo território do rio Branco, entre o governo brasileiro e inglês, que devemos entender os apelos de Bento Aranha para que o governo do Amazonas intervinhesse para poder manter o controle do território. Segundo o jornalista já havia feito em tempos anteriores:

O coronel Ramalho Junior despendeu dos cofres do thesouro por duas vezes 37 contos de réis, sendo 17 em março e 20 em maio de 1899, com a manutenção de todos os burgos, em 1902 coronel Silverio José Nery mandou pagar 16 contos correspondentes as despesas dos mesmos até dezembro 1899.

Alem disto este ultimo mandou dar 8:300\$000 para despesas de uma comissão envia ao rio Branco em 1902, e dessa quantia despendeu 4 contos de réis com os índios.

⁹⁰ FARAGE; SANTILLI. **Estado de Sítio**. 2009. pp. 273-274.

Para Aranha, os investimentos do Estado deveriam continuar. Esse era o meio também para evitar as violências praticadas pelos funcionários das fazendas federais, por particulares e evitar a fuga de indígenas brasileiros para os territórios sob controle dos ingleses:

Depois de tanto trabalho e de sacrificios os indios perseguidos e enxotados das suas terras, a pretexto de pertencerem estas a fazenda nacional S. Marcos a vista do que fogem para os inglezes que os acolhem com brandura e amisade.

O Estado do Amazonas que não poupara para civilisar os indios Macuchis e Uapichanas, vê assim baldados os seus esforços.

O mais lastimavel disto é vêr-se que um funcionario de confiança da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal, promove a persiguição dos indios, em nome do governo da União, e obriga-os a abandonarem casa, terras, lavoura e burgos e fugirem do Brasil para terras, que pertecem hoje aos inglezes!

Neste andar o rio Branco em breve ficará sem um indio dentro do territorio brasileiro

*Bento Aranha.*⁹¹

Como vimos, março de 1898, motivadas pelas denúncias de Aranha, o deputado Rocha dos Santos apresentou um projeto de lei que logo em seguida o governador Ramalho Junior transformou em lei e criou a repartição de Catequese e Civilização dos Índios do Rio Branco. Em 28 de maio do mesmo ano o governo do Amazonas sancionou o decreto nº 248 que criava os burgos agrícolas.⁹² Segundo o historiador Bruno Braga, a proposta de criação desses burgos eram amplas e traziam uma série de mudanças em relação a política indigenista anterior:

*Onde lemos burgos, era a denominação dada agora aos lugares destinados à habitação indígena, seria algo inferior à cidade. No Regimento de 1845, lemos aldeias, aldeamentos, em 1898, eles são burgos. As escolas visavam formar nos índios uma mentalidade de trabalhadores torná-los aptos para o trabalho. Eram escolas de formação.*⁹³

⁹¹ *Jornal do Commercio*, 04 de janeiro de 1905. Manaus, 1905 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/1479

⁹² O texto do decreto 248 foi publicado no Diário Oficial entre os dias 21 e 25 de junho de 1898. Ver: *Diário Oficial 21 de junho de 1898*. Manaus, 1898. Disponível em: [Diário Oficial \(AM\) - 1893 a 1900 - DocReader Web](#).

⁹³ BRAGA, Bruno Miranda. **Manãos uma Aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres Indígenas na Belle Époque Baré – 1845-1910**. Dissertação de Mestrado. 340f. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. p. 111.

Sem dúvida, essa proposta atenderia muito mais o projeto de integração e civilização defendido por Bento Aranha, conforme argumentos que podemos cotejar nos textos do autor. Nesse sentido, é interessante perceber que no mapa de 1898 as suas propriedades recebiam justamente o nome de burgo Tenreiro Aranha e burgo Andreas, o que de certo modo é uma evidência, junto dos argumentos expostos, de certa adesão a esse projeto.

A análise dessa longa matéria escrita por Aranha sobre a região do rio Branco torna-se fundamental para compreendermos a política indigenista proposta para essa área formada pela junção dos rios Tacutú e Uraricoera, com foz na margem esquerda do rio Negro, na divisa entre os atuais estados de Roraima e Amazonas e que naquele período tinha, ao longo do seu curso, uma densa população indígena. A matéria ainda contribui significativamente para localizarmos as diversas etnias pertencentes aquela região, bem como as propriedades ali estabelecidas na passagem do século XIX para o XX.

Abaixo, o mapa da ocupação fundiária no vale do rio Branco em 1898, disponível na obra “História dos Índios no Brasil” que nos ajuda a visualizar essa região:

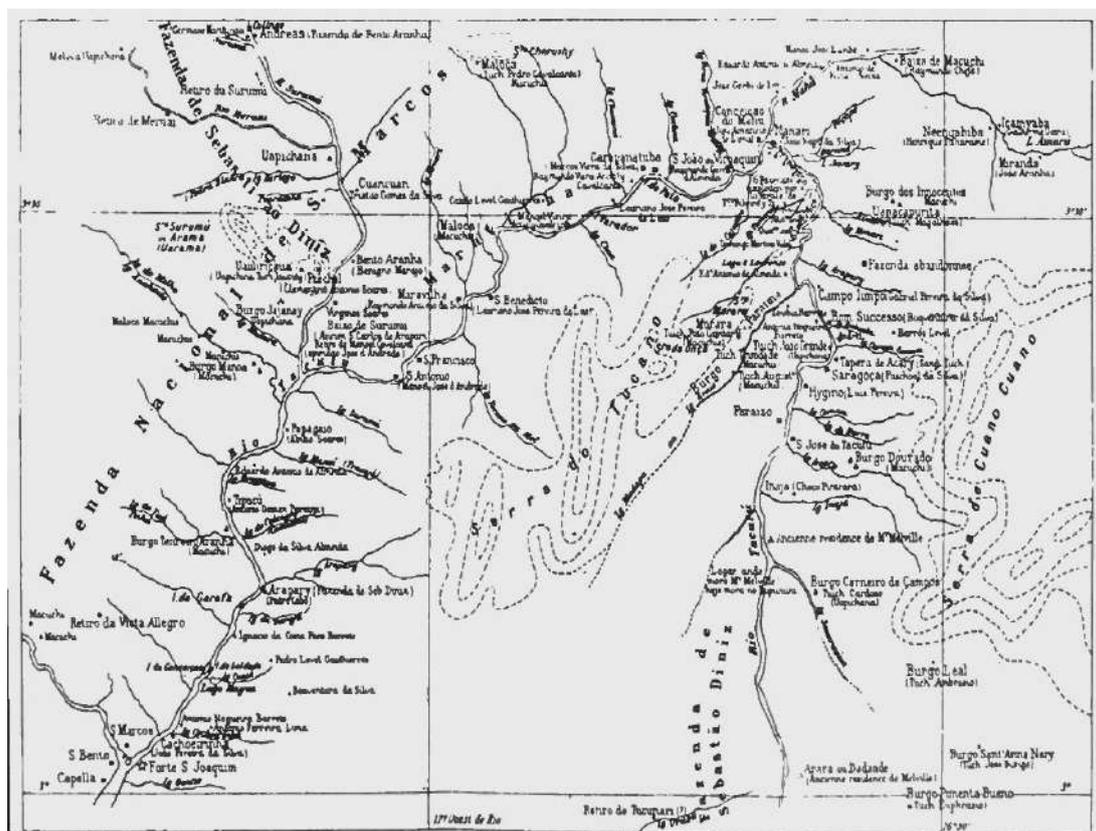


Figura 2: “Ocupação fundiária no vale do rio Branco em 1898”.

Fonte: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. 1992. p. 273.

Retomando a discussão sobre a representação dos indígenas nas páginas do jornal, buscaremos evidenciar como que o jornal – fonte polifônica por excelência – pode trazer muitas vozes, e estampar em suas páginas imagens bastante dispareas sobre os indígenas.⁹⁴ Por outro lado, não se pode desconsiderar que todo jornal tem um projeto de sociedade, uma visão de mundo específica que ele pretende coletivizar e tornar universal através das opiniões/informações que ele transmite.⁹⁵ E o *Jornal do Commercio*, que sempre esteve como propriedade de empresários e políticos não escapa a essa regra.

O *Jornal do Commercio* nesse mesmo período, publicava também queixas contra os indígenas. Abaixo, uma notícia de 1907 conta um caso de assassinato de colombianos após confronto com indígenas da etnia Jauna na fronteira entre a Colômbia e o Brasil:

*Na bocca do Apoporys⁹⁶
Uma sortida dos indios
Morte de colombianos
Creança trucidada*

Em nossa edição de 8 do mez findo, noticiamos terem indios assassinado o sr. Cecilio Plata, de nacionalidade Colombiana, estabelecido com casa de commercio na bocca do Apoporys, no rio Japurá.

Nunca mais se tratou d'este assumpto, mas no dia 6 do corrente mez chegou a esta cidade o tuchaua da tribu Jaunas, acompanhado por mais dois indios da sua tribu, que segundo se diz, vieram queixar-se das perseguições de que tem sido victimas por parte de um caixeiro do finado Plata.

O sr. Dr. H. Jaramillo, consul da Colombia neste Estado, por achar se ausente desta cidade não tivera conhecimento de Cecilio, que tambem era agente consular de seu paiz.

Sabendo, porém, agora o dr. Jaramillo que nesta capital está residindo uma mulher da tribu Jaunas, que há tempos fora amasia de Plata de quem teve um filho por intermedio desta mulher, conseguiu interrogar Mauricio, que é o nome do Tuchaua e este lhe fez algumas revelações, muito graves.

O barbaro assassinato deu-se da seguinte maneira: Cecilio Plata, prendera em seu barraco 65 indios que tinham se portado de um modo inconveniente para com elle, e como tivesse urgente necessidade de ir correr o matto para juntar o caucho fabricado, deixara ficar os indigenas presos.

⁹⁴ Sobre a dimensão polifônica do jornal como fonte histórica, ver: BARROS, José D' Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. Particularmente o capítulo 10: Polifonia e complexidades. pp. 99-105.

⁹⁵ VIEIRA, Maria do Pilar, PEIXOTO, Maria do Rosário, e KHOURY, Yara Aun. **A Pesquisa em História**. 5ª Edição. São Paulo, Ática, 2008 [1989]. (Princípios -159). p. 53.

⁹⁶ O rio Apaporis é um curso d'água pertencente ao distrito de Vaupes, na Amazônia colombiana que deságua no rio Japurá, próximo da divisa com o Brasil, território do atual município de São Gabriel da Cachoeira no Amazonas.

Vejamos como a notícia demonstra a forma com que Cecilio Plata, utilizando de sua autoridade de agente consular da Colômbia, prendeu em seu barraco 65 indígenas que não tinham obedecido suas ordens. Provavelmente referentes ao trabalho a ser realizado em seu seringal. Todavia, a violência cometida por Plata não é problematizada pelo jornal, demonstrando a convivência que a opinião pública tinha com esses casos. Numa breve menção às violências que os indígenas teriam sofrido e que estavam denunciando, o caso não é representado com a mesma convicção e detalhes, ficando a cargo de um “segundo se diz”. Além do título que chama atenção para a morte de uma criança, o que é descrito como “bárbaro” é o assassinato de Plata e não a prisão de 65 indivíduos.

Na sequência, a publicação passa para a descrição de como os indígenas teriam praticado suas ações:

Na sua ausencia eles conseguiram fugir, correndo para a maloca. O caixeiro de Plata, um cearense de nome Albino mandou tripular uma canôa por quatro chules, afim de avisar seu patrão do que ocorrera. Quando esta embarcação chegou a certo ponto, tiveram os tripulantes de voltar, pois encontraram na margem um bando de selvagens em atitude ameaçadora.

Cecilio Plata, que levava em sua companhia seu filho Henrique de anno e meio de idade, seu Patricio Baptista Saes e uma india de nome Josépha, que vivia em sua companhia, ao regressar ao barracão foi surpreendido pelos Jaunas que a todos atacaram flexas. O sr. Plata armou-se de um rifle que trazia consigo e tratou de defender-se, matando ainda cinco indios, mas como os atacantes fossem em grande numero conseguiram liquidar os atacados Josépha, que tambem pertence a tribu, nada soffreu, ainda agonisava o infeliz Cecilio quando os indios correram ao ponto onde se via atracada a canôa e agarraram o pobre e inocente Henrique e o rasgaram de meio a meio.

Josepha foi levada depois para a casa de Mauricio, onde está residindo.

Os indios que actualmente se encontram n'esta capital, trouxeram um lote de caucho para vender.

Essa borracha, segundo nos informaram, pertencia ao finado Plata. Se os Jaunas ainda não atacaram o barracão onde está o caixeiro Albino, foi por que este pediu garantias ao comandante do destacamento policial do Estado, alli estacionado.

O dr. H. Jaramillo, officiou hontem ao sr. Dr. Chefe de policia, narrando-lhe os tristes successos.

O dr. Paes de Andrade mandou prender aos tres indios que estavam hospedados no hotel Alliança e hoje pretende submettel-os a serio interrogatorio.⁹⁷

⁹⁷ *Jornal do Commercio*, 11 de junho de 1907. Manaus, 1907 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/4388

A notícia acima busca associar aos Jauna a representação de “bárbaros”, “selvagem” e “violentos” por meio da descrição dos atos ocorridos. É interessante notar que a notícia já abre com a informação de que no mês anterior o jornal já havia tratado desse crime. A matéria ainda faz questão de mencionar que o tuxaua e os seus dois acompanhantes vieram a Manaus vender a borracha que subtraíram de Plata. Dá inclusive o nome do hotel onde estão hospedados. É como se estivesse cobrando as autoridades policiais para que punice os três acusados.

A forma como descreve a morte do garoto também contrasta com a descrição da morte de cinco indígenas, que teriam sido abatidos em ato de legítima defesa. Dessa forma, o *Jornal do Commercio* pretendia alcançar uma opinião pública que reforçava uma imagem negativa contra as populações indígenas.

Há que se destacar ainda que diferente das informações apresentadas por Bento Aranha sobre os indígenas do rio Branco a notícia sobre os Jauna do rio Apaporis não vem assinada, o que pode ser entendida como uma posição editorial assumida pelo Jornal.

Em um outro momento, especificamente após o surgimento do SPI no Brasil, nota-se que, no *Jornal do Commercio* ocorre uma campanha a favor da instituição. Isso fica evidente em 1913 pois naquele ano, das muitas notícias publicadas ao menos três têm como foco as ações de Marechal Candido Rondon⁹⁸, um dos coordenadores do Serviço de Proteção ao Índio, no estado do Amazonas. A primeira trata-se de uma visita do Candido Rondon à redação do *Jornal do Commercio* para agradecer a equipe do periódico pelo apoio dado a implantação do então Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais-SPI/ITN além de expor o motivo de sua visita ao Amazonas.⁹⁹

Primeiramente, Rondon fala dos esforços dos agentes do SPI em pacificar os grupos indígenas do estado, mas, se preocupa com as más ações de alguns seringueiros, visto que esses invadem os aldeamentos roubam alimentos, incendeiam moradias, violentam mulheres indígenas e escravizam menores. Rondon defende a necessidade de criação de uma estrada que facilite o acesso as fronteiras da Venezuela e da Guiana

⁹⁸ O marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como Marechal Rondon, foi um engenheiro militar e sertanista brasileiro, famoso por sua exploração de Mato Grosso e da Bacia Amazônica Ocidental e por seu apoio vitalício às populações indígenas brasileiras. Ver: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. [S.l.]. FGV, 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-mariano-da-silva-rondon>. Acesso em: 20 jan. 2022.

⁹⁹ Originalmente o nome era chamado de Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais- SPI/ITN e a partir de 1918 apenas Serviço de Proteção aos Índios -SPI. Ver: DA ROCHA FREIRE, Carlos Augusto (Ed.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Museu do Índio-Funai, 2011. Para ver a notícia sobre a implementação do SPI no Amazonas: *Jornal do Commercio*, 17 de julho de 1911. Manaus, 1911 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/11039

Inglesa e como os postos de atração indígenas espalhados pelo rio Branco tem facilitado no letramento dos menores indígenas¹⁰⁰. A segunda notícia foi o resumo das informações do telegrama enviado pelo ministro de Agricultura à Cândido Rondon relatando a situação dos indígenas da etnia Arikme moradores das proximidades do rio Jamary:

“Ao ministro da agricultura dirigiu o coronel Rondon extenso telegramma, em que comunica que, visitando as aldeias dos indios Arikmes, no Amazonas, encontrou os dizimados por molestias que lhes foram transmittidas pelo contacto com os seringueiros, tem sido essas terras invadidas por aquelles caucheiros que deshonraram as meninas daquellas tribus e mataram um indio, saqueando todas rodas e incendiando uma aldeia.

A Madeira Mamoré generosamente offereceu agasalho aos indios que vão sendo libertados do dominio dos barbaros caucheiros peruanos, até que possam entra no goso de sua nova vida.

Acrescenta o telegramma que a direcção da Madeira Mamoré tem procedido patrioticamente, impedindo sejam os indios que vivem em terras da alludida estrada, escravizados por quem quer que seja.

O coronel Rondon cita entre os bemfeitores dos indios, o nome do dr. Kesserling, engenheiro gerente da estrada.¹⁰¹”

A terceira notícia foi ainda em 1913, o ano que começaram os registros nos jornais de toda expedição pela Amazônia com Theodore Roosevelt¹⁰². Abaixo uma manchete sobre essa excursão:

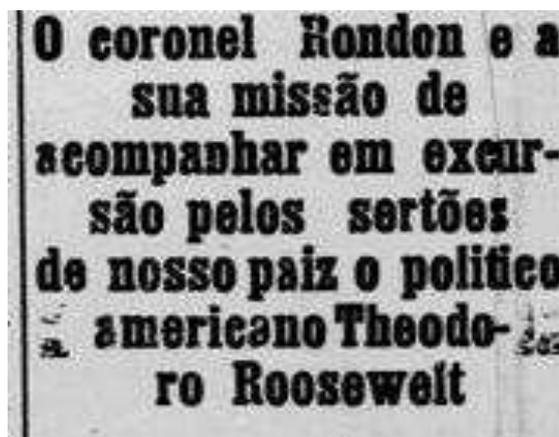


Figura 3: *Jornal do Commercio*, 23 de outubro de 1913

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

¹⁰⁰ *Jornal do Commercio*, 12 de fevereiro de 1913. Manaus, 1913 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/15202

¹⁰¹ *Jornal do Commercio*, 22 de abril de 1913. Manaus, 1913 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/15587

¹⁰² Theodore Roosevelt Jr. foi um estadista, historiador, naturalista, autor e político norte-americano que serviu como Presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1909. Ver: THE WHITE HOUSE. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/theodore-roosevelt/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

O apoio ao SPI também é demonstrado através das notícias presentes na coluna “Notícias da Amazônia, dos Estados e do Estrangeiro” com muita frequência relatando o avanço das atividades dos agentes, bem como, o anúncio de instalações de postos indígenas pelo Brasil.

Abaixo são apresentadas duas notícias de duas regiões diferentes do Brasil:

Estados
BAHIA
*Foi instalada na capital a Inspeção de serviço e protecção dos indios.*¹⁰³

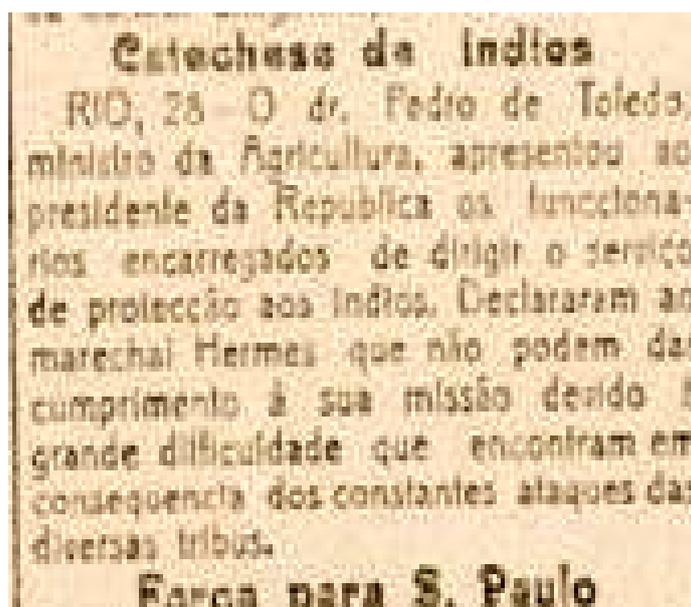


Figura 4: *Jornal do Commercio*, 01 de março de 1911
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Um aspecto visível nas notícias é o que diz respeito a crimes cometidos por algum indígena, esses ganhavam quase sempre destaque na primeira folha expondo diversas informações sobre o ocorrido, tomando assim um grande espaço entre as primeiras colunas da edição publicada. Veja o caso do furto cometido em um estúdio de fotografia de um proprietário alemão:

Indio Gatuno
José de tal, indio, de 19 annos de idade presumiveis, era creado na Photographia Allema dos srs, Huebner & Amaral, procedendo sempre bem e sem que sobre a sua honestidade pairasse a menor suspeita.

¹⁰³ *Jornal do Commercio*, 21 de janeiro de 1911. Manaus, 1911 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/9793

Hontem, porém, os olhos ávidos de José olharam de mais uma certa quantia que o sr. Huebner depositara numa secretaria, e cubiçal-a foi obra de um momento. Aproveitando a ocasião em que seu patrao se entregava aos affazeres de sua arte, o indio infiel mudou para o seu bolso as notas guardadas, que representavam a quantia de um conto de réis.

Voltando mais tarde o sr. Huebner a procurar o dinheiro, encontrou o logar vasio. José havia desaparecido também.

O sr, Huebner levou immediatamente o facto ao conhecimento do dr, Paula Pessoa, delegado do 2º districto, que encarregou o inspector de serviço Oséas Motta, de proceder às diligencias requeridas pelo caso. Nesse interim: José, que se havia refugiado no telhado do predio, procurava descer pela rua Henrique Martins.

Preso por dois agentes de policia às ordens do inspector Oséas, foi conduzido à 2ª delegacia, encontrando-se em seu poder a quantia de 763\$000, de que foi lavrado o competente termo de apprehensão.

A policia deu ainda busca no quarto e na bagagem de José, não conseguindo encontrar o resto da quantia roubada.

O indio, que continua preso, teima em negar a autoria do roubo, que lhe é imputado, não obstante serem patentes as prova do seu crime.¹⁰⁴

A recorrência de notícias sobre roubos, assassinatos e outros crimes cometidos por indígenas coloca em xeque qualquer tentativa de “imparcialidade” dos editores do *Jornal do Commercio*, aqui tomado como uma fonte realista.¹⁰⁵ Demonstrando como de fato eles buscavam reforçar por meio da frequência de notícias desse tipo a imagem de “atraso”, “selvagem” e “violência” atrelada aos povos indígenas.

Um aspecto muito interessante do periódico em foco, é o fato dos editores procurarem cobrir pautas que possivelmente serão valorosas, aos olhos da imprensa internacional uma vez que a região amazônica, espaço verde que guarda o látex e o caucho tem um grande número de olhos nos acontecimentos e da região que é geralmente apresentada como um lugar de selvageria. Vejamos aqui uma notícia publicada em 1912 na região onde hoje é território de Roraima onde um chefe indígena é acusado de escravizar outros indígenas da sua própria etnia:

¹⁰⁴ *Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 1908. Manaus, 1908 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/5176

¹⁰⁵ Como salienta José D’Assunção Barros, os jornais, como também os relatos de viagem, as biografias, as hagiografias, as crônicas e a própria historiografia são fontes realistas, ou seja, não que trata da realidade em si ou que sejam capazes de apresentar a realidade dos fatos, mas, porque o autor tem a intenção de convercer os seus leitores de que está dizendo a verdade. Nas palavras do autor, “esses vários tipos de fontes realistas dependem muito claramente de produzir um forte efeito de realidade. Não se trata somente de fazer o leitor, no momento em que lê o texto, ter a sensação de que o que está sendo narrado está acontecendo, como fazem os escritores de ficção com tanta habilidade. Trata-se, rogorosamente falando, de deixar no leitor uma impressão de realidade que perdure, particularmente depois que ele já fechou o livro ou abandonou a leitura”. BARROS, José D’Assunção. Fontes históricas. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 101.

Trafico de indios no interior do Amazonas

Dois selvicolas chegaram a Manaós

Das uberrimas e longinquoas regiões o interior amazônico, onde tão debilmente echôam com uma aureola de lenda, as admiraveis conquistas da ruidosa e dolorosa apparencia, que nivelam aquellas inospitas regiões ao mais inculto recanto do interior da Africa.

Ninguem poderia imaginar que no solo brasileiro, debaixo do deslumbrante firmamento patrio houvesse individuos que, fugindo a todos os princípios de civilização, se dessem á pratica impiedosa e deprimente do trafico de homens. E, no entanto, assim é.

Nas cabeceiras dos rios Sumurú e Colingo, existem segundo informa o intrepido explorador botaneo Theodor Kack-Grumberg comissionado pelo governo brasileiro para percorrer aquella vasta zona inexplorada, tribus perfeitamente incultas, em pleno estado de selvageria. Duas destas, as dos Waipixanas e a dos Macuxis, são indubitavelmente as de maior vulto.

Nessas Tribus os tuxauas, desconhecem os mais rudimentares princípios de humanidade. Tanto assim é, que, insuflados pela ambição, não trepidam em largamente exercer a escravatura vendendo seus irmãos aos proprietários de barracões das proximidades, que, callejados naquele convívio com a natureza bruta, por completo de quaisquer escrupulos que o inibam de executar o comércio nefando.

Os selvícolas escravizados vão mourejar na dura faina do seringal, jungindo ao crudelismo de mil torturas e ao alcance do lathego do patrão impiedoso, vindo finalmente, a sucumbir de maos tratos e febres palustres. É revoltante, effectivamente.

Dois destes infelizes acham-se na residencia dos srs. Hubner e Amaral, para onde vieram enviados pelo explorador Kack¹⁰⁶.

O contraste entre a notícia acima, datada de 17 de julho de 1909 e as informações oferecidas por Bento Aranha em 04 de janeiro de 1905 é flagrante. Observe-se que se trata da mesma região mencionada nas duas matérias, sobre os mesmos povos indígenas, noticiada no mesmo jornal. O que teria acontecendo para que, no curso de pouco mais de 4 anos, ninguem mais imaginasse que “no solo brasileiro houvesse indivíduos que se dessem à pratica impiedosa e deprimente do tráfico de homens”? Ora, se tanta vezes o próprio *Jornal do Commercio* denunciou o tráfico, o aprisionamento e o trabalho forçado de indígenas, nesta e em outras regiões do Amazoans, o que teria mudado agora? O fato de um estrangeiro está denunciando causou maior alarde? Uma possível mudança na linha editorial do Jornal?¹⁰⁷

¹⁰⁶ *Jornal do Commercio*, 17 de julho de 1909. Manaus, 1909 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/13816

¹⁰⁷ Com a morte de Joaquim Rocha dos Santos, em 1904, o *Jornal do Commercio* passou a propriedade de Adolpho Lisboa até 1906 e entre 1907 a 1943 foi de propriedade de Vicente Torres da Silva Reis, pai do futuro governador Arthur Reis. Ver: RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao “Leão do Norte”**: O *Jornal do Comércio* e a modernidade em Manaus (1904-1914). Dissertação de Mestrado. 133f. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. p. 62.

O fato é que a notícia acima parece desconhecer ou fazer parecer que não sabia que há tempos esse tipo de denuncia já vinha sendo feita em suas próprias páginas. Há aqui também um outro problema: diferente de outras ocasiões, a acusação agora pesa sobre os próprios indígenas, como se eles fossem os responsáveis pela escravização de seus semelhantes, enquanto os proprietários de barracões são representados apenas como homens “*calejados naquele convívio com a natureza bruta*” desprovidos de “*quaisquer escrúpulos*”. Mais uma vez a natureza é a culpada. Enquanto os indígenas são ‘incultos’, desprovidos de “qualquer princípio de civilização” e “em pleno estado de selvageria”, comparados apenas aos povos africanos. Quer dizer, em uma só notícia, o jornal culpa os indígenas pela escravização e de maneira quase explícita justifica o domínio colonial em um e outro lado do atlântico.

O relato a seguir é uma fonte preciosa para percebermos o modo como os povos indígenas poderiam também passar de “selvagens” e “bárbaros” e assumir a imagem de ingênuos e manipuláveis. Trata-se de um relato indireto feito por um homem nordestino que vivia há alguns anos no Amazonas, na região do rio Branco. O relato é rico e repleto de imagens que fazem com que o jornal dedique um amplo espaço à narrativa. Vejamos como se deu o caso publicado em 1911:

Catechese Original

Um indio semi-civilizado relata como os religiosos da prelazia do Rio Branco doutrinam os seus catechumenos- O que vae acontecer aos brancos - Como se parlamenta com o Padre Eterno.

Curiosos detalhes.

A narrativa que vae adiante, sobre ser interessantíssima, tem o seu cunho de estranha originalidade, na época de civilização em que nos achamos e quando a gente espera novos e mais surpreendentes triumphos do homem sobre todos os seres vivos.

Dada a expontaneidade com que a noticia nos foi trazida, por um homem rude que precisou de um interprete para chegar até nós, não podemos deixar de leval-a a publico, tal a insistência com que nosso informante, ao despedir-se, pediu que o JORNAL estampasse em suas columnas a narrativa fiel do que se passa no Rio Branco.

Todavia, por escrúpulos do offício, ainda pretendíamos oppôr obstáculos ao desejo do nosso repórter voluntario quando ele altivo e intemerato, sae-se com esta:

- Publique seu redactô. Eu me chamo Dorotheu de Mesquita Pimentel; o meu trabaio é de agricultura. Vivo no Amazonas há vinte e treis anno mas nasci na Provincia da Prahya. Moro no logar Barreirinha no Uraricoêra. Tenho cincoenta e cinco anno, sou casado e tenho oito fïo...qué os nome dele?

- Não...Não...adiantámos.

Novamente chamamos atenção para os títulos e subtítulos da matéria. A história traz um relato sobre “catequese original” repleta de “detalhes curiosos” que escapam a ortodoxia da catequese tradicional. Novamente o jornal recorre ao discurso da civilização e ao argumento de que práticas como as que serão relatadas já não deveriam encontrar lugar na época vivida. E depois de ressaltar a espontaneidade – e mesmo insistência – com que a informação chegou à redação, a simplicidade do informante, os detalhes biográficos do autor do relato, a escrita mantendo as palavras e expressões do informante. Todos esses elementos podem ser percebidos como parte de uma estratégia de persuasão para que se acredite no que será relatado. Assim, a narrativa prossegue:

O homem falava com a rapidez de um raio. Foi impossível escrever tudo o que ele disse com um certo ar de solenidade, preparava-se para despedir se de nós.

Pedimoslhe, então, que nos repetisse a sua história porque pretendíamos escrevel-a, e ele, sem pestanejar, falou, agora com determinadas pausas, enquanto a nossa pena deslisava sobre as tiras.

Disse-nos, primeiros que não era um inventor de histórias isso porque não fora testemunha de vista do que ia relatar. Contudo, garantia serem verdadeiras as suas informações por que quem lh’as havia dado e posto ao facto de toda a bandalheira (phrase textual) foi um índio de nome Ariramba, nome por que é chamado um pássaro pegador de peixe no rio. Índio não sabe mentir, disse.

Arimramba contara a Dorotheu que os padres, todas as manhãs saham, de maloca a maloca das tribus Macuxis e Uapixanas convidando os indigenas a se reunir num outeiro proximo, onde haviam estabelecido a sede da prelazia, afim de se pôrem a salvo da grande hecatombe que dentro em breve ia despovoar o Rio Branco.

Surpreso e até amedrontado com tão terrivel noticia, Dorotheu pediu ao índio explicações da castastrophe. O selvicola com uma calma admiravel, referiu, então, que todos os brancos iam morrer. Um dos padres dissera aos indios, numa longa prédica, que não estava longe o dia da chegada do céu. Haveria tres dias sem luar. Uma tempestade arruinaria as habitações dos brancos e todos, sem excepção morreriam asphixiados uns nas suas casas e conduzidos pelo vendaval, outros, para as profundezas do inferno.

Aqui, cabe mais algumas observações. Novamente o argumento de defesa da verdade é evocado. Dorotheu de Mesquita Pimentel, o autor do relato é apresentado como alguém que “não era um inventor de histórias” e o indígena Ariramba também é apresentado como alguém digno de confiança, afinal “índio não sabe mentir”. Apesar de ser uma descrição indireta, contada em terceira pessoa, em momento algum o relato é questionado por parte dos editores. Até a descrição do estado de ânimo do narrador diante

dos fatos que lhe foram relatados por Ariramba é uma tentativa de envolver os leitores do jornal com as sensações que aquela situação causara no seu espírito e criar uma empatia, garantido a aceitação do relato. Então, Dorotheu prossegue:

- Eu me tremi, seu redactô, mas não foi de mêdo, foi de raiva! Disse-nos Dorotheu com os olhos quasi fóra das orbitas e levantando-se de um salto.

Fizemol-o sentar. Deixamos que elle soltasse um longo arqueijo e assistimos, ávidos.

-Continue, bom homem, continue. Menos irritado, Dorotheu prosseguiu. Ariramba lhe dissera aquillo com uma tal segurança que um menos ignorante que ele deveria de crêr. O indio afirmava que os Padres estavam para isso, autorisados pelo Padre Eterno. Dorotheu não se conteve e pediu a Ariramba que lhe contasse como e porque elle se comunicava com o homem lá de cima. O indio, figura passivel e serena, continuou, sem fazer motejos de informante suspeito, a sua narrativa.

Era assim, um dos padres, as vezes o de nome Boaventura, reunia, ás trindades, a maioria dos selvícolas daquellas duas tribus. Fazia uma oração, antes, pronunciava umas palavras bonitas e depois, numa bola de borracha introduzia um papel branco dobrado, em forma de carta. Feito isso, começava a encher o balãosinho de ar e em seguida soltava-o para o céu aconselhando aos indios a se recolherem ás suas malocas. No dia seguinte pela manhã eram os indios todos chamados para ouvir a leitura da resposta que o Padre Eterno houvera por bem aos seus sacerdotes na terra. Os padres liam então, demonstrando respeito e espanto, as cartas divinas, adredes preparadas, já se vê. De um balãosinho semelhante tiravam o documento e liam-n'o em voz alta para todos os indios estupefactos e estafermos.

A missiva do Padre Eterno proclamava, para breve, o desencadear da tempestade. Que para evitar a furia celeste, deviam ouvir os padres com muita atenção e dar-lhes, todos os dias, bejú, muquem de caça o de peixe, farinha, etc. O indio que não fizesse isso morreria, de certo, como os brancos e a sua maloca seria arrasada.

Ouvindo essas palavras de Ariramba, Dorotheu deu-se por satisfeito. Bastava de tanta "bandalheira". Quiz mandar o indigena para sua maloca, mas não o fez. Ariramba, então ia a sahir, quando Dorotheu perguntou-lhe instictivamente, o que ia fazer.

Da mesma forma que os editores do jornal não questionam o relato de Dorotheu, este também em momento algum põe em suspeita a narrativa de Ariramba. No caso do informante está pregando uma peça nos jornalistas ou ele ter sido vítima da troça de Ariramba, em um caso ou outro em tempo algum nenhuma dessas hipóteses é sequer cogitada ao longo de todo relato. De igual modo, em tempo algum Dorotheu se questiona sobre o significado que poderia ter para os indígenas macuxi e uapixana os supostos relatos de fim do mundo apregoados pelos religiosos. Por que Ariramba se mantinha com uma calma tão admirável, tranquilo e seguro? Qual a origem de seu comportamento

compassivo e sereno diante de relatos tão catastróficos? Será que as predições dos padres encontravam ressonância em alguma crença ancestral dos povos do rio Branco? Por que os indígenas não desconfiavam das armações feitas no gesto das supostas revelações das cartas?

Seja qual for a resposta para qualquer uma das perguntas, nunca saberemos a resposta em sua completude. Apenas o que podemos afirmar é que a única intenção de Dorotheu é representar os indígenas como seres ingênuos, facilmente ludibriados. E o jornal, ao estampar em suas páginas a narrativa do seu interlocutor e apresentar aos seus leitores essa versão quis levar adiante e coletivizar essa representação.

A parte final do relato ainda traria os “detalhes curiosos” anunciados no subtítulo da matéria:

O indio disse-lhe que, sendo quase noite, ia se preparar para a dança. - A dança?! Interrogou o Dorotheu. Danças pur aqui, Aribamba? Na sua meia linguagem selvicola explicou que a dança era no outeiro onde os padres estavam aboletados. Era lá, que, quase todas as noites havia danças de rodas, de saltos e de corridas. Espantado com essa nova proeza Dorotheu insistiu com Aribamba que lhes explicasse a dança. Ungindo dessa ingenuidade propria dos nossos selvicolas, Aribamba contou que eram os padres quem presidia ás danças onde todos que nella tomavam parte deviam apresentar-se da forma como nasceram, pois que “os nossos primeiros paes, explicavam, antes de comer o fructo prohibido, não tinam vestes no Paraiso”... Não comentamos o que ahi fica. O sr. Dorotheu de Mesquita Pimentel, que nos trouxe expontaneamente essas informações, acha n’esta capital, onde chegou no dia 25 do corrente vindo das proximidades do Rio Branco, canôa Rio Branco de sua propriedade.¹⁰⁸

Certamente havia aí uma nenúncia que pretendia abalar a confinação na catequese. Não custa lembrar que, no momento em que esse relato foi publicado no *Jornal do Comércio*, o SPI já está em plena atuação e a Igreja Católica era, junto com o Estado, a principal instituição responsável pela organização e administração dos povos indígenas. Essa interferência da igreja nem sempre era vista com plena aceitação pelos interessados nas terras indígenas. O relato de padres dançando nus com indígenas certamente chocaria a moralidade vigente. A afirmativa dos editores de que “não comentaremos o que ahi fica” tem uma intenção explícita de dá curso a imaginação dos leitores.

¹⁰⁸ *Jornal do Commercio*, 27 de março de 1911. Manaus, 1911 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/10182

A matéria publicada no *Jornal do Commercio*, de 27 de março de 1911, oferece uma representação dos povos indígenas e do trabalho missionário nas regiões de fronteira amazônica, revelando como a imprensa urbana retratava esses temas no início do século XX. Narrada a partir do relato de Dorotheu de Mesquita Pimentel, a história descreve os indígenas como figuras passivas e ingênuas, facilmente manipuladas pelos padres, que usavam previsões apocalípticas para controlá-los. Embora critique veladamente os missionários, acusando-os de manipulação religiosa, o texto reforça estereótipos sobre os indígenas e silencia qualquer forma de resistência. A ausência de uma análise mais profunda sobre o impacto da catequese, juntamente com a exotização dos costumes indígenas, reflete a visão hierárquica e paternalista predominante na imprensa, que mantinha uma distância cultural e social entre o público leitor urbano e os povos da Amazônia.

Além disso, essa fonte permite uma análise mais ampla da relação entre religião, poder e controle social. A manipulação dos indígenas, através de narrativas religiosas que prometiam proteção divina em troca de alimentos como bejú e farinha, revela como a catequese não se limitava à conversão espiritual, mas servia também como instrumento de dominação econômica. Ao condicionar a salvação à submissão material, os missionários estabeleciam uma relação de dependência que reforçava as hierarquias coloniais, ao mesmo tempo em que invertia temporariamente a ordem entre dominados e dominadores, prevendo a destruição iminente dos brancos. Assim, a religião funcionava como ferramenta de controle social, justificando a presença missionária e negando a autonomia indígena, ao moldá-los como sujeitos subordinados à tutela civilizadora, necessários para garantir sua sobrevivência física e espiritual. Pontuamos ainda que ao olharmos as edições seguintes do mesmo periódico nenhuma declaração foi emitida, seja pela arquidiocese ou pelo governo do estado.

Seja como for, as informações contidas na notícia acima nos permitem entender alguns dos interesses presentes nesse início de século XX. A política indigenista do Estado, as práticas da igreja, a política indígena e os interesses e valores da sociedade em geral quase sempre estavam em desacordo. Podemos observar que mesmo depois do Estado ter tomado para si esse poder da tutela indígena, a Igreja segue tendo enorme acesso e influência na política indigenista.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Mesmo que o texto do decreto nº 248, de 28 de maio de 1898 que “*Dá regulamento para o serviço de catechese e civilização dos índios*” da Secretaria dos Negócios da Indústria e o decreto de nº 8.072, de junho de 1910 que “*Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e*

Abaixo, em matéria publicada em 20 julho de 1915, temos um bom exemplo de como os religiosos utilizavam-se de várias estratégias para conseguir o feito de “civilizar” os povos indígenas no Amazonas. O episódio deu-se quando da visita do padre italiano João Balzola, chefe da missão Salesiana no rio Negro. Diz a reportagem:

As missões religiosas

O reverendo João Balzola, parte amanhã, para São Paulo, de onde irá para a Itália

As missões religiosas...

Não há negar que são uns verdadeiros abnegados esses missionários que vão por paragens inhospitas e incultas desbravar intelligencias obtusas e levar a civilidade e a instrucção aos burgos selvagens.

Dir-se-nos-á que esses missionários nada mais fazem que cumprir um dever sagrado de piedosa religião que adoptaram. Mas, não será por isso que menor, nem menos digna de elogiosas referencias se nos pareça essa dedicação.

Dentre o grande numero de missionarios que se afoitam pelos nossos invios sertões, trazendo á civilização aos nossos selvicolas o reverendo padre João Balzola avulta no primeiro plano.

É elle, hoje, o chefe da cathechese em a prezalia do Rio Negro. A sua chegada no dia dez de julho corrente, fomos entrevistado e ouvimos o relato que comunicávamos ao público, dos seus trabalhos naquella região amazonense.

Antes o padre João Balzola estivera no interior de Matto Grosso e foi elle quem palmilhando centenas de kilometros, levou ao Rio de Janeiro, quando da exposição nacional de mil novecentos e oito, a banda de musica dos bororós, que tanto successo alcançou na capital da Republica. Já nessa occasião o reverendo Balzola levou á Capital Federal um indio semi-civilisado que saudou o presidente Affonso Pena. Esse indigena é hoje terceiro annista do Gymnasio matto-grossense.

Agora o padre João Balzola segue para São Paulo, de onde irá até a Italia, condizindo o menor Cyro de Almeida Albuquerque, da tribu dos Barés e que se vê a esquerda do missionario na photographia. O padre Blazola vae mostrar, com o consentimento da inspectoría, aos centros da Europa o jovem indio, que tem tanto direito a existencia e a civilização como todos os outros. Instruirá o pequenino selvagem, que a volta, daqui a um anno, poderá ser um optimo auxiliar para a cathechese de seus irmãos.¹¹⁰

Certamente a presença da Igreja Católica nesse processo de aproximação do Estado com os povos indígenas – pretensos trabalhadores a serviço da agricultura, comércio e indústria do país – deve-se a sua vasta experiência no trato com os povos indígenas. Antes de serem trabalhadores, indígenas deveriam ser “civilizados”, ou seja,

aprova o respectivo regulamento”, do ministério de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, precejam a administração do corpo de trabalhadores por funcionários civis, na prática, a Igreja católica continua sendo a instituição responsável pela catequização dos indígenas na Amazônia.

¹¹⁰ Ver: *Jornal do Commercio*, 20 de julho de 1915. Manaus, 1915 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/142712

ser integrados ao modo de vida ocidental. Para tanto, o meio utilizado seria a catequização, daí a importância da Igreja, através das missões religiosas. Daí o alinhamento entre Estado, empresários e Igreja Católica, representado na notícia pela informação de que o padre Balzola tinha consentimento da inspetoria de índios para levar o menor “semi-civilizado” para a Europa.

Essa categoria, a de “semi-civilizado”, parece atestar a eficiência da catequese. Tanto Ariramba, mencionado na reportagem de 1911, quanto o indígena bororo do mato-grosso (não nomeado,) quanto Cyro, indígena baré, são assim representados. Embora as informações sejam escassas, reunindo as informações a respeito desses sujeitos, podemos dizer que um “semi-civilizado” seria o sujeito que já adquiriu alguns hábitos ocidentais básicos, como o domínio da língua portuguesa, o uso de vestimentas e, sobretudo, que tivessem aptidões que seriam desenvolvidas a partir do estudo. Foram essas as qualidades que o padre Balzola viu no pequeno Cyro. Ao responder as perguntas na supracitada entrevista de 12 de julho de 1915, o padre afirma, quando do seu retorno para a Itália: “levo commigo um índio da tribo dos barés, já de quatorze anos e civilizado. Pretendo educá-lo, pois ele é muito inteligente, activo e trabalhador”.¹¹¹ Por detrás desses supostos elogios havia uma estratégia de cooptação, afinal, dada as suas características, Cyro se tornava um “ótimo auxiliar para a catechese de seus irmãos”.

Outra informação importante, apresentada na entrevista de 12 de julho, é que o padre revela que recebeu, ainda em Manaus, carta de recomendação do governador e do desembargador para apresentar às autoridades, no rio Negro. Além disso, teve suas passagens e dos seus companheiros, o também italiano padre José Solari e o sergipano, irmão José Canuto, pagas pelo empresário J. G. Araújo.

Nesse ponto temos uma evidência de interesses conjuntos de Estado, Igreja e Comerciantes no processo de “civilização” dos indígenas. A presença de J.G Araújo, por exemplo, é constante nas matérias do *Jornal do Commercio*, não apenas como empresário, mas, também nos negócios concernentes ao contato com povos indígenas e aos interesses que envolviam suas terras.¹¹²

¹¹¹ *Jornal do Commercio*, 12 de julho de 1915. Manaus, 1915 – Disponível em: [Jornal do Commercio \(AM\) - 1905 a 1979 - DocReader Web](#)

¹¹² J.G Araújo passaria a concentrar terras na região do rio Branco, quando da instalação do SPI, inclusive das antigas fazendas nacionais que passariam a seu controle após endividamento de antigos donos. Entre as décadas de 1910 a 1940, segundo dados de Registros de propriedades Rurais do Município de Boa Vista, o empresário possuía pelo menos 31 fazendas na região. FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de Sítio. Territórios e identidades no vale do rio Branco. In. CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 278



Figura 5: O reverendo João Balzola na manchete do *Jornal do Commercio*, 20 de julho de 1915
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A fotografia que acompanha a matéria de 20 de julho de 1915 traz o padre João Balzola e dois rapazes. O da esquerda trata-se do indígena Cyro de Almeida Albuquerque. No plano da representação imagética é interessante perceber como a fotografia tenta reproduzir a descrição que o religioso faz do jovem baré. Ao apresentar-se bem vestido, olhar altivo, mãos dentro do bolso do paletó, aparentando estar confortável na condição de retratado, postando-se, inclusive, à frente do padre que, em um gesto de condução moral, apoia a mão nos ombros do jovem. A imagem tenta corroborar com o discurso de que Cyro era a prova de que a catequização dos indígenas do rio Negro estava dando certo – como havia sido também eficiente a do jovem bororo do Mato Grosso – e teria os

mesmos resultados esperados pelos seus agentes. O jornal, por sua vez, ao estampar essas imagens estava, de certo modo, “catequizando” os seus leitores.

O uso de imagens e as representações delas decorrentes, tanto aquelas produzidas pelos textos quanto pelas fotografias, foi um meio bastante explorado pelos jornais para atingir os seus leitores e construir neles a ideia de que os povos indígenas só poderiam encontrar um lugar nesse novo mundo: o da “civilização”.

No ano de 1915, nota-se a intensificação do apelo ao apoio da população ao Serviço de Proteção ao Índio. Pouco mais de uma semana após trazer a entrevista com o padre Balzola, no dia 26 de julho, o *Jornal do Commercio* estampa na sua primeira página a fotografia dos indígenas Suarê e Macoary, moradores das margens do Rio Jauapery, na região do rio Branco. A fotografia não vem acompanhada de nenhuma matéria específica, senão pelo título contundente: “nossos selvícolas”.



Figura 6: *Jornal do Commercio*, 26 de julho de 1915

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Ao apresentar Suarê e Macoary em trajes ocidentais, tal como Cyro, o discurso é o mesmo: estes indígenas, no mínimo, engrossam a leva dos “semi-civilizados”, sujeitos aptos a serem incorporados à sociedade civil e aproveitados nos mais diversos serviços que lhes seriam demandados. Pontua-se ainda que o uso do pronome “nosso” acompanhando da fotografia, pode trazer múltiplas conotações, entre elas, deve ser entendida como uma estratégia utilizadas pelos periódicos de grande circulação: uma

forma de coletivizar o discurso do jornal, o seu projeto de sociedade, tornando-o aceito pela maioria dos seus leitores.¹¹³

Como se pode notar, a maioria das notícias postas nos jornais são referentes ao interior do estado, quase todos sobre as regiões dos rios Negro e Branco. Uma das razões para tal ocorrência é que essas áreas eram – e em grande medida ainda são até os dias atuais – densamente ocupadas por diversos povos indígenas e também são áreas de fronteiras com outros países que chamavam atenção pelas riquezas que podiam ser exploradas. Contudo, algumas notícias também apontam para vivências de pessoas indígenas na capital do estado. É sobre elas que nos debruçaremos agora e buscaremos analisar algumas das representações nelas contidas, com nessa nota policial de fevereiro 1908 que diz:

Chronica Policial

Uma camoeira de não se poder lamber apanhou hontem o cachaça Bernardo Telles da Silva, que andava a ver as cousas em duplicata, inclusive o xilindró, onde dorme a estas horas o somno dos inocentes. O diabo ainda é indio.¹¹⁴

A segunda notícia que evidencia a circulação dessa população pela capital é o atestado de óbito emitido por volta de 1911 aqui em Manaus:

Várias

Ao juiz municipal, o secretário do estado remeteu as copias dos termos de obitos lavrados, referentes à Manoel Caetano Pinto, José Carlos Ferreira e ao indio Manoel.¹¹⁵

A terceira notícia que fomenta esse apontamento de que haviam indígenas na capital é anúncio de procura-se de crianças tuteladas indígenas:

Francisco Estevão Lopes, residente á rua Lobo de Almada n. 85, comunicou hontem á delegacia do primeiro districto que de sua residência desapareceraum menor de 12 annos de idade, de nome José de tal, indio, tutelado de Francisco Abdon de Medeiros, trajando na ocasião roupa azul.

¹¹³ VIEIRA, Maria do Pilar, PEIXOTO, Maria do Rosário, e KHOURY, Yara Aun. **A Pesquisa em História**. 5ª Edição. São Paulo, Ática, 2008 [1989]. (Princípios -159). pp. 59-60.

¹¹⁴ Jornal do Commercio, 27 de fevereiro de 1908. Manaus, 1908 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/5368

¹¹⁵ Ver: Varias. Jornal do Commercio, 27 de maio de 1911. Manaus, 1911 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/10623

As três informações aqui apresentadas, dentre tantas outras que levantamos e apresentamos ao longo desse trabalho, dão conta também da especificidade da nossa fonte. Os indígenas figuram nos jornais quase sempre quando praticam algum gesto que afronta a ordem estabelecida: quando furtam, matam, são presos, morrem ou desaparecem. Em outras palavras, esses sujeitos anônimos são notados quando incomodam de alguma maneira.

Durante nossa pesquisa junto à fonte, foi possível perceber também como os povos indígenas passaram a procurar diretamente a capital para solicitarem suas demandas, ao invés de terceirizar suas queixas. Abaixo uma notícia-queixa de 1925:

VÁRIAS

Um grupo de indios Mundurucus, chegado a esta cidade, queixou-se a Inspetoria de indios contra Gabriel Guimarães que, no dizzer delles, está tentando invadir a sua aldeia Laranjal, no rio Mari-Mary, município de Borba, onde possuem barracas, roças e muitas outras bemfeitorias.

Os referidos selvicolas estiveram no palácio Rio Negro, onde expuzeram a sua situação ao chefe do estado dr. Alfredo Sá que os recebeu attentiosamente.

*A inspetoria já protestou contra a pretensão de Gabriel Guimarães, mencionado em seu protesto ao poder competente que alli mantém uma escola primária que, sob a regencia da professora dona Maria Leopoldina da Fonseca, vem ministrando a educação ao selvicolas.*¹¹⁶

Atentando para os cuidados com as fontes, nos preocupamos em reconhecer de que elas estão sempre inseridas num lugar social preciso, por essa razão não podemos cair no equívoco de tomá-las como registros neutros de uma dada realidade social.¹¹⁷ Nesse sentido, as informações que passamos a apresentar são tomadas não como o ocorrido, mas, como indícios a serem analisados como algo que pode revelar de forma problematizada aspectos dessa realidade complexa em que os povos indígenas estavam inseridos.

Noutra notícia, meses antes da ação tomada pelos mundurucu, os indígenas Mura da região de Borba também estiveram em Manaus fazendo reivindicações semelhantes, sendo a sua iniciativa noticiada com maior destaque ainda:

DA ALDEIA A MANAÓS INDIOS MURAS

¹¹⁶ *Jornal do Commercio*, 18 de agosto de 1925. Manaus, 1925 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/33338

¹¹⁷ ZICMAN, Renée Barata. **História Através da Imprensa**: algumas considerações metodológicas. Projeto História, n° 4, São Paulo, Educ, 1985.

Da aldeia Igapó-Assu no rio Preto, município de Borba, chegaram ante horem a esta cidade em montaria, varios indios semi-civilizados, da tribu Mura, os quaes venceram o percurso em quinze dia.

Os referidos selvicolas vieram pedir providências contra Antonio Lima, allegando-se amigo do indio, obtivera permissão do tuchaua para passar algum tempo naquelle habitat e, agora, está procurando fazer bemfeitorias, isoladamente, num trecho da referida aldeia, provavelmente levado pelo interesse de requerer, em seu nome, a demarcação da mesma.

A inspetoria dos indios entrou em diligência com o fim de apurar facto o facto, tendo antes officiado ao dr. Alfredo Sá, interventor federal, não só expondo as alegações dos reclamantes como protestando, preventivamente contra qualquer pretensão de Antonio de Lima sobre a citada aldeia.¹¹⁸

É interessante notar semelhança entre os dois casos. São indígenas pertencentes à localidades relativamente próximas de Manaus, por isso conseguem vir em grupo à capital, falam diretamente com o governador, buscam auxilio da inspetoria, reclamam de particularam que foram acolhidos em seus terriórios e posteriormente tentaram se beneficiar, se apossando de suas terras. A semelhança entre os casos em um curto espaço de tempo confere algum grau de veracidade aos fatos. Os causos ainda apontam para uma possível prática que estava se estabelecendo, a dois indígenas irem eles próprios reivindicar seus diretos junto aos mecanismos que lhe garantia alguma proteção. Ainda que não saibamos exatamente que providencia possam ter sido dadas em ambas as situações, esse simples gesto já demonstra a afirmação de uma política indígena dentro dos quadros conjunturais que haviam se estabelecido.

Nas nossas fontes também relatam outras preocupações que o contato entre os indígenas e a sociedade englobante acarretavam. É possível perceber a preocupação por parte do estado quanto ao consumo de álcool pelos indígenas e isso fica evidenciado na notícia publicada em 24 de maio de 1925:

VÁRIAS

A inspetoria dos indios oficializou ao seu delegado em Manicoré recommendando-lhe que, a exemplo dos postos indígenas, exercesse rigorosa vigilância nos aldeamentos da região que, occultamente, costumam dar bebidas alcoolicas aos silvicolas semi-sivilizados em troca de outros productos, induzindo-os á ruina moral e physica.

¹¹⁸ *Jornal do Commercio*, 17 de maio de 1925. Manaus, 1925 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/33077

Recommendou ainda escrupulosa fiscalização de modo que os indios, na permutta de seus produtos por generos uteis, não sejam explorados pelos agentes do commercio ambulante.¹¹⁹

É também na década de 1920, que o ocorrem produção de inúmeras as notícias sobre os resultados dos contatos com diferentes grupos indígenas, muitos desses contatos realizados pelo o SPI. A partir desse contexto se intensifica a defesa da ideia de que era necessária a integração dos povos indígenas para que assim eles se adequassem aos costumes ocidentais.

Abaixo, um registro sobre a visita do coronel Antonio Bittencourt aos Parintintim deixa isso muito evidente:

OS PARINTINTINS

O coronel Antonio Bittencourt¹²⁰ que acaba de chegar da viagem que fez ao rio Madeira deu-nos os seguintes informes:

Chegando ao lugar Tres Casas informou o seu proprietario o sr. Manoel Lobo¹²¹, de que os Parintintins já se vão chegando aos civilizados. Esse homem é um dos mais esforçados catechistas, já tendo conseguido alguma cousa de seu desejo.

Para chamar os indios a falla trata-se bem e lhes offerece brindes tendo já conseguido que um grupo delles fosse à sua casa. D'ahi para Padua. Neste lugar chegou o vapor em que viajamos ao amanhecer do dia seguinte, acompanhando-nos o mesmo sr. Lobo.

Apenas o navio atracara á terra, os indios, vendo a bordo o seu bem-feitor desceram á barranca e vieram ajudar a collocar a prancha em terra, e passaram immediatamente para bordo. Ahi permaneceram admirando o navio. Ouvindo o apito dirigiram-se para a prôa onde o

¹¹⁹ *Jornal do Commercio*, 24 de maio de 1925. Manaus, 1925 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/33101

¹²⁰ Trata-se de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, membro de uma das famílias mais tradicionais da política amazonense, tendo assumido, entre outros cargos públicos, a função de prefeito de Manaus, em 1891, e de governador do Amazonas, 23/07/1908 a 08/10/1910. Deposto em agosto de 1910, reassumiu por meio de habeas corpus em 31/10/1910 e governou até 31/12/1912. Era um dos líderes políticos do Partido de Republicano no Amazonas e um dos tradicionais “coronéis de barranco”. FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)**. Tese de doutorado em Economia. 201f. Universidade Estadual de Campinas, Campinas –SP, 2005. p. 161; FEITOSA, Orange Matos. **À SOMBRA DOS SERINGAIS: Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)**. 223f. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 19.

¹²¹ Trata-se de Manoel de Souza Lobo, proprietário de seringais e castanhas, proprietário do lugar Três Casas, situado no rio Madeira, território hoje pertencente ao município de Humaitá. Segundo relato do etnólogo Curt Nimuendajú (1883-1945), que esteve nas propriedades de Manoel Lobo em 1910 afim de pacificar os povos parintintim, esse seringalista desejava que o Posto do SPI fosse criado nas suas terras, o que o etnólogo acabou opitando pela localidade situada no lugar Maicy-Mirim, por considerar mais apropriado para esta finalidade. LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do rio Madeira (1880 – 1930)**. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. 208f. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007. pp. 141-142; ARAÚJO, Jordeanes do Nascimento. **O INEVITÁVEL ENCONTRO. Povos Kagwahiva, agentes do SPI e os comerciantes no rio madeira. Cano do Tempo - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas Volume 13. 2021. p. 04.**

comandante, por meio de acenos mandou puxar a corda do apito por um delles, sendo imitado por outro.

A pôpa do navio havia alguns cachos de bananas maduras. Para lá se dirigiram e saborearam os fructos.

Permaneceram a bordo, admirando tudo e fallando entre si, todo o tempo em que o Thereza esteve no porto. Desembarcando o sr. Lobo e elles acompanharam.

Eram em numero de oito, tres homens moços, tres mulheres e dois menores, todos completamente nus. Duas das mulheres estavam gravidas, uma em estado mais adiantado do que a outra.

No regresso do Thereza, fomos informados de que esses selvícolas já se haviam retirado para a maloca o que já tinham ido a Tres Casas, outro grupo de trinta indios dos quaes alguns seguiram para Padua a bordo do vapor Caruçá.

Informou o sr. Lobo que o posto de catechese ultimamente não recebeu brinde algum para os indios. Elle é que os tem presenteado com o que já tem dependendo boa forma.

Apesar dessa aproximação do civilisado, o indio ainda não perdeu a fereza.

No dia treze deste mez no logar denominado Fortaleza, a margem do rio Machado, accometteram o seringueiro Manoel Estevam, ceraense, casado e freguez do do sr. S. J. Cerqueira, proprietário do logar São Francisco, a margem direita do rio Madeira, municipio de Humaythá.

Os indios o accometeram quando se dirigia para a canôa.

Depois de assassinado amputaram-lhe as pernas, os braços e a cabeça. Uma das flexas encontradas no cadaver, foi-nos offerecida pelo sr. Cerqueira e a trouxemos para o muzeu do Instituto Historico e Geografico do Amazonas.

Algumas pessoas disseram-nos que há diversas malocas dos Parintintins. Algumas já começam em contacto com o civilizado: outras, ainda não.

Tambem dizem essas pessoas que o indio é physionomista, vendo quem já lhe fez mal, não o poupa.

Penso que o governo deve cooperar com o sr. Manoel Lobo, na pacificação d'aquelles indios, enviando-lhe roupas e brindes para continuar na obra começada.¹²²

Vale ressaltar aqui as estratégias traçadas para obter a tão almejada pacificação dos Parintintim, considerada até aquele momento um dos povos mais resistentes ao contato e assimilação dos hábitos ocidentais. Os contatos amistosos, os brindes, o cuidado para que não houvesse nenhuma ação que gerasse represália dos indígenas, eram algumas dessas estratégias. Inclua-se nisso a ajuda do governo para manter essa política, não deixando faltar o necessário para que houvesse essa assimilação e incorporação desse povo. A despeito dessas cautelas, como o texto deixa antever, os indígenas dessa etnia

¹²² *Jornal do Commercio*, 27 de outubro de 1923. Manaus, 1923 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/31415

permaneciam em grande parte cultivando dois hábitos que amedrontavam os brancos: o fato de não esquecer quem lhes fez algum mal e não deixando de se vingar.

Essas últimas notícias dão conta da tentativa de “pacificar” e incorporar os povos situados na região do rio Madeira e suas imediações: mundurucu, mura, parintintin. Cada um com suas especificidades e demandas, requerendo estratégias diferenciadas e formas de abordagens distintas.

As notícias, apesar das especificidades de cada povo, também apontam para o mesmo sentido: a tentativa de estabelecer o controle dos indígenas e seus territórios. A primeira e a segunda notícia tratam da questão de não ludibriar os indígenas, uma vez que são, na visão corrente, um tanto ingênuos nas trocas que fazem; a terceira, é quase um complemento as outras duas; é um alerta para que não se praticasse nenhuma ação que violasse de alguma maneira os interesses dos indígenas e os ferisse de algum modo, porque “*vendo quem já lhe fez mal, não o poupa*”. Essa última ainda dá conta das articulações e estratégias para o contato e tentativa de um convívio pacificado com um dos povos mais arredios. Por estas notícias também podemos perceber as reiteradas representações se construíram acerca dos vários povos indígenas da Amazônia ao longo do tempo.

Outro aspecto que se pode mencionar é que o processo de contato com esses povos deveria ser sempre pacífico e honesto, afim de eviatar qualquer problema futuro. Evidentemente esse tipo de alerta revela uma prática que não se baseava nesses princípios e as notícias acima também elucidam e servem de testemunho a esse respeito.

Os Parintintim especificamente, seriam alvo de tentativas de aldeamentos com alguma frequência. Uma vez que esse grupo “feroz” fosse “pacificado”, tinha-se um grande respaldo e abre-se precedente para a pacificação de outras etnias.

Abaixo outra notícia produzida sobre a mesma etnia. Desta vez, apresenta um argumento que, a princípio, parece confirmar o êxito do processo de pacificação dos parintintim. Chama atenção o modo como os indivíduos desse grupo são descritos como um povo que se diferencia por seus costumes e comportamento dos demais que habitam o Amazonas. Dessa vez, uma representação um tanto distinta da anterior se apresenta nas páginas do *Jornal do Comercio* sobre os patintim. Uma matéria de 1924, portanto, após três anos de fundação do *Posto de Pacificação*, dá conta do modo como os indígenas da região do rio Maicy-Mirim encontram-se, supostamente, integrados:

Varias

*Fomos surpreendidos hontem com a visita de cinco indios Parintintins, sendo dois do sexo masculino e três do feminino. Estes selvicolas, que vieram acompanhados do sr. José de Almeida, funcionario da inspetoria de indios, foram arrancados da floresta, há dois annos pelo posto de pacificação do rio Maicy Mirim.*¹²³

*São alegres, expansivos e interessantes, deixando transparecer, nos seus modos e nos seus traços physionomico, as qualidades excepcionaes de uma tribu que se distingue de todas as outas que erram atravez das solidões amazônicas. Pertencem ao grupo que, em outros tempos, completamente extranho a civilização sustentou luctas fraticionada contra hostes de aventureiros que invadiam seus domínios nos rios Ipixuna, Uruapiara e Maicy Mirim.*¹²⁴

A matéria de outubro de 1924 contrasta com a situação narrada dois anos antes, em que apresenta as dificuldades e estratégias de Curt Nimuendaju nas suas tentativas de atraí os parintintim. Se olharmos cronologicamente, o posto de Maicy-Mirim foi fundado em 09 janeiro de 1921 por Nimuendaju. Em 29 de maio de 1922 o Jornal do Commercio noticia os feitos e dificuldades dos etnólogos para contactar os parintintim.¹²⁵ Em 27 de outubro de 1923, Antônio Bittencourt visita a região e apela ao governo que ajude também Manoel Lobo na sua tarefa ainda difícil de pacificar os parintintim da localidade que havia sido preterida para a fundção do Posto, para que lá o trabalho avance também. E em 15 de outubro de 1924, são exertadas as qualidades dos indígenas parintintim contactados e “pacificados”. Nesse sentido, é possível ver um completo alinhamento do Jornal do Commercio, como já havíamos mencionado com os trabalhos desenvolvidos pelo SPI e seus agentes.

Já em 1928, novamente políticos, religiosos e autoridades da região rio Madeira se reuniram em Porto Velho, procurando meio de fazer avançar no projeto de pacificação dos Parintintim:

¹²³ O Posto de Pacificação foi instalado em 9 de janeiro, no rio Maicy-Mirim, afluente da margem direita do rio Madeira, no ano de 1921, em localidade hoje pertencente ao município de Manicoré. O chefe da frente de atração foi o etnólogo Curt Nimuendaju (1883-1945) e foi responsável pela “pacificação” dos indígenas da etnia parintintim. Esse posto seria extinto em 1931. MELO, Joaquim. **SPI: A política indigenista no Amazonas**. Cultura, Edições Governo do Estado, 2009. p. 173.

¹²⁴ *Jornal do Commercio*, 15 de outubro de 1924. Manaus, 1924 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/32377.

¹²⁵ Ver: *Jornal do Commercio*, 29 de maio de 1922. Manaus, 1922 – Disponível em: [Jornal do Commercio \(AM\) - 1905 a 1979 - DocReader Web](#)

O Interior
Rio Madeira

Monsenhor Massa em companhia do prefeito Costa Crespo e do juiz de direito, visitou o logar Maicy, aonde se acham algumas dezenas de indios Parintins.

Pretende ahi fundar uma missão junto as malocas desses selvicolas. Elle embarcou para Manaós no Districto Federal, sendo grande o botafora.¹²⁶

Trata-se de monsenhor Massa, prelado apostólico do Rio Negro e Porto Velho que, após visitar a região do Madeira e tendo se hospedado na casa do coronel José da Costa Crespo, então prefeito de Porto Velho, regressa para Manaus com o intuito de conseguir os meios para fundar novas missões nas terras dos parintintim.



Figura 7: Posto Maicy-mirim, 1924
Fonte: Acervo da Brasileira Fotográfica

¹²⁶ *Jornal do Commercio*, 20 de outubro de 1928. Manaus, 1928 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/37579

Já na década de 1930, inclusive após alguns postos indígenas serem extintos, é interessante notar como os discursos sobre o modo de vida indígena ganha novos contornos e nuances. A partir desse período o *Jornal do Commercio* criou uma coluna chamada “*Jornal das Crenças*”. No dia 10 de setembro de 1933 foi apresentado um quadradinho com título “*Os índios são perigosos*”.

Abaixo as imagens e diálogos do referido quadrinho



Figura 8: *Jornal do Commercio*, 23 de abril de 1933

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Analisando o enredo da história do enfrentamento de dois meninos com os “índios perigosos”, alguns elementos chamam bastante atenção. O *primeiro*, o fato de ambos serem filhos de fazendeiros, o que pode refletir uma tentativa de legitimar a posse de terra por parte desses pessoas; *segundo*, o fato dos meninos ficarem escondidos até o anoitecer e os seus perseguidores não se demoverem do intuito de matá-los, esperando o momento certo para atacar; *terceiro*, a esperteza dos meninos em fugir da emboscada, enganando seus adversários, fazendo os indígenas da tirinha figurarem ao mesmo tempo como “selvagens” e tolos, que podem ser facilmente ludibriados.

Não deixa de ser interessante perceber outra “história de índios” narrada na coluna *Jornal das crianças*, no dia 10 de setembro de 1933, que apresenta enredo e narrativa semelhante a acima reproduzida. Dessa vez um menino, filho de colonos canadenses, que com esperteza consegue enganar os indígenas e salvar um cocheiro que havia caído nas mãos de “índios assaltantes”.¹²⁷

Essa narrativa, tanto na primeira quanto na segunda história, evidencia uma construção cultural em que os indígenas são retratados como “inimigos perigosos” e, ao mesmo tempo, ingênuos. Essas características destacadas, refletem estereótipos enraizados na sociedade da época, que, além de desumanizar os povos indígenas, legitima o ataque contra os indígenas sob a justificativa de defesa. A esperteza dos meninos, que se transforma em “astúcia” e “coragem”, contrasta com a suposta primitividade dos indígenas, reforçando a ideia de que a civilização, representada pelas crianças que sempre são vistas como o “futuro”, é superior e mais estratégica. Essa dinâmica de poder, manifestada nas narrativas, não apenas perpetua a violência contra os indígenas, mas também estabelece um código moral que exalta os brancos em detrimento da sabedoria e das habilidades tradicionais dos povos originários. Assim, podemos visualizar essas histórias funcionam como um espelho das tensões sociais e políticas da época, onde o enfrentamento entre colonizadores e indígenas não se restringe a um conflito físico, mas se estende ao campo da narrativa e da representação cultural.

Como destacamos anteriormente, os jornais se tornaram importantes fontes de pesquisa para o conhecimento das sociedades do passado e considerados agentes participantes no interior dos processos em que atuam. Dada a sua capacidade de fazer representar visões de mundo e interesses que nos permitem observar as disputas de poder. No caso das histórias acima mencionadas elas têm um nítido interesse de criar, através da representação dos povos indígenas como “selvagens” e “adversários”, um sentimento de medo e superioridade ao mesmo tempo. Dada o nome da coluna e as imagens que acompanham e ilustram as histórias, a recorrência com que aparecia nas páginas do jornal, podemos concluir que isso foi feito de forma didática e sistematicamente.

Para além dos discursos emitidos pelos editores dos periódicos, é importante entender quem é essa personalidade e o motivo de o jornal ter permitido determinada notícia ser publicada, visto que o *Jornal do Commercio* é um periódico formado por homens influentes da sociedade no período no qual a pesquisa se debruça. As notícias

¹²⁷ *Jornal do Commercio*, 10 de setembro de 1933. Manaus, 1928 – Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/170054_01/40270

sobre indígenas encontradas no periódico *Jornal do Commercio* têm como sujeitos ou como autores da narração: membros da Igreja Católica, políticos, empresários, delegados, viajantes e os próprios indígenas.

Nesse sentido, nas reflexões que se segue buscaremos evidenciar as demandas apresentadas pelos próprios indígenas que se fizeram representar nas páginas do *Jornal do Commercio*, demonstrando que estes também eram agentes nos processos de disputas e souberam construir suas estratégias de sobrevivência.

3. A DETECÇÃO DO QUASE OCULTO: DEMANDAS E MOVIMENTAÇÕES DOS INDÍGENAS NAS FOLHAS DOS JORNAIS

*[...]Se meu direito é violado
Minha voz não calará
Ecoará (ecoará)
Eu luto por justiça social
Meu canto pelo tempo retumbará[...]*¹²⁸

A relação entre jornais e povos indígenas é complexa e multifacetada. A representação de grupos indígenas na mídia frequentemente oscilou entre marginalização, estereotipização e, em momentos mais progressistas, uma tentativa de apresentar as demandas dessas comunidades.

De forma geral, os meios de comunicação têm o poder de perpetuar imagens equivocadas e reducionistas dos povos indígenas, mas, por outro, podem servir como uma ferramenta vital para a politização do público em geral e promover debates, expondo as mais diversas concepções acerca das pautas relacionadas a esses sujeitos.

Dentro deste contexto, os jornais atuam simultaneamente como um espelho e um moldador de perspectivas. Como espelho, eles retratam as normas, crenças e atitudes predominantes de uma cultura ou sociedade em um dado momento. Isto é evidente quando se examina o conteúdo dos jornais ao longo das décadas, refletindo as mudanças sociopolíticas e culturais.

Por outro lado, como moldadores, os jornais têm a capacidade de influenciar ativamente o pensamento público, estabelecendo agendas, priorizando certos temas em detrimento de outros e escolhendo quais vozes serão ouvidas ou silenciadas. O modo como uma história é contada, o enquadramento de um evento ou a seleção de imagens pode reforçar ou desafiar ideias preexistentes.

Assim, os jornais podem perpetuar divisões ou funcionar como pontes de entendimento. Em questões sensíveis, como a representação de grupos minoritários ou marginalizados, a responsabilidade da mídia se torna ainda mais crítica.

Falando especificamente do início do século XX, a relação entre os jornais e os povos indígenas na região amazônica do Brasil era moldada por uma série de fatores

128 Boi Bumbá Caprichoso: **Brasil - Terra Indígena**. Intérprete: Patrick Araújo. Compositores: Gerlean Brasil, Saimon Andrade, Kássia Muniz. *In*: Boi Bumbá Caprichoso: O Brado do Povo Guerreiro. Amazonas: [s. n.], 2023. Faixa 7 (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TTA1Q0XnGro>. Acesso em: 8 mar. 2024.

históricos e sociais. Muitas vezes, os jornais desempenhavam um papel ambíguo, retratando os indígenas como exóticos e primitivos, contribuindo assim para a caracterização e marginalização dessas comunidades. Ao mesmo tempo, no entanto, alguns jornalistas e publicações também buscavam destacar as questões enfrentadas pelos povos indígenas, como o deslocamento forçado, a exploração de suas terras e a perda de suas culturas.

Nesse período, os jornais desempenhavam um papel fundamental na formação da opinião pública e na construção da identidade nacional brasileira conforme aponta José D'Assunção Barros:

Os jornais constituem um 'meio de comunicação' voltado para a captação das massas ou de segmentos ao menos significativos da população, com a capacidade de abranger uma diversidade de assuntos de interesse público, embora também exista uma margem relevante de jornais direcionados para setores mais específicos da população ou para grupos muito restritos, assim como jornais especializados em aspectos singulares como a economia, ciência, humor ou esporte.¹²⁹

Portanto, a representação dos povos indígenas nas páginas dos jornais tinha um impacto significativo na percepção pública dessas comunidades e nas políticas governamentais em relação a elas.

No Brasil, a história das populações indígenas é uma narrativa complexa, marcada por séculos de contato com colonizadores europeus e uma luta contínua pela proteção de suas terras, culturas e direitos. Este capítulo se concentra em analisar as demandas e posicionamentos dos indígenas, conforme documentado em notícias de jornais do início do século XX. As notícias selecionadas refletem essa época em que os povos indígenas enfrentavam – como ainda hoje enfrentam - desafios significativos, incluindo conflitos territoriais, exploração e violência.

3.1 Demandas dos Povos Indígenas

A análise da evolução histórica da luta pelos direitos territoriais dos povos indígenas dentro da sociedade capitalista requer uma breve descrição da relação entre as estruturas de poder e as comunidades indígenas ao longo da história do Brasil. A questão

¹²⁹ BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, v. 52, p. 397-419, 2021.

da posse da terra pelos indígenas tem sido marcada por uma série de desafios, incluindo conflitos violentos com a classe dominante.¹³⁰

No decorrer do século XX, uma série de demandas e posicionamentos dos povos indígenas na região amazônica foi registrada em jornais da época. Essas notícias destacam a luta dos indígenas por seus direitos territoriais, autonomia e proteção contra abusos cometidos por fazendeiros, exploradores dos recursos disponíveis na floresta (caucho, borracha, castanha e etc) e outros colonizadores. As histórias presentes sobre os povos indígenas no periódico sobre o qual essa pesquisa se debruça, fornecem uma visão importante das complexas relações estabelecidas entre os indígenas e sociedade abrangente daquela época.

A invasão, ocupação e exploração do território brasileiro tiveram um papel central nas transformações drásticas enfrentadas pelos povos indígenas ao longo de cinco séculos. Esse processo de degradação, tanto em termos físicos quanto culturais, resultou na eliminação de numerosos grupos étnicos e comunidades indígenas¹³¹. Ao analisarmos as notícias, podemos fazer uso de elementos teóricos e metodológicos valiosos e assim visualizar o contexto histórico e social vivenciado por esses povos, bem como para compreender a rede contemporânea de ameaças que coloca em risco a própria continuidade da vida indígena, sua capacidade de autodeterminação e sua organização interna.

Veremos na sequência algumas dessas notícias que expõem esses momentos de tensão. São fragmentos de um momento histórico que nos permitem captar a agência desses sujeitos.

Em 1904, o respeitado *Jornal do Commercio* capturou em suas páginas um evento histórico e de grande relevância para a compreensão do panorama social e político da época:

¹³⁰ Esses conflitos se tencionaram, especialmente da segunda metade do século XIX, com a aprovação do Regulamento de 1845 e da lei de Terras de 1850, que tinha dentre outras questões estratégias de intensificação do espólio das terras indígenas. Um levantamento sobre essa temática foi realizado pela pesquisadora Soraia Sales Dornelles. Ver: DORNELLES, Soraia Sales. Posses ilegais em terras indígenas paulistas (1840-1855). **Tempos Históricos**, v. 23, n. 1, p. 46-71, 2019.

¹³¹ Os processos de ocupação territorial no Brasil, caracterizados pela apropriação de terras, violência física e imposição cultural, resultaram em genocídios contra diversos grupos indígenas. Por exemplo, a prática sistemática de captura de crianças indígenas, conforme detalhada por Vânia Maria Losada Moreira em seu estudo sobre o tráfico de "kurucas" no Brasil, revela uma dimensão do genocídio promovido pelo Estado, que utilizou o rapto e a exploração das crianças como método para reduzir e pacificar populações inteiras. Esses processos se desenvolveram não apenas para a eliminação física de muitos indivíduos, mas também para o esfacelamento de culturas, idiomas e estruturas comunitárias que sustentavam a identidade dos povos originários. Ver: MOREIRA, Vânia Maria Losada. Kruk, Kuruk , Kuruca: genocídio e tráfico de crianças no Brasil imperial. **História Unisinos**, v. 24, n. 3, p. 390-404, 2020.

Protesto

Ao exm. sr. Dr. governador do Estado, ás justiças estaduaes e ao publico.

O abaixo assinado em nome dos indios proprietarios dos terrenos ás margens do <Igarapé Preto> no Paraná de Bôa-Vista, comarca de S. Paulo de Olivença, vem protestar contra a demarção feita pelo engenheiro Tiberio Ribeiro de Alboim, auctorisada pelo sr. Manoel de Souza Mafra, procedida nas mesmas terras, promettendo em tempo defender os direitos dos mesmos indios.

<Vendeval> em S. Paulo de Olivença, 10 de outubro de 1904.

João Ayres da Cruz.¹³²

A notícia intitulada "Protesto" e publicada em 22 de outubro de 1904 é um documento de grande relevância pois aponta como no início do século XX as terras indígenas no Brasil enfrentavam desafios significativos relacionados à demarcação e desapropriação. Este registro foi publicado no *Jornal do Commercio* e escrito por João Ayres da Cruz, que segundo ele está representando os indígenas proprietários das terras nas proximidades do Igarapé Preto, localizado no Paraná de Boa Vista, na então comarca de São Paulo de Olivença.

Neste documento, João Ayres da Cruz apresenta um protesto contra a demarcação de terras realizada pelo agrimensor Tiberio Ribeiro de Alboim, uma ação autorizada por Manoel de Souza Mafra. Entre os anos de 1917 e 1921, João de Souza Mafra figura nos jornais como “fabricante de aguardante”, e a partir de 1921, aparentemente seu filho, Manoel Mafra Filho é mencionado como “agricultor, lavrador e criador”. Ambos na comarca de São Paulo de Olivença.¹³³ Por sua vez, João Ayres Cruz também é mencionado no período acima referido como “criador”. As poucas informações disponíveis sobre este indivíduo dão conta da sua relação com os povos indígenas da etnia Ticuna, principal população indígena do alto Solimões.¹³⁴

¹³² *Jornal do Commercio*, 22 de outubro de 1904. Manaus, 1904 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/1170

¹³³ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro, 1917 – Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/313394/66785>

¹³⁴ Embora, ao longo da pesquisa não tenha sido possível verificar a relação precisa entre João Ayres da Cruz e o povo Ticuna. A informação de que ele apresentou o protesto “em nome dos índios” nos leva a crer que poderia ser alguém que se casou com alguma pessoa originária desse povo. Tal afirmativa parte do fato deste sujeito ser apontado, em trabalhos recentes, como avô de uma importante liderança política, o ex-cacique João Lourenço da Cruz, que foi eleito vereador no município de Tabatinga por três mandatos consecutivos (1996-2008). Neste mesmo município há uma escola indígena que homenageia João Ayres da Cruz, fundada em 2004, a partir de um projeto de autoria do vereador e neto do homenageado. Ver: ALEXANDRE, Raimundo Ramos et al. **Língua portuguesa como L2: dificuldades no ensino da leitura em escola indígena Ticuna na comunidade de Umariçu II em Tabatinga-AM**. UFAM, Bejamin Constant-AM, 2024. p.27; MENDES, Joseney Pereira. **As conquistas e desafios da participação política do povo Ticuna** (Magüta): das origens míticas às lutas contemporâneas. UNILA, Foz do Iguaçu, 2024. p. 81-82.

O protesto apresentado por João Ayres, “em nome dos índios”, não apenas destaca a resistência dos povos indígenas em face da perda de suas terras ancestrais, mas também evidencia a importância dessas notícias para compreendermos as lutas e os direitos territoriais das comunidades indígenas no Amazonas durante esse período de avanço sobre seus territórios.¹³⁵

Também em 1904, o povo da etnia Macuxi fez uma importante denúncia que envolvia questões contra o administrador da Fazenda Nacional São Marcos:

Várias Notas

Sabemos que os índios Macuchis, que preferiram conviver no Rio Branco com os brasileiros a gosar entre os ingleses das regalias de súditos de S. M. Britânica, migraram agora em levadas enormes dos burgos estabelecidos nas terras do Anahmité, pertencentes ao governo federal para as dos campos do Pirarara, ora domínio dos ingleses.

A razão disto, segundo informam-nos, é a perseguição que lhes tem movido o administrador da fazenda nacional, com o fim de extorquir os das terras que estão ocupadas pelos seus burgos desde 1899.¹³⁶

A notícia que se apresenta acima, datada do ano de 1904, lança luz sobre a complexa dinâmica de migração e conflito territorial envolvendo o povo Macuxi e os eventos históricos que levaram a uma migração significativa dos assentamentos das terras do *Anahmité*, sob jurisdição do governo federal brasileiro, para os campos do *Pirarara*, sob domínio britânico. O relato documenta não apenas a migração em si, mas também as razões subjacentes que a motivaram, em particular, a perseguição liderada pelo administrador da fazenda nacional, que buscava a remoção do povo Macuxi das terras que haviam ocupado como sua comunidade desde 1899. Essa fonte histórica oferece uma visão das complexas dinâmicas territoriais e políticas que afetaram as vidas dos indígenas, destacando as tensões entre diferentes autoridades e os desafios enfrentados em meio a essas mudanças.

No início do século XX, a questão indígena não era tratada substancialmente como se fosse social ou política, mas, estava situada nos conflitos de interesse econômico em torno da posse de terras. A Constituição de 1891 não tratava de forma substancial da

¹³⁵ João Ayres, ao que tudo indica era bem relacionado política e socialmente em Manaus, onde mandou educar as filhas, no internato Benjamin Constant. Era sócio bem-feitor na Santa Casa de Misericórdia e era mencionado algumas vezes nos jornais, entre os anos de 1917 e 1921, como “doutor” ou “coronel”, o que pode ser indicativo de sua formação intelectual e sugere que era do de terras no interior do Estado. Em 1914 chegou a ser nomeado juiz do termo de São Paulo de Olivença. *Jornal do Commercio*, 27 de maio de 1904. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/170054_01/140740.

¹³⁶ *Jornal do Commercio*, 23 de dezembro de 1904. Manaus, 1904 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/1439

questão, fazendo apenas breve menção a um possível reconhecimento de terras que eventualmente tivessem sido reconhecidas anteriormente pela Coroa portuguesa. Dessa forma, a Carta Magna brasileira, a primeira da República, continuava reconhecendo os indígenas como provelam para o desenvolvimento nacional e obstáculo para o progresso, ao mesmo tempo que reproduzia estruturas que buscavam continuar com o espólio dos seus territórios.

Após denúncias internacionais da condição indígena e dos trabalhadores do campo brasileiro, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que em 1918 se tornaria o Serviço de Proteção aos Índios, o SPI. Em função das dificuldades da primeira versão do órgão para atuar na amplitude das demandas de tantos grupos sociais, o SPI passa a atuar exclusivamente com as demandas indigenistas. A partir disso, os indígenas passam a ser vistos pela legislação como “um ser digno de conviver em comunhão nacional”, apesar disso, permanece a visão da inferioridade cultural e "evolutiva". Vistos como infantis, “necessitariam da tutela do Estado a quem caberia dar-lhes condições para evoluir a um estágio cultural e econômico superior, para daí se integrarem à nação”.¹³⁷

O longo período de tutela indígena passou por várias conjunturas, uma delas diretamente relacionada aos órgãos governamentais que por um lado tinham a função de proteção do indígena, porém ao mesmo tempo atuavam de maneira a restringir as liberdades dos povos tradicionais, muitas vezes exercendo papel de agressor e facilitando a aquisição de terras por parte de fazendeiros ou corporações extrativistas. Um desses órgãos foi o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, já aqui citado, criado em 1910 e que passou em 1967 a ser a Fundação Nacional do Índio - Funai, hoje com o nome modificado: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Segundo dados do portal ISA, a criação do SPI se deu em um momento de disputas pelos territórios do interior do Brasil, inclusive com autoridades defendendo publicamente o extermínio dos nativos, o que gerou repercussão negativa internacionalmente, forçando a criação do órgão¹³⁸. Esse órgão, ao longo de sua existência, passou por diversas modificações, mas sempre teve como premissa a

¹³⁷ GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 92-93.

¹³⁸ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Serviço de Proteção aos Índios (SPI). **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI)). Acesso em: 20 mar. 2024.

subjugação dos povos originários, apesar de ter tido figuras comprometidas com as causas indígenas. A estrutura do órgão reunia militares, trabalhadores rurais e pessoas despreparadas para as funções. A atuação dessas pessoas gerou processos acusatórios de genocídio, corrupção e ineficiência. Nesse contexto e junto à ascensão dos militares no poder, o SPI foi extinto e substituído pela FUNAI.

No decorrer do século XX ocorreram muitas transformações sobre a questão indígena brasileira, tanto na dimensão institucional de organização dos serviços de regularização das políticas como na atuação direta do Estado e dos órgãos de proteção em favor do avanço na legislação de proteção¹³⁹, no entanto, na prática, situações de invasão territorial era algo recorrente.

Para além dessas queixas a membros do governo, os indígenas, quase sempre a partir de representantes, encaminhavam suas denúncias aos periódicos, relatando invasões de civis nas regiões aldeadas:

O martyrio dos nossos selvagens

Alguns delles fôram cruelmente assassinados

Do Madeira, o coronel José Caripé traça-nos uma carta, todas a queixas dos índios ao que nos refere as atrocidades praticadas contra os selvagens, pelos que se dizem civilizados.

O coronel José Caripé diz-nos que os índios haviam sido maltratados, sendo mortos dois ou três dentre eles que tiveram decepadas as cabeças. Na sua missiva o coronel José Caripé – pede-nos chamemos para esse caso, como também para outro igual passado no rio Branco, a atenção do sr. Inspector de índios.

O coronel Caripé oferece-se, dia para colocar á mercê da policia, os assassinos dos índios do rio Branco, embora desconheça completamente quaes sejam eles. Mas, prontifica-se a prendel-os e entregal-os á autoridade, não procurando indagar se eles são seus fregueses ou não.¹⁴⁰

Nesta fonte, o coronel José Caripé escreve uma carta ao jornal, a qual se torna uma notícia. A mesma apresenta as queixas dos indígenas sobre as atrocidades cometidas contra eles por aqueles que se consideram civilizados. Segundo o coronel Caripé, os indígenas foram maltratados, e dois ou três deles foram cruelmente assassinados, com suas cabeças decepadas. O coronel Caripé pede que a atenção do inspetor de índios seja direcionada para esse caso, assim como para um incidente semelhante que ocorreu no Rio

¹³⁹ GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 95-96.

¹⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 22 de outubro de 1904. Manaus, 1904 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/141928

Branco. Ele se oferece para colocar os assassinos dos indígenas do Rio Branco à disposição da polícia, mesmo que não saiba quem são eles.

Essa fonte destaca um evento trágico envolvendo a violência cometida contra indígenas e a resposta do coronel José Caripé, que deseja trazer os responsáveis à justiça. Isso se torna relevante pois podemos observar as relações entre indígenas e outros grupos na sociedade da época e, logo percebemos uma participação indígena em questões que estavam em torno do seu interesse mesmo que, em vários casos, anunciar situações que trouxeram resultados negativos para eles.

Não deixa de ser interessante notar que anos depois, o próprio coronel José Caripé se envolveria numa série de conflitos. Denúncias davam conta dos maltratos que eram inflingidos contra os seringueiros e que eram realizados por capangas.¹⁴¹ Além de ter se envolvido em disputas que chegaram à luta armada, contra outros coronéis da região do rio Aripuanã e Madeira, como a ocorrida quando da tomada da carga de borracha praticada pelos homens do coronel José Caripé contra os homens do coronel Francisco Bayma do Lago.¹⁴²

Contudo, na notícia de 1904, o coronel José Caripé pede ao jornal que chame atenção do Inspetor dos índios para o que acontecer também no rio Branco e se apresenta como alguém capaz de prender os malfeitores e entregar às autoridades. Uma forma de dizer que, se aqueles que se dizem civilizados maltratam esses povos e os que prometem proteger não o fazem, ele poderia fazer as duas coisas, mantendo a ordem na região.

Nesse sentido, cabe um adendo. O que levava esses homens poderosos escrever para os jornais representando ou supostamente defendendo os interesses dos povos indígenas? Nos parece que esses “coronéis” usavam de seu prestígio para fazer para que defendiam os povos indígenas, sobretudo, em um momento em que ainda estavam buscando se firmar como donos de terras.¹⁴³ Por sua vez, os povos indígenas aceitavam se fazer representar por estes indivíduos, conscientes de que era um acordo político arriscado, mas, que era mais uma forma de resistir ou de tentar resistir nesse contexto de

¹⁴¹ LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris**: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do rio Madeira (1880 – 1930). Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. 208f. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007. p. 146.

¹⁴² *Jornal do Commercio*, 15 de junho de 1921. Manaus, 1904 – Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/170054_01/28493

¹⁴³ À guisa de exemplo do que estamos dizendo, podemos mencionar o fato de apenas em julho de 1919, o coronel José Caripé recebeu o título provisório das terras do seringal São João, uma de suas propriedades no rio Aripuanã, território então pertencente ao município de Borba. Evidentemente que, na prática, o comínio do coronel nessa região já vinha de muito tempo, como a própria carta de 1904, acima mencionada pode deixar antever. *Jornal do Commercio*, 27 de julho de 1919. Manaus, 1904 – Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/170054_01/145219

violência e invasão de suas terras. Afinal, se aliar é também uma forma de resistir e barganhar alguma forma de proteção.

Nesse sentido, concordamos com Maria Regina Celestino e Vânia Moreira quando afirmam que:

Ao invés de vítimas passivas de um processo de perdas culturais sucessivas que os conduzia inevitavelmente à extinção étnica e cultural, os índios inseridos no governo brasileiro, podem ser vistos como agentes sociais ativos neste processo.¹⁴⁴

Partindo desse ponto, os jornais possuem outras fontes onde os indígenas eram os sujeitos e estes apresentavam queixas ou demandas nesse período. A notícia abaixo relata que no ano de 1905, os indígenas que se encontram em Manaus solicitaram ajuda do público para se manterem na cidade e posteriormente retornarem às suas moradias, no Rio Branco. Eles são descritos como representantes dos primeiros habitantes do Amazonas, e o apelo é feito à generosidade pública para atender a demanda desses indígenas:

INDIOS DO RIO BRANCO

Os indios que aqui se acham, segunda já noticiamos, pediram-nos que solicitassem do publico qualquer auxilios com que se possam manter nesta capital e regressar á suas moradias no rio Branco. Attendendo no pedido desses pobres representantes dos primeiros habitantes do Amazonas, aqui aclamamos para generosidade publica para que seja satisfeito o justo desejo desses indios.¹⁴⁵

Esta fonte parece focar em uma perspectiva diferente, destacando a situação dos indígenas que buscavam apoio e auxílio em Manaus. A notícia ressalta a importância de atender à demanda desses indígenas, revelando uma perspectiva diferente que destaca não apenas as demandas territoriais, mas, também as condições socioeconômicas e as dificuldades enfrentadas pelos indígenas naquele período.

Esses relatos proporcionam um quadro mais abrangente das experiências dos indígenas na Amazônia do início do século XX, evidenciando as múltiplas facetas de suas

¹⁴⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Índios, moradores e Câmaras Municipais: etnicidade e conflitos agrários no Rio de Janeiro e no Espírito Santo (séculos XVIII e XIX)**. Mundo agrario, v. 13, n. 25, 2012.

¹⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 16 de junho de 1905. Manaus, 1905 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/141928

interações com a sociedade circundante e as diversas situações que demandavam atenção e apoio público.

Nesse acontecimento em específico, é relatado através dos jornais que os indígenas do Rio Branco, que estiveram em Manaus, vieram até a redação do jornal para se despedir. Eles estavam acompanhados pelo diretor parcial dos índios, Zeferino Castro. Os indígenas expressaram sua satisfação pela atenção prestada pelo governador do Estado e agradeceram ao coronel Hildebrando Antony pelo acolhimento generoso, assim como ao jornal:

VARIAS NOTICIAS

Os indios do Rio Branco e que estiveram nessa capital, vieram, hontem, á nossa redacção trazer-nos as suas despedidas, acompanhados do sr. Zeferino Castro, director parcial dos mesmos naquelle local. Disseram-nos estar satisfeitos pela attenção que lhes prestou o sr. Dr. governador do Estado, gratos ao generoso acolhimento que lhes deu o coronel Hildebrando Antony e reconhecimentos pela gentileza com que os recebeu O JORNAL.¹⁴⁶

Ao refletirmos quanto a esse agradecimento, podemos ponderar a partir da perspectiva do antropólogo James C. Scott, ao propor a existência de duas formas de discursos: uma pública e uma oculta. Como salienta Dôuglas Ferreira, Scott é conhecido por tratar de questões no âmbito da infrapolítica, entendida por ele como “um vasto leque de meios de resistências discretas que recorrem a formas indiretas de expressão”.¹⁴⁷

Em consonância com a teoria proposta por Scott podemos destacar estratégias de enfrentamento por parte dos grupos subalternizados, mostrando estratégias construídas nas relações cotidianas que, muitas vezes se apresentavam na fala pública também, contrapondo o discurso hegemônico. Pois, conforme afirma o autor:

¹⁴⁶ *Jornal do Commercio*, 18 de julho de 1905. Manaus, 1905 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/2367. O coronel Hildebrando Luiz Antony, era filho de Luiz Antony e Maria perdigão, membro de uma das mais tradicionais famílias de políticos amazonenses, ligado ao Partido Republicano Federal (PRF), tendo sido deputado em vários mandatos e interventor de Manaus, entre setembro de 1898 e julho de 1899. E como informa Agnello Bittencourt, “com idade avançada, deixou a política e tornou-se pecuarista”. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias** - vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p.269. 333.

¹⁴⁷ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013, pp.50. APUD. FERREIRA, Dôuglas Aparecido. **O JORNAL QUE “SUBIU AS ESCADAS”**: um estudo sobre as estratégias de comunicação e as representações de papéis que marcam o jornal interno Piãoeiro/Roda Livre de Lagoa da Prata-MG. Belo Horizonte 2017. p. 57.

Na perspectiva dos subordinados, os indivíduos desprovidos de poder conseguem manipular habilmente os termos da sua subordinação de modo a expressar a sua dissidência publicamente, ainda que de modo críptico, sem nunca oferecer aos seus antagonistas um pretexto para um contragolpe.¹⁴⁸

Esta foi, aparentemente, a estratégia utilizada pelo grupo de indígenas vindos do Rio Branco. Ao agradecer o atendimento do governador e a “generosidade” de um político tradicional e influente no Estado, por meio do jornal, estão demonstrando que também sabem estabelecer relações que podem favorece-los politicamente.

Na esteira do que Dôuglas Ferreira também propõe em seu trabalho, podemos afirmar que:

A teoria scottiana enfatiza que todos os grupos subordinados criam, a partir de suas experiências com o poder, um discurso oculto, que representa uma crítica velada ao grupo dominador. Posto isso, o autor [Scott] ressalta que o discurso oculto não é uma estratégia utilizada apenas pelos subalternos, **os grupos poderosos também possuem seus discursos ocultos**, geralmente enunciações das práticas e das exigências de dominação não confessadas perante os seus subordinados. Em contrapartida, Scott aplica o termo “discurso público” às relações explícitas entre subordinados e os detentores do poder. Cabe destacar que, mesmo quando a intenção do discurso público não é a de enganar, fica difícil apreender as relações de poder que o perpassam, pois “muitas vezes, ambas as partes têm interesse em desenvolver uma conspiração tácita para forjar uma representação distorcida da realidade.”¹⁴⁹.

Nesse sentido, é importante indagar também os motivos que levam “os poderosos” mencionados no jornal a ajudarem os indígenas do Rio Branco. Quais práticas e discursos ocultos estão subentendidos no “discurso público” veiculado na notícia acima transcrita. O que se evidencia é, podemos afirmar que, nestes contextos, as relações de poder não são lineares, tornando explícito que, mesmo esse grupo tendo direito de exigir atendimento do governo a suas demandas e apoio a sua estadia na capital, apelam inicialmente ao apoio da população civil. No momento seguinte são atendidos pelo

¹⁴⁸ SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013, pp.220.

¹⁴⁹ FERREIRA, Dôuglas Aparecido. **O JORNAL QUE “SUBIU AS ESCADAS”**: um estudo sobre as estratégias de comunicação e as representações de papéis que marcam o jornal interno Piãoeiro/Roda Livre de Lagoa da Prata-MG. Belo Horizonte 2017. p. 58; SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013. p.28.

governador e, num terceiro ato, agradecem a todos pelo acudimento. O que pode ser lido como “um discurso oculto, que representa uma crítica velada ao grupo dominador”.

Questões de calamidade pública também eram trazidas às folhas do jornal, inclusive no ano de 1912, é relatada uma situação enfrentada pelos indígenas que habitavam às margens do Rio Branco, devido à terrível seca que assolou a região. Além da seca, um incêndio que destruiu as matas ao longo do rio piorou ainda mais a situação. Essa calamidade trouxe impactos devastadores, desde a alta mortalidade de animais, incluindo bois e cavalos, devido à escassez de pasto, até a perda de vidas humanas causada pela falta absoluta de alimentos. A situação é descrita como uma verdadeira catástrofe que exigia a atenção humanitária de todos.

*Uma grande calamidade
As consequencias da secca no Rio Branco
Indios morrendo a fome!*

A população que habita ás margens do Rio Branco, está subjugada dolorosamente ás consequencias da terrivel secca que tem martyrisado todos os habitantes daquella zona.

Além da secca, que por si só representa uma calamidade, o incendio que devorou pavorosamente as mattas marginaes do rio, muito concorreu para a situação afflictiva em que se encontra toda a população que habita e trabalha naquellas paragens.

A falta de pasto para os animaes tem dado em resultado um grande morticinio de bois, de cavallos, como tambem de toda especie de criação domestica. A escacez absoluta de generos alimenticios tem produzido já um avultado de victimas.

A missão religiosa que se acha em serviços de catechese ás margens do Amajary, na impossibilidade de agir, pela penuria em que se encontra, tem abandonado os indios já domesticados que, sem trabalho e sem alimentação, morrem de fome.

É uma verdadeira catastrophe que reclama as vistas humanitárias de toda gente, o quadro horrorosamente negro que se desenrola em toda a sua hediondez macabra, naquele pedaço da pátria, como que abandonado a si mesmo e sujeito aos martyrios que a propria natureza lhe impõe. E para cumulo do soffrimento estupendo dos padecentes, a navegação para lá está como que paralysada, porque o rio actualmente não tem calado, em certos pontos, para a menor das montarias. Um cavalheiro residente ali, e proprietário de uma fazenda, muito prejudicado com a calamidade, fez a viagem para esta capital gastando dezoito dias em canôa, até o lugar onde pôde tomar um vapor.

Conforme o relato dos índios, victimas do Rio Branco, estes merecem não só as vistas dos poderes públicos como também da população humanitaria de Manaós.¹⁵⁰

¹⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 15 de maio de 1912. Manaus, 1912 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/13320

A situação foi agravada pelo fato de a missão religiosa que realizava atividades de catequese às margens do Rio Amajari abandonar os indígenas já convertidos devido à falta de recursos. Esse relato de 1912 destaca a extrema vulnerabilidade dos povos indígenas dessa região diante de desastres naturais e ressalta a urgência de uma resposta humanitária para enfrentar os desafios decorrentes dessa calamidade. Esses eventos, registrados nos jornais da época, oferecem uma visão mais profunda das adversidades enfrentadas pelos indígenas amazônicos, destacando a necessidade crítica de solidariedade e ação diante de situações de crise e abandono.

Um aspecto importante a ser observado é que até mesmo a missão religiosa que atuava junto a esses povos, com a missão de educar e proteger os abandonaram, sem prestar grande auxílio ou fazer esforços de contornar a situação de calamidade decrita.

No que tange a questão da educação de jovens indígenas no Amazonas, sempre foi uma questão delicada e também foi uma demanda solicitada pelos próprios indígenas. Isso fica evidenciado em um telegrama assinado o Capitão Amilcar Magalhães, que fazia parte da comissão de linhas telegráficas do Estado de Mato Grosso ao Amazonas, recebeu um telegrama do Coronel Rondon, do Rio Jamari.

*Jornal dos jornaes
(Em poucas linhas)*

O capitão Amilcar Magalhães da comissão de linhas telegraphicas do Estado de Mato Grosso ao Amazonas, recebeu um telegramma do Coronel Rondon, de Jamary, comunicando-lhe que para o Rio embarcara alli o indio Amilcar Borodoal, natural de Arikêm, afim de ser matriculado, da mesma forma por que o foi anteriormente o pequeno Indio Pariba, no Collegio Baptista.

Diz o coronel Rondon que o pae de Amilcar, o cacique Pinduba, ao morrer, lhe pediu que velame pela educação do menino.¹⁵¹

O telegrama informava que o indígena Amilcar Borodoal, natural de Arikêm (atual Ariquemes), havia embarcado para o Rio, onde seria matriculado, da mesma forma que o pequeno Indio Pariba, no Collegio Baptista. O Coronel Rondon explicou que o pai de Amilcar, o cacique Pinduba, havia pedido que ele cuidasse da educação do menino após sua morte.

Percebe-se que a educação escolar era importante estratégia de uma política de integração da nação. Isso foi especialmente marcante na região norte do país, em que a

¹⁵¹ *Jornal do Commercio*, 29 de junho de 1917. Manaus, 1917 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/23195

escola cumpriu papel de incentivar um ideário nacionalista brasileiro nos indígenas, nesse contexto de integração que o Estado brasileiro vinha promovendo, inclusive através da integração via comunicação por telegráfo.

Além da educação escolar visando o ensino da língua portuguesa e noções de matemática para o comércio, nas escolas também eram transmitidas técnicas agrícolas, pecuárias e industriais. Segundo o ideário positivista instituído na política do Serviço de Proteção ao Índio-SPI, a educação previa a emancipação definitiva dos indígenas e sua introdução na "vida civilizada".¹⁵²

O dado a ser ressaltado é a agência dos próprios indígenas nessa busca em se associarem ao projeto que estava sendo desenhado para eles. Além da educação, a busca por proteção era outro elemento recorrente, sobretudo, em área de disputa territorial e violência contra seus povoados. É o que podemos verificar em outro documento da época:

Os "Itogapuk"

Interessantes notas sobre estes silvícolas

Fomos surpreendidos, hontem, com a visita dos índios Iacunigoracont, tuxaua, Chapoupa e Macub-guy e das índias Ituina-hy e Ichanõy, ambas de maior de idade.

Pertencem a tribu Itogapuk, do alto Aripuanã e vieram acompanhados do sr. Agesilão Carvalho Guillon, delegado dos selvícolas n'aquella região, por nomeação do dr. Bento Lemos, esforçado inspector geral dos índios neste estado.

O tuchaua, de estatura baixa, côr morena e compleição robusta, fala com algum desembaraço o nosso idioma. Em palestra commosco declarou que os índios da sua tribu não são ferozes nem vingativos, mas, apesar disso, têm sofrido os mais bárbaros e hediondos castigos por parte de certos elementos que infestam aquella região.

A proposito lembrou que, em agosto do anno passado, a sua maloca, então situada nas cabeceiras do igarapé de Lourdes, fora atacada inopinadamente por um grupo de peruanos, vindos do rio Madeirinho, com esse objetivo criminoso. Em face de tão cruel e injustificável atentado, teve de sustentar a lucta contra os atacantes, que eram em grande numero e dispunham de rifles, bacamartes e outras armas. Nesse tiroteio, morreram cincoenta e tantos índios, inclusive mulheres e creanças.

Não satisfeitos com a sangueira, os peruanos se apossaram de alguns selvícolas e lançaram fogo á maloca, que foi totalmente destruída. Poucos índios conseguiram escapar, evadindo-se no seio da matta.

O tuchaua contou-nos que os índios da sua tribu estão dispostos a dar incremento á agricultura n'aquella região, esperando, para isso, a

¹⁵² TASSINARI. Antonella Maria Imperatriz. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 217–244, 2008. DOI: 10.5007/2175-8034.2008v10n1p217. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2008v10n1p217>. Acesso em: 15 out. 2023.

proteção do ministério da agricultura no que diz respeito ao fornecimento de sementes materiaes agrários e meios de subsistencia. Nessa altura, arrematando a palavra do tuchaua, o sr. Guilon participou-nos que o dr. Bento Lemos, com quem conferenciou longamente, está disposto a empregar todos os esforços no sentido de tornar permanente o aproveitamento dos índios nos diversos ramos da agricultura, n'aquella região.

Disse-nos mais que é bem possível a criação de uma escola primaria para os selvícolas no Aripuanã, dependendo, entretanto, essas medidas do amparo do ministério da agricultura.¹⁵³

Nesta fonte, são apresentadas notas interessantes sobre os povos indígenas estabelecidos no rio Aripuanã. Algo que nos ajuda a compreender melhor as reais intenções da aproximação mantida por esses sujeitos e os órgãos do Estado.

O tuxaua expressou o desejo dos índios de sua comunidade em se envolverem na agricultura na região e esperava a proteção do Ministério da Agricultura, incluindo o fornecimento de sementes, materiais agrários e meios de subsistência. A menção a conversa anterior com o inspetor geral dos índios no Estado, em que este teria afirmado que estava disposto a promover o envolvimento desses povos na agricultura e até mesmo a criação de uma escola primária para eles no Aripuanã, com base no apoio do Ministério da Agricultura é parte de uma estratégia. O que os indígenas estão apresentando como resposta é que a criação de uma escola em seu território é sim possível, desde que tal ação venha acompanhada de medidas de amparo, leia-se, de proteção aos seus povoados contra os invasores

Note-se que a visita ao jornal data de 1920. Segundo Joaquim Rodrigues de Melo, em 1922, o Serviço de Proteção Índio, inaugurou o Posto Indígena do rio Madeirinha que tinha como finalidade auxiliar os indígenas Itogapuk que andavam dispersos, vítimas de aventureiros, que, tinham como objetivo expulsá-los das suas terras. Assim, o posto cercaria esses indígenas de proteção, fornecendo-lhes, na medida dos recursos do posto, instrumentos de lavoura e outros objetos de utilidade.¹⁵⁴

Vê-se aqui uma nítida capacidade de articulação, negociação e propositura de ações por parte dos povos indígenas que, utilizando-se da imprensa e das políticas de Estado, fizeram avançar medidas em favor dos seus interesses.

¹⁵³ *Jornal do Commercio*, 31 de março de 1920. Manaus, 1920 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/146178

¹⁵⁴ Ver: MELO, Joaquim. *SPI: A política indigenista no Amazonas*. Cultura, Edições Governo do Estado, 2009, pp.166-167.



Figura 9: Posto no rio Aripuanã, chefes guerreiros da tribo Itogapuk, 1922. Amazônia / Arquivo Nacional

No plano do “discurso público”, promovido nos periódicos, o que vemos é que com essas iniciativas do Serviço de Proteção ao Índio se estava promovendo uma integração entre os indígenas e a população dita “civilizada”. Vejamos essa notícia de 1923:

*O INTERIOR
VARIAS NOTICIAS*

No seringal Floresta, situado no alto rio Jamary e de propriedade do major Godofredo Arruda, appareceu um grupo de indios da tribu arikemes.

Nessa visita, os selvicolas deixaram no solo varios signaes que demonstrava o seu desejo de entrar em relações com os civilizados.

O dr. Aistoteles Granjeiro, engenheiro auxiliar da inspetoria dos indios, a serviço no posto Rodolpho Miranda, ia fazer uma diligencia com o fim de attrahir os selvicolas e depois localisal-os naquelle estabelecimento indigena.

Outros indios que, no alto Jamary viviam na propriedade de Abaitará appareceram ultimamente no mesmo posto, dizendo que haviam fugido da casa de seu patrão porque este os tratava como escravos, sujeitando-os a trabalhos pesados.

O encarregado do posto os recebeu com desvelo, dando-lhes agasalho nesse estabelecimento, onde passaram a residir.¹⁵⁵

A fonte relata a visita de um de um grupo indígena, da etnia Arikeme¹⁵⁶ ao seringal Floresta, de propriedade do Major Godofredo Arruda, situado no alto rio Jamary. Segundo a notícia, os indígenas deixaram sinais demonstrando seu desejo de estabelecer relações com os não indígenas. Vê-se que o engenheiro auxiliar da Inspeção dos Índios estava planejando ações para atrair os indígenas. No entanto, a iniciativa parte exatamente deles. Eles fizeram a visita e deixaram os sinais. Além disso, alegam que haviam fugido de seu patrão, que os tratava como escravos, sujeitando-os a trabalhos pesados, o que demonstra as razões dessa decisão, interpretada de modo simplista, como apenas um simples “*desejo de entrar em relações com os civilizados*”.

Durante a década de 1920, ao longo dos anos, situações de denúncias chegam de maneira recorrente no âmbito dos periódicos. Vejamos nessa sequência de denúncias, relacionadas aos Munduruku, que habitavam o município de Borba:

¹⁵⁵ *Jornal do Commercio*, 30 de outubro de 1923. Manaus, 1923 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/30383

¹⁵⁶ A etnia indígena Arikeme, era um grupo que falavam o txapakura, pertencente ao tronco linguístico tupi. Essa etnia foi extinta. Ver: CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. **Pioneiros, fundadores e aventureiros – a ocupação de terras em Rondônia**. Revista de Antropologia, v. 61, n. 1, p. 125-146, 2018.

Peregrinos da Selvas

A chegada de um grupo de índios Mundurucus.

As providências do Inspetor dos Índios – Medidas tomadas pelo chefe de policia

Muita gente presenciou hontem um triste espetaculo com a chegada ao nosso porto, de um batelão carregado de índios Mundurucus.

Os selvicolas vieram do municipio de Borba em deploravel estado de abatimento physico, tendo feito a viagem em seis dias de amargas apprensões, sujeitos às inclemencias do sol e das chuvas.

Residente no Logar Laranjal, à margem do rio Mari-Mary, afflente do rio Abacaxys, esses índios queixam-se a saber do civilisado Gabriel Guimarães, dizendo que elle tenta apossar-se daquella antiga aldeia, onde levantaram doze barracas e fizeram plantações de seringueiras, castanheiras, cafeeiro, cereaes e arvores frutiferas.

Accentuam que foi esse o motivo que os trouxe a esta capital, em busca de providência, pois não querem de modo algum perder o logar onde construíram os seus lares e viram nascer os seus filhos, sentido-se felizes com os encantamentos daquelle recanto solitario.

A inspectoria de índios, attendendo aos reclamos desses aborigenes, que estiveram no seu escriptorio, pediu as necessarias providencias ao dr. chefe de policia, tendo esta autoridade promptamente officiado ao delegado de policia de Borba no sentido de garantir os perseguidos e evitar que elles sejam forçados a abandonar o seu domicilio.

Os mundurucu's trouxeram como interprete um indio de nome Olegario, que falla, com algum desembaraço a nossa lingua.¹⁵⁷

Nesta fonte, descreve-se a chegada de um grupo de indígenas Munduruku ao porto de Manaus, vindos do município de Borba. Eles residiam no lugar chamado Laranjal, à margem do rio Mari-Mary, e reclamavam contra as ações de Gabriel Guimarães, que tentava tomar posse de sua antiga comunidade, onde construíram suas casas e plantações. Os Munduruku buscavam providências para evitar a perda de seu lar e seu modo de vida. Segundo a notícia, a Inspetoria de Índios solicitou ao chefe de polícia que tomasse medidas para proteger os indígenas e evitar que fossem forçados a abandonar suas terras.

Apesar da situação de violência, das condições que precisaram enfrentar para chegar à capital, é interessante destacar que os indígenas sabiam exatamente a quem recorrer e os modos de como proceder para que os seus interesses fossem atendidos.

Dias depois, o *Jornal do Commercio* destaca a seguinte notícia:

Ao subdelegado de Abacaxis, no municipio de Borba, o chefe de policia determinou após denuncia que preste as mais eficientes garantias ao tuchaua das tribos dos índios Mundurucu's e ao seu pessoal, de modo

¹⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 29 de abril de 1923. Manaus, 1923 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/30994

*a mantel-os sem perturbação alguma, em suas terras, de fôrma que possam colher, livremente, a castanha dos logares de seu domínio.*¹⁵⁸

Nesta fonte, o que temos é a resposta do que os Munduruku vieram buscar na capital, junto à Inspetoria dos índios. O objetivo era garantir a posse de suas terras, perturbação alguma, permitindo-lhes colher a castanha livremente nos lugares de seu domínio. Além disso, o chefe de polícia instruiu o subdelegado a garantir a segurança e integridade física dos indígenas, evitando qualquer tipo de conflito ou ameaça às suas comunidades. O que podemos inferir é, que para essa ordem ter sido publicada, significa que a matéria anterior repercutiu e o governo buscava dar respostas à população de a que a situação estava sendo tratada. O mais importante dessa notícia é que a queixa apresentada e o encaminhamento dado legitimou, pelo jornal, que os Munduruku possuíam direito sobre aquela terra e legitimidade para exercer suas atividades tradicionais de coleta de castanha sem enfrentar perturbações externas.

Essa legitimação, garantiu que os Munduruku viessem à Manaus sempre que fosse necessário realizar suas denúncias. Vejamos essa notícia publicada em 06 de novembro de 1923:

OS MUNDURUCUS

A CHEGADA DE DOIS BATELÕES TRIPULADOS POR INDIOS- INVASÃO DE INTRUSOS A VARIAS ALDEIAS

Ao porto desta capital chegou hontem um batelão trazendo numeroso grupo de indios Mundurucu's, quasi todos adaptados aos costumes da civilisação.

Esses selvícolas estiveram no escriptorio da inspetoria de índios queixando-se ao sr. Arthur Brandeira, inspector interino, de que alguns aventureiros estão dispostos a invadir as terras das suas aldeias situadas em Igapó-assu e noutros afluentes dos rios Preto e Autaz-assu', onde residem há longos anos e possuem zonas e outras bem-feitorias.

Outro grupo de índios queixou-se contra Gabriel Guimarães por haver invadido parte da sua aldeia Laranjal, no rio Marimari, com o fim de explorar o castanhal dos selvícolas naquela zona.

O inspector de índios baixou uma portaria determinando que o auxiliar Joaquim Godim siga para aquella região, no primeiro navio destinado ao rio Madeira, devendo o mesmo funcionário examinar as zonas invadias e proceder as devidas investigações afim de que a inspetoria, orientada, possa fundamentar o officio que vae dirigir a autoridade local solicitando as necessarias providencias.

O índio Militino de Souza, chefe de um dos grupos, conferenciará hoje com o dr. Mario do Rego Monteiro, chefe de policia, que, ultimamente,

¹⁵⁸ *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1923. Manaus, 1923 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/28025

*atendendo a um officio da inspetoria de índios, ordenou a autoridade policial de Canuman que impedisse quais violências contra as aldeias dos selvícolas.*¹⁵⁹

A notícia publicada em 06 de novembro de 1923, dista pouco mais de seis meses da primeira. Dessa vez relata a chegada de dois batelões tripulados por indígenas Munduruku ao porto de Manaus com queixas semelhantes àquela do mês de abril do mesmo ano. A segunda notícia da conta de que um grupo de indígenas Munduruku denunciou a invasão de suas aldeias situadas em Igapó-assu e noutros afluentes dos rios Preto e Autaz-assu. A notícia novamente menciona a invasão perpetrada por Gabriel Guimarães a comunidade do Laranjal, no Rio Marimari, com o intuito de explorar os castanhais da região. Em resposta a essas queixas, o inspetor de índios emitiu uma ordem determinando que o auxiliar Joaquim Godim se deslocasse para a área em questão no primeiro navio com destino ao rio Madeira. A incumbência de Godim consistia em examinar as áreas invadidas, conduzir investigações e fornecer subsídios para a elaboração de um ofício a ser encaminhado às autoridades locais, solicitando as providências necessárias.

O autor da notícia dá destaque ao fato do indígena *Militino de Souza* ir pessoalmente falar com o chefe de polícia, Mario do Rego Monteiro, que atendendo a um ofício da Inspetoria de Índios, ordenou à autoridade policial de Canumã, localizado no município de Borba, que evitasse qualquer violência contra as aldeias dos índios. É importante dizer que, além de chefe de polícia, Mario Monteiro era irmão do governador César Monteiro, portanto, uma ordem sua, naquele contexto, além de ser atendida de pronto, tinha um caráter representativo singular em favor dos povos indígenas.

Este episódio registrado nos periódicos evidencia os conflitos territoriais enfrentados pelos Munduruku devido à invasão de suas terras por aventureiros e ao mesmo tempo destaca as medidas tomadas pelas autoridades governamentais para investigar e resolver a situação. Apesar da tentativa de, no “discurso público”, as autoridades governamentais serem apresentadas como os solucionadores de situações conflituosas dos indígenas ou como defensores dos seus territórios, o que pretendemos, a partir das fontes, é ressaltar a luta histórica desse povo para que a posse e proteção dos seus territórios estivessem garantidos. Assim, não deixa de ser interessante observarmos

¹⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 06 de novembro de 1923. Manaus, 1923 – Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/31455

que a Terra Indígena, atualmente denominada Coatá-Laranjal, localizada no Município de Borba, só foi demarcada em 2004, portanto, quase 80 anos depois dos fatos aqui relatados.¹⁶⁰ E o caso dos Munduruku é apenas uma situação exemplar dos problemas fundiários enfrentados por todos os povos indígenas no país.



Figura 10: Posto Laranjal, 1928
Fonte: Acervo da Brasileira Fotográfica

O pertencimento cultural, simbólico e social de um povo originário está intrinsecamente ligado à sua relação contínua e duradoura com o ambiente que habita. A permanência no lugar é um elemento crucial para a construção e preservação da identidade de uma comunidade. Essa ligação profunda com o meio de viver não apenas influencia o modo como os indivíduos interagem com o ambiente natural, mas também define a forma como se relacionam entre si e com outros grupos.

Sobre isso, podemos nos valer das próprias palavras dos Munduruku, do território da comunidade Laranjal, quando afirmaram que *“foi esse o motivo que os trouxe a esta capital, em busca de providência, pois não querem de modo algum perder o lugar onde construíram os seus lares e viram nascer os seus filhos, sentido-se felizes com os*

¹⁶⁰ BRASIL. Decreto de 19 de abril de 2004. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Coatá-Laranjal, localizada no Município de Borba, Estado do Amazonas, [2004]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/dnn/dnn10150.htm . Acesso em: 25 jan. 2024.

encantamentos daquelle recanto solitário”. A continuidade do vínculo com o território fortalece o senso de pertencimento, fornecendo uma base estável para a expressão cultural e a transmissão de conhecimentos de geração em geração. Assim, a permanência do lugar torna-se um alicerce essencial para a preservação da diversidade cultural e para a compreensão da riqueza das identidades originárias¹⁶¹.

Nesse contexto ainda, no ano de 1924 vem à tona um capítulo perturbador na história de outra comunidade indígena de Borba: *Seteman*. A continuidade da narrativa sobre a preservação dos territórios indígenas revela-se crítica, evidenciando quais desafios as comunidades originárias do século início do XX enfrentavam. A denúncia de invasões por parte dos ditos “civilizados”, resultando em depredações e na expulsão indiscriminada de indígenas de seus aldeamentos. Ressalta a fragilidade da relação entre essas comunidades e o ambiente que historicamente habitam. Vejamos a notícia:

EM SETEMAN

Ao chefe de policia a inspeccoria de índios pediu providencias de ser aberto rigoroso inquerito da aldeia *Seteman*, no municipio de Borba, a qual foi ultimamente invadida por varios civilizados que commetteram alli depredações e espacaram os selvicolas domiciliados, não respeitandoo idade nem sexo.

Ao que consta o objectivo desses individuos é expolsar os legitimos posseiros com o fim de occupar a aldeia e explorarem o pequeno castanhal alli existente, que constitue a principal fonte de recursos dos aborigenes.

A inspeccoria teve conhecimento desses factos por um uma denuncia de um selvicola protocolada por officio que recebeu do logar *Igapú-assu*, no rio Autaz¹⁶².

Em 1924, a situação envolvendo os indígenas da comunidade *Seteman*¹⁶³, no município de Borba, estava se deteriorando devido à invasão de vários “aventureiros” que estavam causando depredações e agredindo os indígenas, sem respeitar idade ou sexo. Segundo a notícia veiculada, o motivo aparente dessa invasão era a intenção de expulsar

¹⁶¹ CARDOSO, E. L.; CARDOSO, Y. C.; SOARES, A. P. A.; SILVA, A. de A. A TERRITORIALIDADE NA PERSPECTIVA DO POVO MUNDURUKU: TERRA INDÍGENA COATÁ-LARANJAL EM BORBA - AMAZONAS. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 24, n. 93, p. 119–131, 2023. DOI: 10.14393/RCG249365343. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/65343>. Acesso em: 25 jan. 2024.

¹⁶² *Jornal do Commercio*, 14 de novembro de 1924. Manaus, 1924 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/32437

¹⁶³ A Terra Indígena Setemã, fica no território dos atuais municípios de Borba e Novo Aripuanã. Está em fase homologação para demarcação da terra. Atualmente o povo indígena que vive nesse território são os Mura. Ver: **Terra Indígena Setemã** | Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4469>. Acesso: 05 fev. 2024.

os povos indígenas e explorar o pequeno castanhal local. Ao recolhermos esses relatos, percebemos que, em alguma medida, além das ações das autoridades, a própria imprensa não apenas apresentava as queixas como corroborava com o registro para localizar e identificar os povos indígenas como “os legítimos donos do território”.

Como resposta, a matéria afirma que a Inspetoria de Índios solicitou ao chefe de polícia que fosse aberto um rigoroso inquérito para investigar esses incidentes. A denúncia sobre essa situação foi feita por um indígena e protocolada por meio de um ofício recebido em Igapó-Açu, no Rio Autaz-Mirim. A mesma localidade já aqui mencionada como objeto de cobiça na segunda vinda dos povos dessa região à Manaus.

Essa é mais uma situação preocupante envolvendo a invasão das terras indígenas e a exploração de recursos naturais, o que frequentemente resultava em conflitos e prejuízos para os povos originários, vítimas de violências que se perpetuaram ao longo da história. Essa violência assume diferentes contornos. Seja através da perda compulsória das terras ancestrais dos povos num processo de expropriação¹⁶⁴, seja com o apagamento e silenciamento de práticas culturais, o chamado de etnocídio¹⁶⁵ ou seja a partir da destruição dos conhecimentos tradicionais, o epistemicídio¹⁶⁶, ou mesmo através de atos contra as vidas indígenas.

Nesse contexto de violência, os indígenas seguiam exigindo das autoridades governamentais apoio para resolução destas situações de conflito. Para isso, vejamos a notícia publicada em 1925:

VÁRIAS

O chefe de policia, despachando o officio do sr. Arthur Bandeira, ajudante da inspetoria do serviço de proteção aos índios, que após solicitação dos índios pediu providencias no sentido de ser evitada a invasão de terras occupadas pelos selvícolas das malocas Soledade, Santa Cruz, Nova Esperança, Passe Bem e igarapé de Murity, no rio Maicy, mandou remeter copia do mesmo ao delegado policial de Manicoré solicitando informações sobre o facto e quaes as providencias que tomou, tudo com urgência.

O mesmo Sr. Arthur Bandeira, ajudante da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, outrora mencionado, agora, solicitando providências para evitar a invasão das

¹⁶⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de. **Viagens de ida, de volta e outras viagens**: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. **TRAVESSIA-revista do migrante**, n. 24, p. 5-9, 1996.

¹⁶⁵ CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

¹⁶⁶ BASINI, José. **Índios num país sem índios**. Manaus: Editora Valer, 2017.

terras ocupadas por indígenas pertencentes às seguintes comunidades: *Soledade, Santa Cruz, Nova Esperança, Passe Bem e Igarapé de Miriti*, localizadas no Rio Maici¹⁶⁷. A preocupação se devia ao fato de que pessoas não-indígenas estavam tentando invadir e ocupar essas terras, ameaçando a presença dos indígenas nas suas áreas tradicionais. O chefe de polícia tomou medidas para obter informações sobre o assunto e garantir a segurança das comunidades ameaçadas.

Esse documento evidencia as proporções que a invasão de terras indígenas tomava bem como pontuava como era necessária a verificação das queixas dos mesmos, visando a proteção dos direitos e o território dos povos no Amazonas naquele período.

Essas invasões eram tão recorrentes que durante os anos aos quais essa pesquisa se debruça, encontramos em 1925, outro relato de invasão de terra dos indígenas Munduruku:

VARIAS

A inspetoria de índios vae providenciar sobre uma reclamação que recebeu dos indios Mundurucus contra os negociantes Pedro Negreiros e Filhos e João Baptista de Mello Verçosa, que requereram vários lotes de terras no igarapé-assu, afluente do rio Apocuitaua, no município de Maués, envolvendo parte das terras pertencentes aos selvícolas, que desde longos anos, ali vem mantendo effectividade de domicilio. A referida repartição, já tendo feito no anno atrasado um protesto sobre o caso, acaba de pedir novos esclarecimentos ao seu delegado naquela região, afim de instruir o recurso que, oportunamente, apresentara ao poder competente, em defesa dos direitos possessorios dos selvícolas.¹⁶⁸

É mais um dos muitos casos de tentativa de usurpar as terras dos Mundurukus. Dessa vez, da parte dos negociantes Pedro Negreiros e Filhos e João Baptista de Mello Verçosa. A Inspetoria de Índios relatou ao periódico que, em 1924, já havia cuidado da mesma situação, porém, novamente estava tomando medidas para investigar e resolver essa questão. Informaram que solicitariam novos esclarecimentos ao delegado da região para instruir um recurso que seria apresentado às autoridades competentes em defesa dos direitos de terra dos indígenas o que destaca mais uma vez que a intervenção da Inspetoria de Índios que só ocorreu devido à denúncia apresentada pelos próprios indígenas.

¹⁶⁷ Maici é um rio do Amazonas, que nasce na parte meridional do estado, na fronteira com Rondônia. As fontes do rio estão no território dos Indígenas Pirahã. Formador do Rio Marmelos, é cercado de centenas de castanheiras. Disponível em: <https://mapcarta.com/pt/19672824> . Acesso: 25 jan. 2024.

¹⁶⁸ *Jornal do Comercio*, 31 de maio de 1925. Manaus, 1925 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/33126

Isso evidencia mais um caso em que os direitos territoriais e de posse dos povos indígenas eram ameaçados por ações da população geral da época e quão importante eram os territórios ancestrais para os indígenas e quais dimensões isso tomava.

Segundo o antropólogo indígena Gersem dos Santos Luciano (Gersem Baniwa), para os povos indígenas:

O território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Território, portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva. A terra é também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas. É o tema que unifica, articula e mobiliza todos, as aldeias, os povos e as organizações indígenas, em torno de uma bandeira de luta comum que é a defesa de seus territórios.¹⁶⁹

Ao assumir a posição de denunciante ou entrevistados nas notícias apresentadas, nota-se, em algumas das notícias que o periódico *Jornal do Commercio* enfatizava a necessidade de as autoridades locais estarem presentes para evitar conflitos entre indígenas e não indígenas. Nas notícias também eram apresentados os modos de vida dessa população, o que nos mostra que a preservação dos ecossistemas naturais e a possibilidade de subsistência destes povos é algo ancestral. As publicações discursavam contra a violência que ocorria nesses interiores, as reivindicações indígenas para que a legislação seja cumprida, as implicações da não delimitação das terras à natureza e também a omissão pública no cumprimento da legislação vigente à época, o que acarretava críticas Serviço de Proteção ao Índio.

Um sintoma disso que estamos chamado de omissão é que, apesar das inúmeras denúncias, inclusive recorrentes e muitas vezes nos mesmos territórios e também das propaladas ações das autoridades para coibir a usurpação das terras indígenas por “invasores”, os casos eram recorrentes, notórios e, ao que nos consta, nenhum dos denunciados foi preso ou sofreu qualquer outro tipo de punição mais severa pelos seus atos. Pelo menos não localizamos nas nossas fontes quaisquer menção a alguma atitude mais efetiva que visasse proteger os povos indígenas e seus territórios e que fizesse afastar de fato o perigo que sempre estava à espreita.

¹⁶⁹ LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. 2006.

3.2 Conflitos e Abusos contra os Indígenas

Para abordar os conflitos e abusos contra indígenas, é importante reconhecer a complexidade e a persistência dessas questões. Como discutimos anteriormente, os povos indígenas frequentemente enfrentam uma série de desafios, incluindo a perda de territórios tradicionais, a destruição de recursos naturais essenciais para sua subsistência e a violação de seus direitos humanos básicos.

Um aspecto fundamental para entender esses conflitos é o histórico de colonização e exploração que muitas comunidades indígenas têm enfrentado ao longo dos séculos. Esse legado de opressão continua a impactar negativamente suas vidas e culturas até os dias de hoje. Além disso, a falta de reconhecimento e respeito pelos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas muitas vezes os coloca em situações de vulnerabilidade frente a interesses econômicos e políticos poderosos.

Ao observarmos estas notícias, percebemos que esses conflitos não são isolados, mas sim interconectados com questões mais amplas, como a exploração de recursos naturais, exploração de recursos humanos, o desenvolvimento de infraestrutura e a busca por lucro a qualquer custo.

Dentro do recorte temporal que essa pesquisa se propõe analisar, encontramos alguns casos que foram noticiados, os tipos de violência que esses indígenas eram submetidos.

Vejamos essa notícia de 1907:

INDIOS MARTIRISADOS
Grande morticínio
NO TRONCO E NA CORRENTE
Mulheres e crianças fusiladas

Ao nosso conhecimento chegou hontem através de um indio, a noticia de um gravissimo facto que conforme nos foi narrado por uma das victimas, é horroso e barbaro.

Os autores desse repugnante e monstruoso crime, são uns caucheiros peruanos; aviados de uma importante casa desta cidade, que ao seu serviço tem diversos pretos de Barbados.

Não é de hoje que esses individuos que se dedicam a extracção do caucho, principalmente os peruanos, praticam esses actos no intuito de amedrontar os selvagens que, temendo a morte, se entregam, como escravos a esses aventureiros.¹⁷⁰

¹⁷⁰ *Jornal do Commercio*, 13 de setembro de 1907. Manaus, 1907 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/4716

Notícias como essas tornam-se recorrentes nas páginas dos jornais e evidenciam os conflitos existentes em áreas indígenas limítrofes ao avanço dos seringais. Esse processo de avanço das relações capitalista no interior da Amazônia representou um verdadeiro morticínio para diversos povos indígenas da região, praticados por nacionais – como veremos na próxima notícia – e, até mesmo por estrangeiros, como a notícia acima faz menção.

É importante ressaltar que, os recursos naturais da região amazônica, foram e continuam sendo algo que é objeto de desejo desses exploradores. A próxima notícia trata-se de uma transcrição da carta encaminhada por tuchauas do Alto-Maués, relatando queixa contra seringueiros do Tapajós:

*Os índios do Alto-Maués
Correrias de que foram vítimas
Um documento curioso*

Ultimamente os índios do alto Maués foram vítimas das correrias dos extractores de gomma elasticas do Tapajós.

Trata-se de eterna lucta do homem civilisado, que a todo transe procura desalojar os índios com o fim de estender os seus dominios.

Neste caso dos índios do alto Maués, parece fora de duvida que estes teriam resistido, mas cederam afinal à superioridade das armas.

Abaixo publicamos a representação que a esse respeito derigiram alguns tuchauas ao digno governador do Estado, pedindo o patrocínio do mesmo. E' um documento curiosissimo, que será talvez lido com todo o interesse:

A notícia trata de questões corriqueiras daquele momento: denúncias de violências, de expansão dos seringais em território indígena, morte de lideranças. Contudo, algumas informações são interessantíssimas. Como a carta enviada pelos povos indígenas do alto Maués, no rio Tapajós, endereçada diretamente ao governador do Amazonas, a época o militar Antônio Costantino Nery.

Segue a transcrição do documento:

<<Cumarú, 4 de Setembro de 1907. – Illm. Sr. Governador do Estado, Manaós. – Levamos ao conhecimento de v. exc. o que tem acontecido por nossas terras de Maués. Os pobres tapuyos se rebellaram contra os malvados cearenses porque estes andam fazendo malvadeza em nossa terra, matando os nossos tuchauas para poderem se apossar dos nossos seringaes do nosso rio Tapajós.

Andam matando homens, mulheres e creanças e dizem que hão de tomar todas as terras, dizendo mais que a mandado governador do Rio de Janeiro. Eu acho isto impossivel porque o nosso governo não manda fazer isto com os pobres tapuyos.

Notemos que aqui, o relato dá conta não apenas de reportar os ocorridos, como também de informar – sem a necessidade de comprovar – que pessoas e poderes alheios aos interesses do governo do Amazonas estavam por trás dessas ações. Essa pode ter sido uma maneira de jogar com o brio do governador e por esse meio procurar tomar ciência de quem estava intervindo no território por ele administrado. Afinal, se o próprio governo do Amazonas não tratava seus povos desse modo, como poderia permitir que outros o fizessem? Por outro lado, devemos considerar também o fato de que os indígenas, em 1907, estavam escrevendo diretamente ao governador, uma vez que no momento aqui tratado ainda não havia a estrutura burocrática criada a partir do SPI.

Segue a carta:

Os malvados entraram em nossas terras, iludindo-nos com retalhos de panno por um preço enorme: 3\$000 réis e 4\$000 o metro, pólvora a 20\$ o kilo, chumbo a 5\$ o kilo, espoletas a 2\$ a caixa; tudo isto andam fazendo connosco para poder tomar o nosso serviço e hoje estão no poder delles os nossos seringaes.

Nós não podemos comprar mais nada: elles querem fazer de nós seus escravos; nós não podemos aturar isto, defendemos nossas vidas.

Já mataram tuchaua Coucan, tuchaua Matheus, tuchaua José Ramos e, por ultimo, João Augusto escapou das mãos delles todo retalhado de faca, por isso senhor Governador, quero que v. exc. mande esta nossa queixa ao presidente do Pará e tambem ao Rio Janeiro para que mandem retirar todas essas gentes – cearenses e maranhotos e todos os negociantes do rio Taracuí.

Notemos que a carta faz menção ao “governador do Rio de Janeiro”. É possível pensarmos que os autores da carta estavam se referindo ao governo central e ao presidente da República, então Afonso Pena, que vinha promovendo uma política de integração da região amazônica com o Rio de Janeiro, através do telegráfo e foi também no seu governo que houve a retomada do plano de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Se nossa hipótese for acertada, essas duas obras demandaram a vinda de muitas pessoas de vários estados para a região amazônica – entre eles cearenses e maranhenses, entre outros – o que certamente intensificou os conflitos na região, como a carta informa:

Os principaes delles, Cyrillo Bello, Antoninho e Terrulano andam envenenando os tuchaus, por isso pedimos que mandem retirar brevidade do rio Alto Maués.....tambem andam fazendo a mesma tropelia connosco, por isso senhor Governador só elles se retirando, pois de tudo isso o que não queremos é que elles vendam aos outros negociantes os nossos seringaes. Todos os seringaes dos rios Tapajós, e Taracuí são nosso, nós somos os donos, não vendemos aos negociantes, mas elles quando chegam por aqui, trabalham, matam o seringal e quando vêem que já está morto vendem aos outros

negociantes por 30 contos de réis, até 50 e 100 e nós somos os donos e nada temos porque dizem elles que nós não sabemos o que é dinheiro.

A riqueza de detalhes desse documento nos permite ter acesso a informações que dificilmente teríamos em outras fontes, como negociações e conflitos cotidianos, o nome das lideranças que foram mortas, o nome dos acusados, entre outras. Do mesmo modo, a carta expressa o desejo dos povos indígenas dessa região e aponta para a solução por eles mesmos encaminhada:

Por isso nós não queremos ouvir mais a voz de cearense, agora, com italianos, judeus, portugueses, cuyabanos, com estes queremos, porque elles não vem fazer causa commum com aquelles: por aqui compram o genero, já feito, da casa delle vem e voltam sem demora. Assim, queremos dora em diante bom-bom.....esta palavra significa bom-bom e por isso agora pedimos provimento de munição como: 8 barricas de polvora, 6 barricas de chumbos, 100 milheiros de espolétas para 400 rifles, 2000 caixas de balas e 400 espingardas. Somos: capitão Antonio Ferraz; tucháuas: Manoel Joaquim dos Santos, Manoel José Belem, Roque, Florêncio, José Francisco Oliveira, Leopoldino Nicacio Ferreira, todos estes, seguramos terras nossas. Indios Tapuyos Maués.>>¹⁷¹

Essa fonte nos apresenta um vívido relato sobre o confronto entre os indígenas do Alto-Maués¹⁷² e os seringueiros provenientes do Rio Tapajós¹⁷³. O testemunho dos nativos destaca uma série de problemáticas geradas pelos seringueiros, especialmente destacando os cearenses, cujas ações resultam em sérios transtornos nas terras indígenas. As acusações incluem a prática de homicídios de líderes indígenas e uma busca ativa pela apropriação dos valiosos seringais da região.

A narrativa dos indígenas desvela a utilização de artimanhas pelos seringueiros para adentrar as terras indígenas, desencadeando um ciclo de exploração desenfreada. A estratégia desses homens, conforme descrita pelos nativos, inclui a venda dos seringais para outros negociantes assim que esgotam os recursos disponíveis. Essa prática não apenas prejudica os indígenas localmente, mas também revela um ciclo insustentável de exploração predatória.

¹⁷¹ *Jornal do Commercio*, 24 de outubro de 1907. Manaus, 1907 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/4884

¹⁷² Região localizada à 276 quilômetros de Manaus. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/es/noticia/143993>. Acesso: 25 jan. 2024.

¹⁷³ O Tapajós é o quinto maior tributário do Amazonas e sua bacia cobre cerca de 489.000 km² ou aproximadamente 7% da bacia amazônica. Disponível em: <https://pt.aguasamazonicas.org/bacia/bacias-principais/tapajos>. Acesso: 25 jan. 2024.

Diante desse cenário alarmante, os indígenas apelam à intervenção do governador, buscando não apenas justiça, mas também a retirada imediata dos exploradores que representam a fonte primária desses problemas. Este episódio, documentado na fonte, fornece uma janela única para compreender as tensões entre indígenas e seringueiros naquela época, explorando não apenas as dinâmicas locais de exploração de recursos naturais, mas também os esforços de resistência e apelos por justiça por parte dos povos indígenas diante de práticas abusivas e violentas. Este conflito, portanto, oferece uma perspectiva valiosa para a análise mais ampla das experiências e representações dos povos indígenas durante esse período histórico abordado.

Nesse cenário de avanço dos interesses no território indígena as notícias registradas no periódico também dão conta de situações de agressão e abuso de poder perpetrados por alguém que deveria agir como protetor dos indígenas na área:

Agressão e ferimentos

Um “protector” de índios, arvorado em autoridade, persegue os índios moradores do lago do Limão

A policia tomou conhecimento do caso

Lausino de Castro Brandão, índio, residente no lago do Limão, em Manaquiry, compareceu hontem perante as autoridades do primeiro districto, afim de queixa-se de Tarquino de Oliveira Simões.

Narrou então que Tarquino tambem ali residente, o aggredira armado de terçado, sem causa apparente, fazendo-lhe ferimento pelo rosto e corpo.

Tivemos occasião de fazer algumas perguntas ao offendido declarando-nos este que Tarquino é ali encarregado de protecção de índios.

Perguntamos então se ali havia índios.

- “Sim senhor. Tarquinos serve-se do cargo, entretanto, para uma preponderancia enorme sobre tudo e todos.

Diz-se-ia que é ali senhor absoluto de nossos bens, usando de sua autoridade com toda a ferocidade que lhe é natural.

Sem que exerça funcções policiaes, arroja-se o direito de fiscalisar nossos actos, ameaçando-nos.

E, quando encontra quem lhe resista ou não lhe reconheça a autoridade que alardia, procede como procedeu commigo...”

A policia, a quem Lausino contou mais ou menos o que ahi fica dito, tomou as necessarias providencias e vae abrir inquerito sobre o caso.¹⁷⁴

No âmago da queixa de Lausino, destaca-se a acusação explícita de abuso de autoridade por parte de Tarquino, que se autoproclama "protector" dos indígenas naquela

¹⁷⁴ *Jornal do Commercio*, 09 de setembro de 1913. Manaus, 1913 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/16173

localidade. Se a região do Tapajós, como outras que já tratamos aqui, localizava-se a grande distância da sede do poder no Amazonas, a região do Manaquiri, onde se localiza o lago do limão é fronteira à capital. Esse caso ilustra o fato de que a violência contra os povos indígenas não atende à dinâmica das distâncias. Essa denúncia também não apenas ressoa como um incidente isolado de violência, mas, evidencia dinâmicas mais amplas de poder que permeavam a vida cotidiana das comunidades indígenas. O relato de Lausino oferece um vislumbre não apenas do evento traumático em si, como também das relações complexas e assimétricas entre os não indígenas e os indígenas naquele período histórico.

A abertura de um inquérito pela polícia, como mencionado na fonte, sublinha a gravidade do caso e a busca por responsabilização diante de uma alegação tão séria. Infelizmente muitas das notícias aqui apresentadas não encontram continuidade e não conseguimos lastrear os desfechos de muitos dos fatos narrados. Isso deve-se tanto as especificidades das nossas fontes quanto ao silenciamento ou menos aparente desinteresse das autoridades em dá continuidade e resolução às queixas que chegavam ao público.

A próxima história apresentada trata-se de uma notícia publicada em 1921 onde os jornais apresentam outra queixa de invasão de territórios indígenas:

QUEIXAS DO POVO

Pessoas domiciliados no município de Moura enviaram-nos uma carta pedindo providencias contra certos moradores do rio Jauapery, que, sem autorização, estão invadindo a faixa das terras destinada aos índios, situada no lugar Alauau’.

Dizem os missivistas que, com essa invasão, os selvícolas têm sofrido prejuízos e estão receiosos de que os invasores tentem apossar-se das suas plantações.¹⁷⁵

Na notícia, datada de 1921, o *Jornal do Commercio* traz à tona uma carta enviada por pessoas residentes em Moura¹⁷⁶. Nesse documento, os denunciantes expressam suas preocupações e solicitações de intervenção contra a invasão de suas terras por moradores do rio Jauaperi¹⁷⁷, que estão penetrando na faixa de território designada aos índios no

¹⁷⁵ *Jornal do Commercio*, 21 de junho de 1921. Manaus, 1921 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/28521

¹⁷⁶ Trata-se da Vila de Moura, no alto Rio Negro, hoje território pertencente ao município de Barcelos.

¹⁷⁷ O Rio Jauaperi é um rio do estado do Amazonas, no noroeste do Brasil, afluente do Rio Negro. O trecho inferior do rio faz parte da divisa entre Amazonas e Roraima. Disponível em: <https://mapcarta.com/19673248>. Acesso: 25 jan. 2024.

A localização desse Rio é muito importante, pois além de ser próximo do território dos Waimiri-Atroari, atualmente a região tornou-se reserva extrativista, registra grande diversidade de plantas, peixes e animais.

local denominado Alauaú. Os remetentes da carta detalham que essa invasão tem acarretado prejuízos consideráveis à comunidade indígena e instigando temores de que os invasores busquem apropriação das plantações pertencentes à comunidade.

Esta fonte assume uma relevância singular ao abordar as queixas dos indígenas diante da invasão territorial perpetrada por moradores locais. A preocupação central expressa na carta recai sobre a proteção dos direitos territoriais dos povos originários, destacando uma questão crucial que permeia as lutas históricas enfrentadas pelos povos indígenas na região amazônica. A invasão dessas terras, conforme relatado na fonte, não apenas acarreta prejuízos materiais, mas também suscita temores legítimos quanto à preservação de seu modo de vida e sustento.

Ao compreendermos a fonte dentro do contexto mais amplo, conseguimos notar as contínuas batalhas territoriais enfrentadas pelos povos indígenas na região. O enfrentamento dessas invasões não se limita apenas à defesa física de suas terras, mas também representa uma luta pela preservação de suas tradições, culturas e meios de subsistência. Esta fonte, portanto, enriquece a compreensão das complexas dinâmicas entre moradores do Jauaperi e os indígenas, contribuindo para uma análise mais abrangente das experiências e desafios enfrentados pelos povos indígenas ao longo do tempo.

A próxima notícia contribui para a o entendimento das práticas das autoridades quanto a proteção dos direitos de crianças indígenas:

Providência humanitária

Após denuncia dos indios, a polícia determinou providencias no sentido de fazer voltar aos lares paternos os menores indios Mundurucu's, Marcolino, Manduca e Francisco.

Esses selvicolas acham-se em poder de João Pinto Soares, domiciliado no logar Tauaquera, na margem do rio Abacaxys, naquelle municipio.¹⁷⁸

A notícia em questão revela um episódio em que a polícia, após receber denúncias dos indígenas, tomou medidas para garantir o retorno dos menores Munduruku,

Açaí, andiroba, buriti, castanha-do-Brasil e taperebá são comuns, assim como o cipó e a massaranduba. Ver também: BRASIL. **Decreto de 05 de junho de 2018**. Cria a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, localizada nos Municípios de Rorainópolis e Novo Airão, nos Estados de Roraima e do Amazonas, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/D9401.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

¹⁷⁸ *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1921. Manaus, 1921 – Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/170054_01/28717

identificados como Marcolino, Manduca e Francisco, ao seu seio familiar. Estes jovens indígenas estavam sob o poder de João Pinto Soares, residente na localidade conhecida como Tauaquera¹⁷⁹, às margens do rio Abacaxis, na localidade em questão.

O evento destacado na fonte ressaltou o fato de as autoridades agirem para assegurar o bem-estar e os direitos dos menores indígenas, garantindo seu retorno às comunidades de origem. Esta iniciativa pode ser interpretada como uma resposta às queixas dos indígenas, pois esses sujeitos cobraram sabendo que as autoridades locais e o Serviço de Proteção ao Índio, tinham por obrigação colocar as políticas indigenistas em uso, o que por consequência, nesse caso em específico, resultou na devolução desses menores à sua comunidade significou preservar os laços culturais, familiares e comunitários.

Apesar de o jornal apresentar notícias onde os indígenas procuravam as autoridades locais para resolverem as situações de seus direitos estavam sendo violadas, durante a coleta de fontes, o jornal nos apresenta mais uma situação de abuso, porém, esta teve um desfecho diferente dos relatos acima. Vejamos essa matéria de 1923:

*NO RIO JAUAPERY
UM EXPLORADOR DE CASTANHAES ATACA O POSTO MAHAUA,
PERDENDO A VIDA*

Mantinha a inspeção dos índios um posto de atracção no lugar Tauacuera, do rio Jauapery, onde se achavam localizados os índios da tribo Uaimirys.

Em princípios do anno passado, interessada pela tranquillidade desses selvícolas, a inspeção resolveu transferir o posto o lugar Mahaua, do mesmo rio, pondo os índios a salvo das perseguições de certos aventureiros que invadiam aquella arteira fluvial, empenhados na exploração de castanhaes.

Com essa mudança os índios tiveram, porem, curtos momentos de tregua, no seu socego, porisso que, pouco depois, os invasores estenderam a sua acção até o Alalau', que fica mais acima de Mahaua, chegando, enfim, a operar na zona do posto, que havia sido reservada aos selvícolas por uma lei votada pela Assembléa Legislativa do Estado.

Entre os aventureiros, contava-se o de de nome Francisco Amora, ex-marinheiro de armada nacional, que, durante alguns anos, vinha fazendo o seu campo de acção naquelle rio, á cata de castanhas, commettendo actos reprováveis de que dão noticia não só os habitantes

¹⁷⁹ Há uma possível imprecisão na informação veiculada no Jornal, uma vez que o rio mencionado é o rio Abacaxis, afluente do rio Madeira. Já o antigo lugar de Tauaquera, na ocasião relatada, pertecia a área de abrangência do posto indígena do Jauapery. Atualmente uma área localizada entre os lugares de *Estirão*, Santa Isabel do Rio Negro, e *São Sebastião*, em Barcelos, no Amazonas), uma localidade próxima do rio Paduari, alto rio Negro. Disponível em: <https://mapcarta.com/pt/19669596> . Acesso: 25 jan. 2024. O equívoco provável deve ser no nome da localidade já que de fato os povos Munduruku habitavam o rio Abacaxis e João Pinto Soares era um comerciante da região.

do Jauapery como toda a população da villa de Moura, até mesmo as autoridades locais.

No dia onze de março corrente, invadindo belicosamente o Jauapery, Francisco Amora apossou-se do lugar Tauacuera, expulsando dali Joaquim de tal, mais conhecido por Barriga Verde, que tinha a seu cargo a vigilância das habitações, roças, materiais e rezes pertencentes ao extinto posto indígena.

Após a ocupação, que não teve a menor resistência, Amora escreveu uma carta, que se encontra em poder do encarregado do posto indígena de Mahaua, vehiculando as mais graves ameaças, que deixavam patente a premeditação de um plano sinistro.

De facto, no dia dezesseis do mesmo mês, às dezoito horas, quando os índios permaneciam em completo socego, foi aquelle posto invadido por Francisco Amora, que, de revolver em punho, tomara a resolução de arrebatá-la a vida dos seus habitantes.

Em tão dura emergencia, vendo em perigo a propria vida do encarregado, os índios enfrentaram o agressor, resultando dahi a morte de Francisco Amora.

O encarregado do posto junto com os índios oficiaram ao delegado de policia de Moura communicando o ocorrido e reclamando a presença do mesmo ao local, afim de proceder ao levantamento do cadáver e demais formalidades legais.

As informações sobre o facto são o resumo de um officio que o inspector do serviço de proteção aos índios acaba de receber do snr. Luiz José da Silva.

Na tarde de hontem o referido inspector oficiou ao dr. Mario do Rego Monteiro, chefe de policia, não só enviando copia daquele documento como solicitando providencias no sentido de que seja aberto o respectivo inquérito sobre o facto.¹⁸⁰

A notícia de 1923 relata um conflito significativo ocorrido na região do rio Jauaperi, envolvendo um explorador de castanhas chamado Francisco Amora e os indígenas Waimiri. Inicialmente, a Inspetoria dos Índios estabeleceu um posto de atração no lugar chamado Tauacuera¹⁸¹, às margens do rio Jauaperi, visando proteger os índios Waimiri das perseguições dos exploradores de castanhas.

No entanto, a situação se tornou tensa quando, no ano de 1922, a Inspetoria decidiu transferir o posto para Mahaua¹⁸², também às margens do rio Jauaperi, com o intuito de garantir uma proteção mais efetiva aos indígenas diante das incursões dos

¹⁸⁰ *Jornal do Commercio*, 21 de março de 1923. Manaus, 1923 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/30897

¹⁸¹ O SPI implantou um posto indígena em Tauacuera no Rio Jauaperi em 1912, no mesmo local onde João Barbosa Rodrigues havia tentado sedentarizar os índios desse rio em 1885. Ver: BANDEIRA, Alípio. **Jauapery**. Manaus: EDUA, 2009; Ver também: RODRIGUES, João Barbosa. Rio **Jauapery**: Pacificação do Crichanás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

¹⁸² Em 1931, depois que castanheiros destruíram o posto, que havia sido anteriormente transferido rio acima para um local chamado Mahaua após invasões das terras indígenas, o SPI abandonou os índios do Rio Jauaperi. Ver: BAINES, Stephen G. O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial. **Ciências Sociais Hoje**, v. 1993, p. 219-243, 1993.

exploradores. Após a mudança, os índios enfrentaram perseguições, com os invasores expandindo suas ações até o rio Alalaú, alcançando a área designada aos povos originários.

A matéria relata que Francisco Amora, destacado entre os exploradores, ex-marineiro da armada nacional, há anos atuava na região em busca de castanhas, sendo alvo de críticas locais e autoridades devido a suas práticas reprováveis. Em 11 de março de 1923, Amora agressivamente invadiu Tauacuera, expulsando Joaquim, responsável pela vigilância das habitações e recursos do posto indígena. O conflito atingiu seu ápice em 16 de março de 1923, quando Amora invadiu o posto de Mahaua com um revólver, determinado a matar os habitantes. Os indígenas, no entanto, resistiram corajosamente, resultando na morte de Francisco Amora. O encarregado do posto e os índios comunicaram o ocorrido ao delegado de polícia de Moura¹⁸³, solicitando sua presença no local para levantar o cadáver e realizar os procedimentos legais necessários.

Diante desses eventos, o inspetor do serviço de proteção aos índios encaminhou um ofício ao chefe de polícia, Mario do Rego Monteiro, relatando o incidente e solicitando a abertura de um inquérito sobre o ocorrido. Este episódio destaca as complexas dinâmicas entre exploradores não indígenas e comunidades indígenas locais, revelando um conflito que culminou na resistência determinada dos Waimiri em defesa de suas terras.

A próxima notícia apresenta uma outra denuncia de invasão territorial. Vejamos abaixo a notícia sobre os Miranha em 1924:

Em Tefé

*Os índios Miranhas estão ameaçados de perder sua aldeia
Com a próxima safra de castanha os habitantes pobres começam a
soffer os efeitos da tentativa de invasão ás suas terras.*

*E' assim que, vencendo enorme distancia em canôa, chegaram de Tefé
quatro índios da tribu Miranha com o fim de solicitar providencias
contra um individuo que, á frente de utros exaltados, procura desalojar
os selvícolas de sua aldeia America, situada á margem do igarapé
Caiçara.*

*Nessa tentativa de ocupação os aventureiros têm, segundo consta,
recorrido á ameaça e á ostentação de força para afugentar os
aborigenes, do que resulta que muitas mulheres e creanças índias
passam noites inteiras na matta, receiosas de um imprevisto ataque ás
suas toscas habitações.*

*Informado do ocorrido, por uma queixa verbal dos perseguidos, o
inspetor de índios oficiou, ao chefe de policia invocando as*

¹⁸³ O Distrito de Moura é uma vila de 900 habitantes atualmente e a mesma situada Município de Barcelos, Amazonas. Disponível em: <https://mapcarta.com/pt/N416652597>. Acesso: 25 jan. 2024.

*necessárias garantias para os selvícolas, que deverão regressar á sua aldeia na próxima terça-feira.*¹⁸⁴

Essa fonte, bem como todas as outras, ilustra vividamente a tensão enfrentada pelos Miranha ao se depararem com a ameaça iminente de desalojamento de sua comunidade por parte de aventureiros. O pedido de intervenção junto às autoridades da época revela a vulnerabilidade dessas comunidades diante de forças externas e a necessidade premente de proteção legal para salvaguardar seus direitos territoriais.

A próxima notícia revela que mesmo com as denúncias realizada em 1924 pelos Miranha, o território desses povos originários, em 1925, conforme relatado no periódico *Jornal do Commercio*:

Coisas da civilização

O interior do estado é vasto scenario onde se desenrolam episodios tristes e lancinantes, mas, muitas vezes, entrecortados de curiosos incidentes.

Meditando sobre eles, tenho a impressão de que, na solidão amazônica, ainda repercute aquella dolorosa interrogação de Couto de Magalhães: - “quando virá por aqui a civilização?”

*O caso, que vou relatar, tem a perfeita analogia de uma scena tragicomica. Um soba qualquer, dizendo-se possuidor de uma posse no igarapé Caiçara, do município de Teffé, entendeu ultimamente de augmentar o seu patrimônio, invadindo belicosamente a aldeia **Anera**, que confina com as suas terras e é habitada por mais de oitenta índios da tribu Miranha.*

Era manhã, e o sol aquecia com as suas lagrimas de topázio a algidez das moitas afogadas, enquanto no terreiro da humilde aldeia apagavam-se as ultimas brazas das lareiras que os selvícolas haviam ateiado pela madrugada, para imunizar-se das inclemências do frio.

De pé, acompanhado de uma horda de fâmulos, o soba subiu calmamente o declive do barranco, que se debruça á beira do igarapé e, galgando o aceiro da maloca, vociferou para alguns índios que, timidamente, vieram ao seu encontro:

- Fóra d’aqui, canalhas! O interventor federal¹⁸⁵, logo que chegou a Manáos, extinguiu a inspectoría de índios e, a estas horas, o inspector e seus auxiliares estão descendo de bubuia o rio Amazonas, algemados numa frágil igarité.¹⁸⁶

- Mas, este logar é nosso e nós não podemos deixar as nossas terras, replicou um dos selvícolas.

E, e esta simples objecção, a horda sinistra avançou de chofre sobre a indefesa aldeia, queimando uma barraca e derrubando cinco outras

¹⁸⁴ *Jornal do Commercio*, 11 de novembro de 1924. Manaus, 1924 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/32425

¹⁸⁵ Trata-se do coronel Alfredo Sá, nomeado interventor federal do Amazonas (dezembro de 1924 a janeiro de 1926), após os episódios da rebelião de julho de 1924 que depois o governador César Monteiro.

¹⁸⁶ Cabe dizer que essa informação é falsa, uma vez que o SPI e as inspetorias de índios continuaram em pleno funcionamento por muito anos além dos fatos aqui descritos.

habitações que se mantinham de pé sobre a área capinada, como testemunhas solitárias de um direito preexistente.

Enquanto se passava esta scena de vandalismo, um pobre homem civilizado, que residia ali com os índios, era espancado cruelmente por um dos jamzaros de turba, que fazia as honras de carrasco.

Imagine agora leitor o resultado desses tristes episodios. Tomados de panico, ante o espectro sinistro do terror, os desolados aborígenes, inclusive mulheres e creancinhas, fugiram desordenadamente pela matta a dentro, deixando aquelle pitoresco logar onde nasceram e sentiram a doce ebriez dos carinhos familiaes.

Consummada a obra nefanda, os comediantes tomaram conta da aldeia e de todas as bemfeitorias ali existentes, afagando assim as suas ambições desmesuradas.

Ante semelhante quadro, que bem define a obra de uma triste civilização, fiquei eu a recordar aquella oportuna expressão de Manoel Miranda: <<o branco invade o rio, algema seus habitantes índios, leva-lhes aos lares a oppressão e o vicio, incendeia-lhes as teyupares...E' um civilizador, o branco.>>

Joaquim Gondim.¹⁸⁷

O texto escrito em 1925 pelo grande etnógrafo Joaquim Gondim, grande conhecedor da realidade dos povos indígenas amazônico, apresenta um quadro geral que resume bem o que temos apresentado até aqui: *o interior do estado é um vasto cenário onde se desenrolam episodios tristes e lancinantes*” contra os povos indígenas.

E se formos observar ao longo da história os povos indígenas está tem sido um marca, tendo que se manter em constante posição de enfrentamento, uma vez que, são recorrentes as lutas territoriais. No caso dos Miranha, mencionados nas duas notícias acima transcritas, a existência do território indígena dessa etnia foi reconhecida pelo Serviço de Proteção aos Índios-SPI no médio Solimões e Japurá desde as primeiras décadas do século XX. A T.I. Méria (localizada município de Alvarães, no médio Solimões) foi demarcada em 1929, por aquele órgão, no entanto, foi homologada apenas em 1993. A T.I. Miratu (município de Uarini, no médio Solimões) foi demarcada em 1982, pela FUNAI, porém, só foi homologada em 1991. A delimitação da T.I. Cuiú-Cuiú (município de Maraã, no Japurá, AM) foi oficialmente reconhecida em 1998, porém homologada em 2003, sendo sobreposta à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, contígua à R.D.S Mamirauá¹⁸⁸.

¹⁸⁷ *Jornal do Commercio*, 18 de janeiro de 1925. Manaus, 1925 – Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/170054_01/32649

¹⁸⁸ FREIRE, José Ribamar Bessa. **Quem são esses Miranha?** Disponível em: <<https://www.taquiprati.com.br/cronica/241-quem-sao-esses-miranha>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

De maneira geral, nesse contexto histórico, as notícias de jornais desempenhavam um papel importante na construção do debate sobre as inúmeras questões indígenas. Senão, pelo menos contribuíram para o debate na esfera pública. As reportagens não apenas influenciavam a percepção popular, mas também impactavam as políticas governamentais e as discussões em torno dos direitos e da proteção das comunidades indígenas. Assim, a interação entre jornais e povos indígenas no início do século XX revela a complexidade da mídia como agente de representação e influência social, das quais os próprios indígenas e seus aliados fizeram uso.

3.3 Escravização e Abusos contra Indígenas

Ao adentrarmos no âmago das queixas levadas aos jornais durante esse período, somos confrontados com uma realidade intrincada de escravização e abusos contra os indígenas que vai além das narrativas jornalísticas convencionais. O papel desses periódicos não se limitava apenas a documentar eventos; eles se tornaram instrumentos de denúncia, plataformas de resistência e testemunhas dos desafios enfrentados por essas comunidades.

Ao desvelarmos as páginas do *Jornal do Commercio*, notamos que a relação entre os jornais e os indígenas transcendeu o simples ato de reportar. Os relatos de escravização e abusos, corajosamente compartilhados por membros dessas comunidades, não apenas buscavam sensibilizar a opinião pública, mas também clamavam por uma ação efetiva em prol da justiça e dos direitos humanos. A interação entre essas vozes marginalizadas e a mídia do início do século XX se tornou, assim, uma expressão poderosa de resistência e reivindicação.

Em paralelo, as reportagens veiculadas não apenas influenciavam a percepção popular, mas também impactavam as políticas governamentais e as discussões em torno dos direitos e da proteção das comunidades indígenas. Os jornais, nesse contexto, desempenharam um papel de agente catalisador de mudanças, instigando reflexões sobre a necessidade de reformas e a urgência de medidas para enfrentar as injustiças narradas.

Assim, a interação dinâmica entre os jornais e os indígenas revela não apenas a complexidade da mídia como agente de representação e influência social, mas também como essas publicações desempenharam um papel crucial na articulação das demandas e na busca por justiça. A análise das queixas expressas nos jornais do período não apenas

amplia nossa compreensão das condições enfrentadas pelos indígenas, mas também lança luz sobre as nuances da relação entre mídia, poder e resistência no cenário histórico aqui investigado.

No que diz respeito a nossas fontes, é imperativo contextualizar o cenário histórico que a envolve. O ano é 1905, uma época marcada por transformações e conflitos, especialmente no que diz respeito às relações entre os não indígenas e comunidades indígenas. A notícia em questão oferece um vislumbre vívido dos desafios enfrentados pelos indígenas Wapichana¹⁸⁹:

Indios perseguidos

Ao nosso escriptorio vieram hontem os indios Manoel Henrique (tuchaua dos Uapichanas) e Sabino, acompanhados do sr. Zeferino de Castro residente no rio Branco e conhecedor, de há longos annos, daquellas paragens.

Referiram-nos, visivelmente contristados que o director parcial sr. Luiz Quadros, os trata mal, redusindo-os à situação de verdadeiros escravos, castigando-os a espadadas e praticando até actos que offendem o respeito familiar desses pobres habitantes do rio Branco.

Longa foi a serie de vexames que nos relataram esses indios.

Referiram-nos que, por uma causa qualquer o sr Luiz Quadros mandou incendiar a maloca que elles tinham na serra do Tucano a qual fica por traz da fazenda Tipucú onde reside o director parcial.

Este facto chegou, disseram-nos elles, ao conhecimento do sr alferes Arthur Cantalice, commandante do forte de S. Joaquim na fronteira e os indios revoltosos contra o procedimento do director parcial, reuniram-se e, armados, caminhavam já em direcção ao Tipucú, onde assassinariam o sr Luiz Quadros e mais pessoas que encontrassem tomando, como é seu costume, sangrenta vindicta.

Na occasião em que se achavam nas vizinhanças da fazenda, appareceu-lhes o sr. Zeferino de Castro que, a mando do sr. Alferes Cantalice, foi dizer-lhes que voltassem, e não viessem atacar o Tipucú, porque elle tomaria as providencias necessarias.

Difficil foi demover-lhes do proposito da vingança deliberada.

Afinal decidiram voltar aos seus logares, o que mui custou ao sr. Zeferino.

O alferes Cantalice depois seguiu para o logar incendiado e achou tudo em ruinas, providenciando ainda para que os indios não reincidissem no que haviam assentado.

O alferes foi acompanhado nessa viagem acompanhado nessa viagem por um indio da tribu dos Raia. As tribus que queriam atacara casa do sr. Luiz Quadros eram as dos Macuxis e Uaipichana.

¹⁸⁹ Os Wapichana vivem em aldeias mistas com Macuxi e Taurepáng na área Surumu-Cotingo e mistas com Macuxi na área Taiano-Amajari. No lado da Guiana suas aldeias ocupam as savanas do Rio Rupununi, Tacutu e Kwitaro, tendo as montanhas Kanuku como limite norte, divisa com território Macuxi. No Brasil, a maior parte das aldeias habitadas pelos Wapichana localiza-se na região conhecida como Serra da Lua, onde também se encontram Macuxi, mas onde a concentração significativamente maior é Wapichana. Ver: OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **Tempo dos netos: abundância e escassez nas redes de discursos ecológicos entre os Wapichana na fronteira Brasil-Guiana.** 2013.

Contaram-nos ainda que Antonio Estevam, empregado de uma das fazendas do Finado Sebastião Diniz, que provein de uma proposta illicita do sr. Luiz Quadro e Estevam, e que após a morte do indio, o seu gado passou a ser propriedade do director parcial.

O criminoso esté livre e residindo com o juiz municipal dr. Fabio Freire, na villa da Bôa Vista.

Expozeram-nos que têm noticias de brindes e presentes que lhes envia o governo do Estado, porem que nunca recebem taes dadivas e que quando descem em suas canoas com os seus carregamentos de farinha e outros generos são intimados a entregar tudo ao director parcial que não os retribue.

Sobem já, segundo nos narraram, a mais de cem os indios que se tem passado para o territorio inglez, onde são bem tratados e vivem com inteira liberdade.

Os indios tinham o pensamento de levar suas queixas ao dr. governador do Estado que não se acha nesta capital e sahiram de nossa redacção com direcção a do nosso confrade <Amazonas> onde iriam relatar o que nos referiam.

Estão acabrunhados e sentidos e dizem que só encontram justiça nas queixas que levam ao commandante da fronteira.

Ahi fica tudo quanto, fielmente nos contaram esses pobres homens dignos de melhor tratamento.¹⁹⁰

A notícia, datada de 1905, apresenta um relato contundente sobre a perseguição contra os Wapichana. Foram à sede do jornal o tuxaua Manoel Henrique, e o indígena Sabino. Essa perseguição foi perpetrada pelo diretor parcial dos Índios Luiz Quadros. O cerne do relato gira em torno das alegações feitas pelos indígenas, que afirmam serem tratados de maneira análoga à escravidão, sujeitos a punições físicas severas, incluindo castigos que envolviam espadadas.

A narrativa adquire complexidade ao revelar que Luiz Quadros teria ordenado o incêndio da maloca dos indígenas localizada na serra do Tucano, uma região próxima à fazenda Tipucú, onde o diretor parcial tinha sua residência. O incêndio, além de representar uma ação de extrema violência, desencadeou uma série de eventos ainda mais graves.

Os indígenas, como resposta a esse ato, planejaram uma vingança, manifestada na intenção de atacar a fazenda Tipucú e assassinar Luiz Quadros. O agravamento da situação revela um contexto tenso e volátil, onde as comunidades indígenas, diante de afrontas e injustiças, buscavam resistir, muitas vezes recorrendo a estratégias mais extremas.

¹⁹⁰ *Jornal do Commercio*, 13 de junho de 1905. Manaus, 1905 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/2209

A intervenção de Zeferino de Castro, a mando do Alferes Cantalice, impediu o ataque iminente, mas não sem dificuldades, evidenciando a tensão reinante na região. O caso revela a complexidade das relações entre colonizadores e indígenas, destacando a resistência e as tentativas de justiça por parte dos habitantes do rio Branco. Além disso, a situação expõe a falta de proteção e assistência efetiva por parte das autoridades, como exemplificado pelo destino do criminoso Antonio Estevam, que permanece livre mesmo após sua conduta ilícita.

O relato também revela a insatisfação dos indígenas em relação à distribuição desigual de brindes e presentes do governo estadual, muitas vezes retidos pelo diretor parcial sem a devida retribuição. O descontentamento atinge um ponto em que mais de cem indígenas buscam refúgio no território inglês, onde relatam serem tratados com dignidade e desfrutam de liberdade plena. Essa fonte, proveniente do cotidiano dos indígenas do rio Branco, oferece uma visão única e valiosa dos desafios enfrentados por essas comunidades no contexto no início do século XX, abrindo espaço para uma reflexão mais ampla sobre as injustiças e tensões sociais dessa época.

A continuidade da narrativa histórica desvela um panorama sombrio de opressão contra as comunidades indígenas no início do século XX. Em um triste desdobramento, os indígenas da etnia Kaxinawá, situados nas margens dos rios Muru e Tarauacá, enfrentaram um cenário de desumanidade. Vejamos a notícia abaixo:

Escravidão de selvícolas

A ACÇÃO DA INSUPERIORIA DOS INDIOS

Os selvícolas Da tribo de Caxinauá, de índole pacífica e trabalhadores, que habitam nas margens dos tributários dos Moru' e Tarauacá, na região acreana, são ás vezes despidos do menor sentimento de humanidade, que, invadindo os seus domínios. De lá os arrastam para o captiveiros, em suas propriedades.

A prova é que alguns índios nos informaram que o agricultor Antonio Valente, morador no lugar Novo Planeta, o município e Teffé, fez ultimamente uma excursão pelo rio Embira, afluente do Tarauacá, trazendo de uma maloca existente á margem daquele rio. Treze infelizes índios, sendo oito homens e cinco mulheres, acorrentando-os ao serviço de sua lavoura, sem dar-lhes a mínima recompensa pecuniária. O dr. Bento Lemos, inspector dos índios neste estado, ao ter conhecimento desses gravíssimo facto, solicitou, providencias da chefatura de policia, no sentido de serem soltos os desafortunados selvícolas, de modo que possam regressar livremente á respectiva maloca.

É natural, é justo, certamente fora de duvida, que o dr. Chefe de policia secunde os esforços do dr. Bento Lemos, atendendo-o imediatamente, para o que porá, se já não poz, em pratica a sua nunca desmentida acção enérgica, para salvar-os evitar a intervenção do ministério da

*agricultura, que, diante do caso, em ultima hypothese, não poderá de forma alguma ficar de braços crusados.*¹⁹¹

A fonte datada de 1921 lança luz sobre um capítulo sombrio da história, revelando a escravização dos indígenas Kaxinawá. Na notícia essa etnia é reconhecida por sua índole pacífica e dedicação ao trabalho nas margens dos rios Moru e Tarauacá, e por possuírem essas características, por vezes, eram vítimas de captura e arrastados para servirem como cativos nas propriedades de invasores.

A notícia destaca o agricultor Antonio Valente, residente no município de Tefé, como um exemplo representativo dessa prática. Sua expedição pelo rio Embirá resultou na captura de treze indígenas e estes foram forçados a trabalhar em sua lavoura sem qualquer recompensa ou remuneração.

Diante dessa brutal realidade, Bento Lemos, inspetor dos índios no estado do Amazonas, agiu prontamente, tomando conhecimento do ocorrido e solicitando providências à chefatura de polícia da época. Segundo as notícias sua intenção era libertar os indígenas escravizados e permitir que retornem livremente à sua maloca.

Essa narrativa não apenas documenta um episódio chocante de exploração e opressão, mas também destaca a importância da intervenção imediata das autoridades. Este relato serve como um testemunho vívido das lutas enfrentadas pelos indígenas contra a escravização e ressalta a necessidade de medidas urgentes para garantir a justiça e a liberdade dessas comunidades vulneráveis.

Passando para o ano de 1930, encontramos a última notícia, que o *Jornal do Commercio*, expõe uma triste realidade no interior de um castanhal, onde duas indígenas, Maria Boaventura e sua filha, são mantidas em condição de escravidão:

Num castanhal há duas índias escravizadas

O dr. Bento Lemos, inspetor do serviço de proteção aos índios, recebeu comunicação do encarregado do entreposto indígena de São Gabriel, de que uma índia de nome Maria Boaventura e uma filha desta se achavam escravizadas, naquele município, por Antonio José de Silva.

Accrescenta o communicante que Antonio Aproveita o serviço das duas mulheres na quebra de castanha, alegando que o marido de Maria, já falecido lhe era devedor da quantia de seiscentos mil reis.

O dr. Bento Lemos, tomando em consideração a comunicação, solicitou providencias do chefe de policia, que, por sua vez, remeteu copia do officio do inspetor de índios ao delegado de policia de Barcellos

¹⁹¹ *Jornal do Commercio*, 22 de junho de 1921. Manaus, 1921 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/28521

*determinando que agisse imediatamente, retirando as índias da escravidão.*¹⁹²

A notícia de 1930, revela o caso de Maria Boaventura e sua filha, confirma a persistência de más práticas contra os indígenas e estes sendo escravizados enquanto trabalhavam na quebra de castanhas sob a exploração de Antonio José de Silva. O comunicado à Bento Lemos, inspetor do serviço de proteção aos índios, partiu do entreposto indígena de São Gabriel, denunciando a deplorável situação vivenciada por essas mulheres no município.

Esse episódio sombrio, junto com os relatos anteriores, constrói um panorama preocupante das condições enfrentadas pelas comunidades indígenas na região. O contexto de exploração e escravidão emerge como uma triste realidade, evidenciando a vulnerabilidade dessas populações diante das práticas abusivas de colonizadores e fazendeiros.

A atuação proativa de Bento Lemos destaca a importância de autoridades comprometidas em proteger os direitos fundamentais dos indígenas. Sua intervenção resultou na solicitação ao chefe de polícia para agir imediatamente e retirar as índias da condição de escravidão, sublinhando a urgência em erradicar essas práticas indignas.

Ao unir essas narrativas, observamos uma sequência de eventos que revela não apenas a persistência da exploração e opressão, mas também a resistência dos povos indígenas e a sua incansável busca em provocar a intervenção das autoridades afim de que lhe fosse feita justiça. Essa continuidade de relatos destaca a complexidade das relações entre colonizadores e indígenas, ressaltando a necessidade de uma abordagem crítica e ação imediata para garantir a liberdade e dignidade dessas comunidades historicamente marginalizadas.

A análise minuciosa das demandas e movimentações dos povos indígenas nas páginas dos jornais revela um fenômeno que transcende a mera observação superficial: trata-se da detecção do quase oculto, um processo de desvelar narrativas e realidades que, por muito tempo, foram negligenciadas ou sub-representadas na imprensa. A emergência dessas vozes indígenas nos meios de comunicação não é apenas um reflexo da crescente visibilidade das questões étnicas e territoriais, mas também evidencia um profundo

¹⁹² *Jornal do Commercio*, 04 de setembro de 1930. Manaus, 1930 – Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/39495

reconhecimento da importância vital dessas demandas e lutas para a sociedade como um todo.

Ao examinarmos de perto as narrativas que ecoam através das folhas dos jornais, percebemos nas vozes indígenas, um movimento que busca desafiar e dismantelar os estereótipos arraigados e preconceitos enraizados. A presença cada vez mais marcante dessas histórias e reivindicações reflete uma mudança de paradigma, uma tentativa sincera de reconhecer e confrontar as injustiças históricas perpetradas contra os povos indígenas e de promover uma maior equidade e inclusão em nossa sociedade.

Entretanto, mesmo diante desses avanços e conquistas, não podemos ignorar os desafios persistentes que permeiam esse processo de visibilidade e reconhecimento. A representação imparcial das vozes indígenas, por exemplo, continua sendo uma questão urgente a ser atendida, assim como a necessidade de garantir que tais vozes sejam não apenas ouvidas, mas verdadeiramente respeitadas e consideradas nas tomadas de decisão políticas e sociais.

Portanto, a detecção do quase oculto nas páginas dos jornais não deve ser encarada como um ponto de chegada, mas sim como o início de uma jornada mais ampla e significativa em direção à justiça social e à inclusão genuína. É um chamado para uma reflexão contínua e ação coletiva em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa para com todos os seus membros, independentemente de sua origem étnica ou cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos analisar as relações entre as práticas e representações dos povos indígenas no estado do Amazonas, tomando como principal fonte as matérias e artigos do *Jornal do Commercio*. Trabalhamos com um recorte, compreendido entre os anos de 1904 e 1933, que nos possibilitou pensar o início da publicação do referido periódico e o momento, segundo conseguimos avançar, em que a incidência de notícias relacionadas aos povos indígenas diminuiu significativamente nas páginas do jornal.

O estudo circunscrito a esse período nos permite compreender nuances de uma época de grandes transformações socioculturais e políticas no Amazonas, onde as questões em torno da mão de obra e controle de terras, até então, sob domínio dos povos indígenas estavam no cerne das discussões.

Quando olhamos em perspectiva a Historiografia indigenista não dialoga com os periódicos, tomando-os como fonte principal de análise; o que faz com que não tenhamos muitos estudos dedicados a esta temática partindo desta fonte de maneira conjunta, o que, como ficou demonstrado é esta a dimensão mais importante na nossa análise, em termos metodológicos. A pesquisa relacionando esses dois domínios – jornais e povos indígenas – simultaneamente não apenas reitera o papel crucial dos periódicos como instrumentos valiosos para desvelar e compreender nosso passado, mas também revela os intricados mecanismos de produção e disseminação de discursos sobre os indígenas.

Dentro das páginas do *Jornal do Commercio*, somos confrontados com uma diversidade de narrativas, muitas das quais foram moldadas pelos principais pensamentos, ideologias e agendas da época. Estas narrativas não se limitam a relatar eventos, mas também nos deram *insights* sobre os projetos e articulações que buscavam influenciar ou controlar a percepção e a vida dos povos indígenas. Ao nos debruçarmos aqui sobre esses registros, esse trabalho procurou decifrar como esses discursos, em suas diversas facetas, contribuíram para moldar, reforçar ou contestar representações sobre o cotidiano indígena. Em suma, este trabalho não apenas buscou aprofundar nosso entendimento da presença e percepção dos indígenas na sociedade da época, bem como ressalta a imprensa como um agente ativo e influente na construção e reconstrução da História Indígena no Amazonas.

Ao utilizarmos essa fonte como material de análise, alguns cuidados se fizeram necessários. Tradicionalmente, os jornais, seguindo a tendência de representar os povos

indígenas em contextos exóticos, como remanescentes de um passado distante ou como "outros" culturalmente distantes. Muitas vezes, suas lutas e direitos eram retratados de maneira reducionista ou mesmo paternalista. Poucos foram os intelectuais, como Bento Aranha e Joaquim Gondim apresentaram os povos indígenas de forma mais complexa e sem reforçar tantos estereótipos.

Em sua grande maioria, as representações não apenas apresentavam uma visão simplificada da diversidade e complexidade das culturas indígenas, como também contribuía para reforçar estereótipos. Isso, em parte, é reflexo das visões coloniais e eurocêntricas que influenciaram a narrativa dominante por séculos. Essas narrativas exóticas e simplificadas frequentemente eclipsavam os contextos políticos, econômicos e sociais mais amplos nos quais os povos indígenas estão inseridos. A utilização recorrente de termos pejorativos com “silvícolas”, “bárbaros”, “não civilizados” – muitas vezes presente no jargão até mesmo daqueles que em algum momento se apresentavam como seus aliados – denuncia o pensamento hegemônico naquele período.

Tal pensamento iseria os povos indígenas em um espaço que contradizia a vontade de querer ser moderno que imperava na Manaus da *Belle Époque*, inserindo-os num contexto de sujeitos anacrônicos que insistiam em resistir ao imperativo da modernidade. Essa discussão é o mote central do primeiro capítulo dessa dissertação.

O enquadramento dos indígenas como "remanescentes do passado" não apenas marginaliza suas contribuições contemporâneas à sociedade, mas, também contitua a ideia básica de que eles estavam "fora do tempo", ou seja, deslocados do presente e, portanto, menos relevantes em debates contemporâneos. Isso tem implicações diretas, por exemplo, em discussões sobre direitos à terra, autonomia política e preservação cultural, já que suas vozes e perspectivas podem ser consideradas menos pertinentes ou atuais.

No que tange ao problema da autonomia e direito à terra, no capítulo dois da dissertação buscamos evidenciar como que a política de titula do Estado brasileiro visava normatizar e normalizar as representações sobre os povos indígenas inseridos no lugar de sugestões ou em vias de extinção ou de incorporação à sociedade englobante. E, nesse sentido, os discursos veiculados no *Jornal do Commercio*, de uma forma ou de outra, ratifica esse vaticínio. O discurso da extinção é a contraface da proteção. Uma forma de tutelar e assimilar esses povos. O que não deixa de ser uma outra forma de os anular enquanto sujeitos, dispidos do direito à alteridade.

Além disso, ao enquadrá-los como "outros" culturalmente distantes, os meios de comunicação perpetuam uma dicotomia nós/eles, onde os indígenas são vistos como

fundamentalmente diferentes e, em muitos casos, inferiores. Tal enquadramento pode alimentar preconceitos, desconhecimento e, em última análise, discriminação e o genocídio.

O tratamento paternalista, por sua vez, despoja os indígenas de sua agência, retratando-os como dependentes ou necessitados da "ajuda" da sociedade dominante. Esse tipo de representação omite frequentemente os sistemas próprios de governança, conhecimento e resiliência dos povos indígenas.

Visando recuperar processo em que os próprios povos indígenas foram agentes das suas demandas, o capítulo três dessa dissertação buscou apresentar situações típicas das violências impostas às comunidades indígenas, nas mais diversas áreas do território amazonense. Do alto Solimões ao baixo Amazonas, do rio Madeira ao alto rio Negro, os casos de violência pululavam nas páginas dos periódicos. Ao trazermos os relatos buscamos evidenciar as diversas estratégias dos povos indígenas no sentido de manter a posse das suas terras e seu modo de vida: se alinhando, enfrentando belicamente, fugindo para outras regiões, buscando o auxílio das autoridades na capital ou pedindo proteção a algum chefe local ou regional, aceitando a tutela do Estado com vista de proteção, são algumas dessas formas de resistir que pudemos registrar na leitura da documentação.

Outro dado interessante, é que nesses processos de afirmação do seu pertencimento a determinados locais, os povos indígenas acabavam por imprimir nas páginas dos jornais o registro e o reconhecimento de suas terras. Algo que muitas vezes, como vimos, serviu de testemunho daquilo que eles reivindicavam, insinuando inclusive em política de demarcação de seus territórios muitos anos depois.

Se do ponto de vista metodológico esse trabalho contribui para o entendimento de que os jornais exercem um papel fundamental no debate público, sem perder de vista que eles também apresentam visões correntes na sociedade em que operam e que precisam ser lidos de forma crítica. Do ponto de vista historiográfico é encorajador ver que avançamos muito no sentido de redefinir e enriquecer a narrativa sobre os povos indígenas nos mais diversos contextos. Contudo, isso só se tornou possível a partir de uma concepção teórica renovada que entende os povos indígenas – resguardada a assimetria de força nas situações de violência em foram submetidos – como os agentes históricos.

Nesse sentido, esse trabalho visou contribuir com essa dimensão da história dos povos indígenas e reclama novos trabalhos que possam avançar nessa perspectiva, inclusive ampliando e corrigindo aquilo que não nos foi possível consolidar nesse trabalho.

FONTES

Documentação oficial:

Posturas municipais Amazonas (1838-1967). EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016.

Diário Oficial do Estado Federado do Amazonas (1893-1900).

Documentos legislativos.

BRASIL. **Decreto de 05 de junho de 2018**. Cria a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, localizada nos Municípios de Rorainópolis e Novo Airão, nos Estados de Roraima e do Amazonas, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/D9401.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto de 19 de abril de 2004**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Coatá-Laranjal, localizada no Município de Borba, Estado do Amazonas, [2004]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/dnn/dnn10150.htm. Acesso em: 25 jan. 2024.

Jornais:

Jornal do Commercio – Manaus (1904-1934).

Almanak Laemmert – Rio de Janeiro (1917).

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Louis.; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil** (1865-1866) tradução e notas de Edgar Süsssekind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.p.196.

ALEXANDRE, Raimundo Ramos et al. Língua portuguesa como L2: dificuldades no ensino da leitura em escola indígena Ticuna na comunidade de Umariáçu II em Tabatinga-AM. UFAM, Beijamin Constant-AM, 2024.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Índios, moradores e Câmaras municipais**: etnicidade e conflitos agrários no Rio de Janeiro e no Espírito Santo (séculos XVIII e XIX). Mundo agrario, v. 13, n. 25, 2012.

ARAÚJO, Jordeanes do Nascimento. O INEVITÁVEL ENCONTRO. Povos Kagwahiva, agentes do SPI e os comerciantes no rio madeira. **Cano do Tempo** - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas Volume 13. 2021. pp. 01-35.

BAINES, Stephen G. O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial. **Ciências Sociais Hoje**, v. 1993, p. 219-243, 1993.

BANDEIRA, Alípio. **Jauapery**. Manaus: EDUA, 2009. Ver também: RODRIGUES, João Barbosa. Rio **Jauapery**: Pacificação do Crichanás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Os Donos do Rio**: Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p. 69.

BARROS, José D`Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BARROS, José D`Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 52, p. 397-419, 2021.

BARROS, José D`Assunção. Fontes históricas. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BASINI, José. Índios num país sem índios. Manaus: Editora Valer, 2017.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense de biografias** - vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. Editora Cultrix, 1994.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Portugal: Europa- América, 1993. p. 82-216.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRAGA, Bruno Miranda. **Manáos uma Aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres Indígenas na Belle Époque Baré – 1845-1910.** Dissertação de Mestrado. 340f. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARDENAS, Freddy Orlando Espinoza. Roger Casement na Amazônia. Exploração, violência e genocídio no interflúxo da tríplice fronteira. 143f. Tese de futorado (Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, E. L.; CARDOSO, Y. C.; SOARES, A. P. A.; SILVA, A. de A. A TERRITORIALIDADE NA PERSPECTIVA DO POVO MUNDURUKU: TERRA INDÍGENA COATÁ-LARANJAL EM BORBA - AMAZONAS. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 93, p. 119–131, 2023. DOI: 10.14393/RCG249365343. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/65343>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel. de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense, 1982, pp. 65-119.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. **Pioneiros, fundadores e aventureiros–a ocupação de terras em Rondônia.** Revista de Antropologia, v. 61, n. 1, p. 125-146, 2018.

COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1890-1915).** Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DA ROCHA FREIRE, Carlos Augusto (Ed.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967).** Museu do Índio-Funai, 2011.

DIAS, Ednéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880-1920.** Manaus: Valer, p.29, 1999.

FARAGE, Nádía. **As Muralhas do Sertão: os Povos Indígenas no Rio Branco e Colonização**, Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991. p. 47.

FARAGE, Nádía; SANTILLI, Paulo. Estado de Sítio. Territórios e identidades no vale do rio Branco. In. CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp.267-278.

FEITOSA, Orange Matos. **À SOMBRA DOS SERINGAIS: Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)**. 223f. Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERREIRA, Dôuglas Aparecido. **O JORNAL QUE “SUBIU AS ESCADAS”**: um estudo sobre as estratégias de comunicação e as representações de papéis que marcam o jornal interno Piãoeiro/Roda Livre de Lagoa da Prata-MG. Belo Horizonte 2017.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)**. Tese de doutorado em Economia. 201f. Universidade Estadual de Campinas, Campinas –SP, 2005

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)** – Catálogo de Jornais. Manaus, Editora Calderaro, 1990. p.63.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. **O saber construído a partir de nós**. Caderno CENESCH, n. 1, 2000.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Quem são esses Miranha?** Disponível em: <<https://www.taquiprati.com.br/cronica/241-quem-sao-esses-miranha>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. [S.l.]. FGV, 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-mariano-da-silva-rondon>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**-Notas sobre a Manipulação da Identidade deteriorada, 1980, Brasil, Zahar Editores.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 92-93.

GONÇALVES, Lopes. **O Amazonas: esboço historico, chorographico e estatistico até o anno de 1903**. Hugo J. Hanf, 1904.

LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do rio Madeira (1880 – 1930)**. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. 208f. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. 2006.

MENDES, Joseney Pereira. **As conquistas e desafios da participação política do povo Ticuna (Magüta): das origens míticas às lutas contemporâneas**. UNILA, Foz do Iguaçu, 2024.

SANTOS, Maycon Carmo dos. **Política Indigenista no Amazonas: as primeiras experiências republicanas (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 160f. Manaus, 2018.

MELO, Joaquim. **SPI: A política indigenista no Amazonas**. Cultura, Edições Governo do Estado, 2009.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **A Questão do Rio Pirara (1829-1904)**. José Theodoro Mascarenhas Menck. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. Editora Companhia das Letras, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. In: **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.

MOSCOVICI, Serge. **Representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NABUCO, Joaquim. **Frontières du Brésil et de la Guyane Anglaise. Second mémoire**. Vol. I. Paris: A. Lahure, 1903. 3 v., v.1: 344 p.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj, 2006.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **Tempo dos netos: abundância e escassez nas redes de discursos ecológicos entre os Wapichana na fronteira Brasil-Guiana**. 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas**. **TRAVESSIA-revista do migrante**, n. 24, p. 5-9, 1996.

PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. Um lugar na historiografia amazonense: a trajetória de Bento Aranha (1841-1919). *Revista Eletrônica Discente do Curso de História – ufam*, volume 5, ano 2. p. 295-316. 2021.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Abissínios, engrossadores e cogumelos: Bento Aranha e o republicanismo radical no extremo Norte do Brasil, 1870-1910. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-18, jan-dez. 2021.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Pelas sendas do tempo: trânsito e tensões entre memória e história nos escritos de bento aranha (1872-1912). **Revista Tempos Históricos** • Vol. 27, n. 1 (2023). p. 35-73. ISSN: 1983-1463DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v27i1.28461>

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Bento Aranha e a imprensa de combate no Norte do Brasil (1866-1911). **História Unisinos**. 27(1):123-138, Janeiro/Abril 2023.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1889-1925**. Manaus: Valer, 2003.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

PROST, Antoine. A história se escreve. In: PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Autêntica Editora, 2008.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao “Leão do Norte”**: O Jornal do Comércio e a modernidade em Manaus (1904-1914). Dissertação de Mestrado. 133f. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SANTOS, Maria José dos. **Arranjos, Lei e Consolidação do Império: Aplicação da Lei das Terras e Apropriação das Fazendas Nacionais do Rio Branco (1830-1880)**. Tese de Doutorado em História. 322f. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2018. p. 93-94.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

SILVA, Caio Henrique Fautino da; LEAL, Davi Avelino. Crime e Castigo na Amazônia: o Putumayo nas páginas do jornal The New York Times. In. **História Impressas**. Imprensa e periodismo na região norte (1930-1988). Org. César Augusto B. Queirós. Manaus: Editora Valer, 2022.

SIQUEIRA, Carla. 2006. Sensacionalismo e Retórica Política em Última Hora, o Dia e Luta Democrática no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Editora: Faperj.

TASSINARI. Antonella Maria Imperatriz. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 217–244, 2008. DOI: 10.5007/2175-8034.2008v10n1p217. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2008v10n1p217>. Acesso em: 15 out. 2023.

TELES, Luciano Everton Costa. História da imprensa no Amazonas. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. 1ed. Manaus: Valer, 2020, v. 1, p. 365-395

THE WHITE HOUSE. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/theodore-roosevelt/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. 1997. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.449.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 2008.

VIEIRA, Maria do Pilar, PEIXOTO, Maria do Rosário, e KHOURY, Yara Aun. **A Pesquisa em História**. 5ª Edição. São Paulo, Ática, 2008 [1989]. (Princípios — 159).

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992 e WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio Sobre a Crítica da Cultura**. Trad. São Paulo: Edusp, 1994.

ZICMAN, Renée Barata. **História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas**. Projeto História, nº 4, São Paulo, Educ, 1985.